

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

LEVÍ SALOMÃO MATSINHE

**MOÇAMBIQUE: UMA LONGA CAMINHADA PARA UM FUTURO
INCERTO?**

PORTO ALEGRE

2011

LEVÍ SALOMÃO MATSINHE

MOÇAMBIQUE: UMA LONGA CAMINHADA PARA UM FUTURO INCERTO?

Dissertação apresentada como
requisito parcial à obtenção
do grau de Mestre em
Relações Internacionais pelo
Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas da
Universidade Federal do Rio
Grande do Sul

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Susana Arroza Soares

PORTO ALEGRE

2011

LEVÍ SALOMÃO MATSINHE

MOÇAMBIQUE: UMA LONGA CAMINHADA PARA UM FUTURO
INCERTO? MOÇAMBIQUE: UMA LONGA CAMINHADA PARA UM FUTURO
INCERTO?

Dissertação apresentada como
requisito parcial à obtenção do
grau de Mestre em Relações
Internacionais pelo Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Federal do Rio
Grande do Sul

Aprovado pela banca examinadora em 1º de março de 2011.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª Dr^ª Maria Susana Arrosa Soares (Orientadora, UFRGS)

Prof^ª Dr^ª Ondina Maria Fachel Leal (UFRGS)

Prof. Dr. Raúl Enrique Rojo (UFRGS)

Prof. Dr. Rivair Macedo (Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS – examinador
externo)

Porto Alegre

2011

*Dedico este trabalho à minha mulher
Olga Cristina Chitsondzo, às minhas
filhas Cristiana Raimundo Ndlalane,
Jéssica da Felicidade Leví Matsinhe e ao
meu filho Leví Salomão Matsinhe Júnior*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que direta ou indiretamente contribuíram para que este sonho se tornasse uma realidade.

Em primeiro lugar agradeço ao CNPQ pela concessão da bolsa; à Ministra da Função Pública pela confiança que depositou em mim e por causa disso ter concordado com a minha formação.

O meu agradecimento estende-se ao corpo docente e às secretárias do Programa de Mestrado em Relações Internacionais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Aos Docentes pelos conhecimentos transmitidos durante os dois anos de formação. Às secretárias do Programa Biatriz Accorsi e Nara Widholzer pelo apoio e simpatia.

O meu especial obrigado vai para a minha orientadora Prof^a Dr^a Maria Susana Arrosa Soares pela paciência e solicitude durante o percurso da realização desta dissertação, e a todos docentes do programa pelo conhecimentos transmitidos durante os dois anos de formação.

Agradeço ao Dr. José Ibrahimo Naran Perreira Antunes do Gabinete das Zonas Econômicas de Desenvolvimento Acelerado (GAZEDA), ao Centro de Promoção de Investimentos (CPI), ao Dr^o Florêncio Chavango do Ministério do Comércio, ao Sr. Henrique Manjate do Departamento da Dívida Pública no Ministério das Finanças, ao Dr. Luís Eugénio Tabela do Ministério da Planificação e Desenvolvimento à Dr^a Regina Macuacua da Kenmare e ao Sr. António Mulicote, também da Kenmare pela solicitude e disponibilização de informações e dados que tornaram possível a elaboração desta dissertação.

Agradeço em extensão aos meus colegas de turma, em especial para o Leonardo Ales e George Sturaro.

Aos meus pais por me terem nascido; à minha mulher e meus filhos pela felicidade, coragem e confiança que me dão na difícil e tenebrosa caminhada da vida.

RESUMO

A trajetória de Moçambique desde a independência, ocorrida em 1975, até 2009 foi marcada pela transição de uma economia centralmente planificada (socialista) para uma economia de mercado (capitalista). A transição para o capitalismo abriu espaço para financiamentos de Ajuda Externa ao Desenvolvimento das Instituições de Bretton Woods (Banco Mundial – BM e Fundo Monetário Internacional – FMI) e Investimentos Estrangeiros Diretos em forma de mega-projetos das corporações multinacionais em Zonas Francas Industriais e Zonas Econômicas Especiais. Entretanto, a aliança da elite nacional como o capital estrangeiro favoreceu a corrupção, a transferência de lucros das multinacionais para os países de origem, fazendo com que a Ajuda Externa ao Desenvolvimento e os Investimentos Estrangeiros Diretos não produzissem desenvolvimento econômico e bem-estar social, com se pretendia que fosse. Este estudo identificou o Ajustamento Estrutural, a Ajuda Externa ao Desenvolvimento, a corrupção e as Zonas Francas Industriais como os principais vilões da situação de pobreza em que Moçambique se encontra e concluiu que Moçambique nunca irá reduzir a pobreza de forma significativa, contando apenas com ajuda externa, mega-projetos, investimentos estrangeiros e ZFI. O que se pensava que seria o remédio para a saída do marasmo do subdesenvolvimento de Moçambique, (portanto, a ajuda, mega-projetos e ZFI) tornou-se um obstáculo ao desenvolvimento do país.

Palavras-chave: mega-projetos; Zonas Francas Industriais em Moçambique; crescimento econômico e social de Moçambique.

ABSTRACT

The transition from socialism to capitalism characterized the Mozambican trajectory after its independence, held in 1975. This transition gave place to external aid by Bretton Woods (World Bank and International Monetary Fund) and direct investments from multinational corporations mega-projects in special economic free zones. The alliance between the national elite with foreign capital brought corruption, transference of profits from the multinational corporations in Mozambique to its countries of origin. Because of this, the external aid and foreign investments did not develop the Mozambican economy and also did not bring the social well being to the people in Mozambique. This research, identified the structural adjustment, external aid, corruption and special economic free zones as the factories of poverty in Mozambique, and concluded that Mozambique will never reduce poverty looking to external aid, mega-projects, direct foreign investments and special economic free zones. What where thought it was an elixir (mega-projects, external aid, foreign direct investments and special economic free zones) became an obstacle to development.

Key – words: mega-projects; special economic free zones in Mozambique; economic and social growth in Mozambique

LISTA DE TABELAS

TABELA 1- AGRESSÃO MILITAR E ECONÔMICA CONTRA MOÇAMBIQUE	30
TABELA 2-FLUXO DE AJUDA POR SETORES	46
TABELA 3-PROJETO POR DOADOR/ AGÊNCIAS DAS NU POR ANO (EM US \$)	55
TABELA 4-EMPRESAS DE ZONAS FRANCAS INDUSTRIAIS	56
TABELA 5-COMUNIDADES BENEFICIÁRIAS DOS PROJETOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL DA KMAD	56
TABELA 6-IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS MEGA PROJETOS EM MOÇAMBIQUE	57

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1- DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO DE 1975 A 1986	26
GRÁFICO 2- IMPACTO ECONÔMICO DO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO ECONÔMICA: ALTERAÇÕES ANUAIS EM PORCENTAGEM	46
GRÁFICO 3-EVOLUÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA DE MOÇAMBIQUE	55
GRÁFICO 4- ANÁLISE DA CARTEIRA DA DÍVIDA EXTERNA	56
GRÁFICO 5-COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	56
GRÁFICO 6- DÍVIDA EXTERNA PELOS NOMES DOS CREDORES	57

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 EVOLUÇÃO POLÍTICA, ECONÔMICA E SOCIAL DE MOÇAMBIQUE APÓS A INDEPENDÊNCIA (1975-1983)	22
3 OBSTÁCULOS QUE DETERMINARAM O FRACASSO DO SOCIALISMO EM MOÇAMBIQUE	28
3.1 DETERMINANTES GLOBAIS E REGIONAIS	28
3.2 CIRCUNSTÂNCIAS INTERNAS QUE DITARAM O FRACASSO DO PROJETO SOCIALISTA	32
4 AS REFORMAS NEOLIBERAIS EM MOÇAMBIQUE (1984-1987)	34
4.1 O IMPACTO DO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO ECONÔMICA EM MOÇAMBIQUE	34
4.2 AJUDA EXTERNA EM MOÇAMBIQUE	36
4.3 FATORES QUE LEVARAM MOÇAMBIQUE A ADERIR AO PROGRAMA DE AJUSTAMENTO ESTRUTURAL (PAE)	42
4.4 OBJETIVOS DO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO ECONÔMICA	45
4.5 IMPACTO DO AJUSTAMENTO ESTRUTURAL EM MOÇAMBIQUE	54
4.6 A CRISE DA DÍVIDA EXTERNA EM MOÇAMBIQUE	58
5 AS ZONAS FRANCAS INDUSTRIAIS (ZFI) E ZONAS ECONÔMICAS ESPECIAIS (ZEE) EM MOÇAMBIQUE	59
5.1 CONCEITO DE ZONA FRANCA INDUSTRIAL E ZONA ECONÔMICA ESPECIAL	61
5.2 OBJETIVOS DA CRIAÇÃO DAS ZONAS FRANCAS INDUSTRIAIS E ZONAS ECONÔMICAS ESPECIAIS EM MOÇAMBIQUE	62
5.3 VANTAGENS DAS ZONAS FRANCAS INDUSTRIAIS E ZONAS ECONÔMICAS ESPECIAIS	63
5.4 CONTEXTO EM QUE SURGEM AS ZONAS FRANCAS INDUSTRIAIS E ZONAS ECONÔMICAS ESPECIAIS EM MOÇAMBIQUE	67
5.5 ZONA ECONÔMICA ESPECIAL (ZEE) DE NACALA	68

5.6 ZONA FRANCA INDUSTRIAL (ZFI) DE MOMA	68
5.6.1 AREIAS PESADAS DE MOMA (KENMARE)	69
5.6.2 PROJETOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL	69
5.6.3 EDUCAÇÃO	72
5.6.5 EMPREGO	73
	73
5.6.7 ZONA FRANCA INDUSTRIAL DA BEIRA	75
5.8 ZONA FRANCA INDUSTRIAL DE MOATIZE	76
5.8.1 MEGA-PROJETO DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL DA VALE MOÇAMBIQUE	78
5.8.2 MEGA-PROJETO DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL DE BENGA (RIVARSDALE)	78
5.8.3 ZONA FRANCA INDUSTRIAL DE BELULUANE	79
5.9 CONTRIBUTO DAS ZONAS FRANCAS INDUSTRIAIS NO CRESCIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DE MOÇAMBIQUE	82
6 MEGA-PROJETOS EM MOÇAMBIQUE	87
CONCLUSÕES	91
REFERÊNCIAS	95

Lista de Abreviaturas

AED – Ajuda Externa ao Desenvolvimento

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas Para os Refugiados

ANC – African National Congress

APIE – Administração do Parque Imobiliários do Estado

BM – Banco Mundial

Bd M – Banco de Moçambique, letra maiúscula para diferenciar com Banco Mundial

BPD – Banco Popular de desenvolvimento

COMECA – Concil for Mutual Economic Assistance

DPCCN – Departamento de Prevenção e Combate às Calamidades Naturais

MEC – Complexo Mineral-Energético Sul-africano

CAIL – Complexo Agro – Industrial do Limpopo

CIA – Central Intelligence Agency

CONSAS – Constellation of Southern Africa States

DETA – Direção de Exploração dos Transportes Aéreos

EUA – Estados Unidos da América

EE – Empresa Estatal

EMOCHÁ – Empresa Moçambicana de Chá

Felimo – Frente de Libertação de Moçambique, mais tarde, em 1977, transformado em partido de vanguarda marxista – leninista

FAO – Food and Agriculture Organization

FMI – Fundo Monetário Internacional

UNICEF – Fundo das Nações Unidas Para a Infância

GAPO – Gabinete de Apoio à Produção

GAZEDA – Gabinete das Zonas Económicas de Desenvolvimento Acelerado

HIV/SIDA – Human Imuno Deficiency Vírus/Síndrome da Imune Deficiência Adquirida

HIPC – High Indebted Poor Countries

IFI – Instituições Financeiras Internacionais

FNUAP – Fundo das Nações Unidas Para a População

IED – Investimento Estrangeiro Direto

IDA – International Development Association

KMAD – Kenmare Moma Associação de Desenvolvimento

MONAP – Mozambique Nordic Assistance Program

MOTRACO – Mozambique Transmission Company

MOZAL - Mozambique Aluminium

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OPEP – Organização dos Países Produtores e Exportadores do Petróleo

OTAN – Organização do Trado de Atlântico Norte

ONU – Organização das Nações Unidas

ONUSIDA – Organização das Nações Unidas para o combate à Síndrome de Imune Deficiência (SIDA)

ONGs – Organizações Não Governamentais

OPEP – Organização dos Países Produtores e Exportadores do Petróleo

OMS – Organização Mundial de Saúde

PEC – Plano Econômico Central

PRE – Programa de Reabilitação Econômica

PAE – Programa de Ajustamento Estrutural

PMA – Programa Mundial de Alimentação

PNB – Produto Interno Bruto

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RAS – República Sul Africana

RDA – República Democrática Alemã

RENAMO – Resistência Nacional de Moçambique

RFA – República Federal Alemã

ROMOS – Rodoviária de Moçambique Sul

ROMOC – Rodoviária de Moçambique Centro

ROMON – Rodoviária de Moçambique Norte

SADCC – Southern Africa Development Conference

SWAPO – South West Africa People's Organization

SASOL – Suid Afrikaanse Steenkool en Olie - Carvão e Óleo Sul-Africanos

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

UTRE – Unidade Técnica para a Reestruturação das Empresas

ZANU – Zimbabwe African People's Union

ZFI – Zonas Francas Industriais

ZEE – Zona Econômica Especial

1 INTRODUÇÃO

A longa caminhada que Moçambique iniciou há 34 anos com a independência nacional ocorrida em 1975, foi marcada por uma sucessão de crises. Moçambique “saiu de uma economia planificada centralmente para uma economia de mercado; da guerra para a paz e de um sistema político de partido único para o multipartidarismo¹”. As transformações políticas e econômicas que o país teve que introduzir, para sair do marasmo que a guerra de desestabilização e a seca tinham provocado e as orientações das Instituições de Bretton Woods (BM e FMI), levaram o país a um empobrecimento absoluto, endividamento e dependência econômica e política de países ocidentais.

Problemas e entraves políticos, econômicos e sociais internos (domésticos), regionais e globais marcaram as diferentes etapas da história de Moçambique pós-colonial. A agressão movida, primeiro, pela Rodésia do Sul, atual Zimbabwe, pela África do Sul do apartheid e, depois, pelo Movimento de Resistência Nacional de Moçambique (Renamo), a seca que assolou o país na década de 1980 e a crise econômica dos anos 1980 motivada pela alta dos preços do petróleo foram responsáveis pelo fracasso do socialismo.

Por outro lado, o processo de Ajustamento Estrutural, acompanhado pela emergência da corrupção patrocinada e apadrinhada pelas Instituições de Bretton Woods, com apoio das elites locais, tomou de assalto o país em sua fase socialista. Todos esses fatos, conjugados, tornaram incerto o futuro do país.

Moçambique, como Estado soberano, participa do sistema internacional global e insere-se num subsistema internacional – a região da África Austral. O sistema internacional e o subsistema regional em que Moçambique se insere, “é composto por entidades políticas independentes e outros atores das Relações Internacionais como Organizações Internacionais e empresas multi e transnacionais que interagem freqüentemente umas com as outras com base em processos regulamentados produzindo relações de cooperação e conflitos” (HOLST, citado por WILLIAMS e OUTROS 1994, p.57- 58).

No processo de interação com outros Estados e outros atores do sistema internacional, Moçambique estabeleceu relações de cooperação. No período que se seguiu ao processo de independência, manteve relações estreitas com os países do Leste Europeu pertencentes ao bloco socialista bem como cooperou com atores globais das Relações Internacionais como o

FMI, BM, ONU, corporações multinacionais e países do bloco ocidental como EUA, Inglaterra, França. Após a independência Moçambique tentou construir o socialismo no país, mas não teve o sucesso esperado. Após a queda do bloco socialista, a alternativa encontrada pelo país levar adiante um programa de desenvolvimento foi submeter-se às políticas neoliberais que, na época, haviam adquirido hegemonia na economia internacional.

Na África Austral, Moçambique desenvolveu relações conflituosas e/ou de cooperação com os outros Estados da região. Desde 1976, o país sofreu agressões militares da Rodésia do Sul, da África do Sul e uma guerra de desestabilização movida pela Renamo. Em 1992 assinou o acordo de paz com a Renamo, ato que marcou o fim do conflito armado em Moçambique.

As agressões externas enfrentadas por Moçambique resultavam de seu apoio aos movimentos de libertação na África do Sul e no Zimbabwe. Também cooperou com todos países da África Austral que lutavam contra o colonialismo e a discriminação racial na região e participou na construção da *Southern Africa Development Conference* (SADCC) em 1980, visando criar uma plataforma de integração regional que libertasse os restantes Estados da região da dependência da África do Sul.

Nos dois principais períodos da história de Moçambique entre 1975 a 2009, houve dois períodos: entre 1975 e 1983, tentou-se estabelecer o socialismo no país e, no segundo, de 1984 até 2009, procurou-se implantar uma economia capitalista de mercado.

Após a independência, ocorrida em 1975, Moçambique teve sua economia planificada, baseada no modelo socialista de desenvolvimento, que trouxe expectativas de que o desenvolvimento nacional seria alcançado. A construção de Cooperativas Agrícolas (CA) e de Consumo (CC), Empresas Estatais (EE) sob gestão do Estado seriam adotadas para modernizar as zonas rurais e levar a um rápido desenvolvimento (num período de 10 anos). Porém, catástrofes ecológicas e políticos de origem interna, regional e global levaram ao fracasso desse desenvolvimento.

O projeto socialista fracassou em decorrência de várias circunstâncias: a guerra civil e de desestabilização movida pela Rodésia do Sul de Ian Smith, pela África do Sul e pelo Movimento de Resistência Nacional de Moçambique (Renamo); a alta dos preços do petróleo e o desequilíbrio ecológico, que em 1983, provocaram a seca e o aumento da dívida externa do país; a recusa da entrada de Moçambique no *Council for Mutual Economic Assistance*, o

Conselho para Assistência Econômica Mútua (COMECON) e o fim da Guerra-Fria. O país, então, optou por um *desanuviamiento*² em suas relações com o mundo ocidental, levando adiante um projeto de transformação da experiência socialista em um projeto neoliberal.

Em 1983, iniciou-se a segunda fase da história da criação do Estado nacional moçambicano. Moçambique, seguindo as recomendações de Bretton Woods³, liberalizou a economia, abriu o mercado e implantou uma democracia multipartidária. Políticas neoliberais foram incorporadas no Programa de Ajustamento Estrutural (PAE)⁴ em 1987. O Programa de Reabilitação Econômica (PRE), no âmbito do PAE, abriu a economia de Moçambique aos Investimentos Estrangeiros Diretos (IED); realizaram-se cortes nas despesas públicas em áreas sociais críticas, como educação e saúde, e as empresas estatais e complexos agropecuários e industriais foram privatizados. Estas medidas geraram um desemprego em massa, que impactou profundamente nas famílias pobres que, perderam o poder de compra, uma vez que a maior parte dos chefes de famílias havia perdido o emprego.

As privatizações resultantes do Programa de Reabilitação Econômica, além de terem aberto a economia ao Investimento Estrangeiro, deram origem a uma burguesia nacional que enriqueceu através de mecanismos corruptos, abrindo espaço para a implantação de um capitalismo “selvagem⁵”. A formação do setor privado empresarial, em Moçambique, resultou de investimentos de capitais locais aliados ao capital externo, formando uma tripla aliança Instituições de Bretton Woods – Capital Interno – Capital Externo (MOSCA 2000, p. 316).

Nesta dinâmica as Instituições de Bretton Woods agiram no *front line* obrigando os países pobres como Moçambique a flexibilizarem suas legislações de forma a atrair as corporações multinacionais com as quais se associaram as elites locais. Sob uma forte influência das IBW's, a corrupção cresceu e as elites nacionais associaram-se ao capital estrangeiro. Dessa associação, entre as elites e o capital estrangeiro, resultou o *rool back* dos recursos da ajuda destinadas ao desenvolvimento do país para os países de origem através dos paraísos fiscais, em troca de programas de ajuda como criação de infra-estruturas básicas de saúde e educação, visando a sobrevivência do Estado e não o desenvolvimento do país.

A abertura da economia ao Investimento Estrangeiro facilitou a entrada no país de corporações multinacionais. Em Moçambique, as corporações multinacionais atuam sob a forma de mega-projetos localizados em Zonas Francas Industriais (ZFI) e Econômicas Especiais (ZEE). As ZFI e ZEE instalaram-se na província nortenha de Nampula, onde foi fixada a ZEE de Nacala, que abarca os distritos de Nacala-porto e Nacala-a-velha. Na mesma província, funciona a ZFI de Moma onde foi instalado o projetos das Areias Pesadas de Moma da Kenamre na localidade de Topuito.

Na província central de Sofala foi instalada a ZFI da Beira que alberga os projetos de Ferro e Aço da Beira (BL&SP) e o projeto petroquímico da Beira. Ainda no centro do país, localiza-se a ZFI de Moatize, na província de Tete com dois projetos de exploração de carvão mineral: o projeto da Vale Moçambique (antiga Companhia do Vale do Rio Doce) e da RIVERSDALE – (um consórcio australiano e a Tata Steel indiana).

No Sul do país, na província de Inhambane, localiza-se o projeto de extração de gás natural de Pande, pertencente à Sasol e, em Maputo a ZFI de Beluluane que alberga várias empresas que prestam serviços à Mozambique Aluminium (MOZAL) e, a própria MOZAL, que funciona em regime de ZFI.

Durante o período de economia planificada não existiam Zonas Francas Industriais nem Econômicas Especiais. Entretanto, a partir de 1987, com as mudanças ocorridas na economia internacional e a conseqüente aceitação das políticas do FMI e do BM, houve uma modificação na legislação moçambicana, para facilitar a liberação da entrada de capitais estrangeiros e de empresas multinacionais. Com a entrada de capitais estrangeiros e essas modificações legais, instalaram-se as Zonas Francas Industriais e Zonas Econômicas Especiais, que deram origem aos enclaves econômicos que caracterizaram a economia do país.

As potencialidades econômicas de Moçambique têm despertado o interesse de investidores estrangeiros interessados em investir em ZFI e ZEE, como também de pesquisadores nacionais e estrangeiros interessados em compreender a problemática de desenvolvimento de África, em geral, e da África austral, em particular.

Estudos relativos à problemática de desenvolvimento da África, em geral, e da África austral, em particular, sub-região do continente africano onde Moçambique se localiza, têm sido desenvolvidos em países que, como o Brasil, possuem interesses de natureza variada, que os levam a analisar o futuro da África, em geral, e da África Austral, em particular. Tais estudos têm sido desenvolvidos em Suécia, Inglaterra, Brasil, Estados Unidos da América, Portugal, Noruega e outros.

Com relação ao desenvolvimento de Moçambique, todavia, é reduzido o número de pesquisadores que produzem trabalhos sobre a origem e as circunstâncias que têm obstaculizado o avanço do desenvolvimento do país após a sua independência. Chama atenção o reduzido número de intelectuais moçambicanos que se têm preocupado em encontrar as razões que levaram Moçambique à atual situação de pobreza, desemprego e analfabetismo. Moçambique é, segundo o último relatório de Desenvolvimento Humano, um dos países com menor Índice de Desenvolvimento Humano do mundo, ocupando a 165ª posição na tabela de

classificação. Importantes exceções de intelectuais cometidos com a atual situação de pobreza do país são: Carlos Nuno Castel-Branco, João Mosca, José Castiano e outros. Quanto à produção de estudos de autores estrangeiros sobre Moçambique, destacam-se as contribuições de Hans Abrahamsson e Anders Nillson, Joseph Hanlon e Kenneth Hermele.

Em geral, os trabalhos produzidos pelos autores mencionados têm privilegiado as variáveis econômicas, sociais e políticas do subdesenvolvimento moçambicano com destaque para os conflitos políticos com países vizinhos. Nesses estudos não é tratado com devido rigor o caráter de enclave da economia moçambicana.

Essa constatação, motivou a escolha do tema, desta pesquisa que destaca o Ajustamento Estrutural, o papel da Ajuda Externa e a criação e expansão das Zonas Francas Industriais e as Zonas Econômicas Especiais em Moçambique como fatores de atraso do desenvolvimento econômico e social do país.

Esta pesquisa tem como objeto de estudo identificar as razões e os atores que, no período analisado, contribuíram para que Moçambique, apesar de dispor de uma abundância de recursos- energia elétrica, gás natural, carvão mineral, areias pesadas- ; ser beneficiário de Ajuda Externa ao Desenvolvimento e receber Investimentos Estrangeiros Diretos, não tenha conseguido desenvolver sua economia, melhorar bem-estar de sua população e desenvolver uma política externa voltada aos interesses do país.

Para tanto, os objetivos serão: 1. analisar a dependência econômica e financeira de Moçambique com relação aos países ocidentais e às Instituições Financeiras Internacionais; 2. relacionar o fracasso dos programas de Ajustamento Estrutural, com ajuda externa e a presença do capital estrangeiro (MOSCA 2005, p. 316); 3. analisar o papel das relações entre as elites nacionais e o capital estrangeiro, caracterizadas pela corrupção, na permanência da situação de atraso e pobreza predominante na sociedade moçambicana.

O período em estudo vai do ano de 1975, quando Moçambique se tornou independente, até 2009 e está dividido em dois sub-períodos. O primeiro de 1975 a 1987, quando ocorreu a experiência de criação de uma economia planificada, de orientação socialista e, o segundo, de 1987 a 2009, quando a economia do país transformou-se numa economia capitalista de mercado. Entre os dois períodos houve um período de transição do socialismo para o capitalismo entre 1983 e 1987, no qual a economia moçambicana entrou em colapso devido à guerra de desestabilização, desequilíbrio ecológico e deu-se o início às conversações que terminaram com a aceitação de Moçambique como membro do FMI e do BM em 1984.



A dissertação baseia-se na teoria da dependência e no conceito de enclave econômico. Ambos permitem compreender a dependência econômica e financeira de Moçambique com relação às Instituições Financeiras Internacionais e ao Investimento Estrangeiro Direto e o papel das ZFI e ZEE no empobrecimento do país.

O conceito de enclaves econômicos⁶ possibilita a análise da estrutura de dependência da economia moçambicana. Ele permite avaliar e analisar o papel dos mega-projetos das corporações multinacionais que se localizam nas Zonas Francas Industriais e Zonas Econômicas Especiais e os mecanismos econômicos e legais que permitem sua autonomia com relação à economia nacional. Ao mesmo tempo, possibilita entender seu descolamento da sociedade e os reduzidos ganhos desta resultantes de seu funcionamento.

As autoridades governamentais e a classe capitalista moçambicana aliaram-se às corporações multinacionais. Esta aliança deu origem à dependência econômica internacional e a supressão da autonomia política do país. Tais ligações com as elites do centro, funcionam como pontes de interesse e conexão (GALTUNG 1971)⁷, citado por (CHASE – DANN 2008, P.723). Grupos poderosos politicamente, em face da debilidade econômica e à necessidade de manter o poder, associaram-se a empresas estrangeiras criando enclaves econômicos que caracterizam a economia de Moçambique (CARDOSO e FALETTTO 2004, p.100).

A primeira parte da dissertação descreve a evolução política, econômica e social de Moçambique no período pós-independência, quando ocorreu a experiência política e econômica socialista.

A segunda aborda primeiro, o impacto das reformas neoliberais sobre a sociedade moçambicana, introduzidas em 1983; em segundo lugar aborda a substituição da constituição socialista por uma constituição democrática, e; em terceiro lugar o Programa de Reabilitação Econômica implantado em 1987.

Em último lugar descreve as Zonas Francas Industriais e Zonas Econômicas Especiais criadas como recurso para a implantação da nova política neoliberal pautada pelos órgãos internacionais.

Para a realização desta dissertação foi usado o método de estudo de caso com recurso à fontes primárias baseadas em entrevistas com quadros seniores do Gabinete de Zonas Econômicas de desenvolvimento acelerado (GAZEDA), do Ministério das Finanças, do Ministério de Comércio e do Projeto de Areias Pesadas de Moma – Kenmare.

Foram, também, usadas, como fontes secundárias, obras produzidas por diversos autores, documentos do GAZEDA, do Centro de promoção de Investimentos (CPI), do Ministério das Finanças, Ministério da Indústria e Comércio e do Ministério da Função Pública.

2 EVOLUÇÃO POLÍTICA, ECONÔMICA E SOCIAL DE MOÇAMBIQUE APÓS A INDEPENDÊNCIA (1975-1983)

A evolução política, econômica e social de Moçambique após a independência, ocorrida em 1975, foi marcada pela tentativa de construção de um modelo socialista de desenvolvimento. De 1975 a 1977 foram introduzidas reformas econômicas e sociais visando consolidar o socialismo⁸ como modelo de desenvolvimento econômico e social. A propriedade privada foi substituída pela propriedade estatal e pelas cooperativas agrícolas; foram construídas aldeias comunais; as empresas e o patrimônio imobiliário antes pertencente aos colonos portugueses foram nacionalizados; áreas sociais como saúde e educação foram, também, nacionalizados. A Frelimo⁹ deixou, em 1977, de ser um movimento de libertação e passou a ser um partido de vanguarda marxista-leninista.

As políticas econômicas introduzidas para implementar o socialismo foram as seguintes: eliminação da propriedade privada dos meios de produção; eliminação das autoridades comunitárias pela sua alegada ligação com o poder colonial; nacionalização das propriedades privadas abandonadas por estrangeiros de origem portuguesa e indiana; organização da produção rural em cooperativas e propriedades coletivas e estatais, que demandava a concentração da população em aldeias comunais; gestão centralmente planejada da economia e assinatura de acordos de cooperação com a ex- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e outros países do bloco leste. Como resultado destas medidas, entre 1977 e 1981 conseguiu-se deter a queda nos níveis de produção e a exportação aumentou 83% (ABRAHAMSSON & NILSSON, 1994, p. 44).

A Frelimo deu início à estruturação do novo poder e a sociedade inspirada na ideologia marxista-leninista. Assumiu as funções de “partido – Estado”; centralizou o poder e a planificação da economia; a organização da população e da economia passou a ser controlada pela burocracia partidária no poder; “os discursos passaram a fazer referência ao capitalismo como um sistema de exploração, à coletivização dos meios de produção, a terra como propriedade do Estado e à prioridade da resolução das necessidades do povo”. (MOSCA 2005, p.148-9)

O Segundo (JOSÉ 2005, p.5) citando o artigo 4º da constituição de 1975, o projeto político, econômico e social que o Estado moçambicano pretendia adotar foi explicitado na Constituição de 1975. A constituição fixava como objetivos fundamentais: nomeadamente, *a*

*eliminação das estruturas de opressão e exploração coloniais e tradicionais e da mentalidade que lhes está subjacente; e extensão e reforço do poder popular democrático; a edificação de uma economia independente e a promoção do progresso cultural e social; e edificação da democracia popular e a construção das bases material e ideológica da sociedade socialista*¹⁰.

O novo Estado independente devia satisfazer às necessidades da população através da eliminação da propriedade privada. Para tal, foram feitas nacionalizações em seis áreas: terra, banca, parque imobiliário (edifícios de habitação) em áreas sociais como saúde, educação e agências funerárias.

O Decreto – Lei nº 16/76, de 13 de Fevereiro de 1975, permitia a intervenção e tutela do Estado sobre as empresas e as propriedades agrícolas abandonadas e sabotadas pelos seus antigos proprietários. Durante o período de transição, muitos cidadãos estrangeiros abandonaram (ou foram forçados a abandonar) o país. Entre eles estavam os proprietários de unidades fabris, comerciantes e profissionais qualificados. A produção decresceu rapidamente; o comércio rural entrou em colapso, uma vez que comerciantes asiáticos e portugueses haviam abandonado o país; os camponeses não podiam vender o seu excedente do seu trabalho ou comprar bens de consumo. Muitos farmeiros portugueses abandonaram as farmas matando o gado e destruindo tratores. Todavia, era necessária a intervenção do Estado sobre as empresas abandonadas para garantir o emprego e continuação da produção (JOSÉ 2005, p. 6-7) citando (HANLON 1984, p. 72)¹¹.

“Os Ministérios da Agricultura, Indústria e Comércio responsáveis pela tutela das empresas abandonadas e sabotadas, criaram os Gabinetes de Apoio à Produção (GAPO)” (CARDOSO 2000, p. 133)¹² citado por (MOSCA 2005, p.148). Os Gabinetes de Apoio à produção tinham como função centralizar a gestão, a solicitação de financiamentos à banca, assistência técnica, apresentação de planos de investimento e de bens de consumo de equipamentos a importar e elaboração da contabilidade.

Os grandes monopólios constituídos por grandes plantações, parcelas de terra abandonadas pelos portugueses e as grandes empresas de fornecimento de energia elétrica, água e telecomunicações foram transformadas em Empresas Estatais (EE). As propriedades agrícolas estatais foram criadas à imagem dos *sovkhoz*¹³ soviéticos. Por exemplo, as grandes plantações de chá na província da Zambézia deram origem a Empresa Moçambicana de chá (EMOCHÁ) e as grandes parcelas do Complexo Agro Industrial do Limpopo (CAIL) abandonadas pelos portugueses foram o exemplo de empresas estatais socialista: grandes em dimensões, com infra-estrutura que permitissem a intensificação produtiva e com aldeias comunais.

Após a tomada do poder pelo governo de transição, em 1974, e particularmente depois da independência, a socialização do meio rural tornou-se uma prioridade. Devia ser feita através das aldeias comunais, empresas estatais e cooperativas agrícolas. A cooperativização era concebida como uma forma de eliminar o individualismo, e as aldeias comunais para eliminar a dispersão e as dificuldades de controlo da população e facilitar a prestação de serviços sociais (educação, saúde, água e melhoria da habitação) (CASAL 1992, p. 45) citado por (MOSCA 2005, p.176).

Este modelo de organização da produção era resultado da adoção da “experiência das Ujamaa House, adquirida na Tanzânia, onde a direção a Frelimo permaneceu durante grande parte da luta de libertação”. (ABRAHAMSSON & NILSSON, 1994, p. 38)

As populações foram concentradas em aldeias comunais e as propriedades antigamente pertencentes a colonos portugueses em cooperativas agrícolas, propriedades estatais e coletivas. As aldeias visavam garantir a assistência social e fornecimento de serviços básicos de saneamento, habitação saúde e educação às populações. A transformação das propriedades abandonadas em propriedades estatais e cooperativas agrícolas visava responder à necessidade de industrialização, através dos excedentes agrícolas, aumentando a produção e produtividade agrícola, e substituir o *chibalo* (trabalho forçado) por uma forma de trabalho mais digna.

Durante a luta de libertação nacional surgiu a idéia de industrializar rapidamente com os excedentes agrícolas. Para que isso pudesse acontecer, a agricultura devia ser mecanizada para produzir excedentes para exportação, alimentos e matéria-prima para a indústria. O campo devia ser modernizado, e para tanto devia ter suas atividades mecanizadas, o uso da quimização e intensificação produtiva. Para tanto foram realizados grandes investimentos no setor agrícola, importaram-se equipes de técnicos e equipamentos dos países socialistas com dezenas de profissionais especializados de várias áreas¹⁴.

A agricultura foi mecanizada rapidamente para aumentar a produtividade e para substituir o *chibalo* e o trabalho manual duro, na perspectiva de restituir a dignidade ao cidadão, por uma forma de agricultura moderna. As populações foram concentradas em aldeias comunais e, as propriedades abandonadas foram transformadas em propriedades estatais e cooperativas agrícolas, sendo que as propriedades estatais deviam financiar as cooperativas.

Após a independência, as grandes empresas públicas do período colonial passaram diretamente para o controle do Estado moçambicano; tal foi o caso das empresas de transporte aéreo (a Direção de Exploração dos Transportes Aéreos – DETA que deu origem às Linhas Aéreas de Moçambique – LAM); os Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM) que

mantiveram o mesmo nome. As empresas rodoviárias de transporte de passageiros foram integradas em três grandes monopólios regionais – sul, centro e norte – com o nome de Rodoviária de Moçambique Sul (ROMOS), Rodoviária de Moçambique Centro (ROMOC) e Rodoviária de Moçambique Norte (ROMON).

Os bancos portugueses que operavam em Moçambique foram estatizados e criadas duas novas instituições: o Banco de Moçambique (BdM), com funções de Banco Central e de operações externas e o Banco Popular de Desenvolvimento (BPD), banco comercial com atribuições de financiamento da economia.

Paralelamente, foi nacionalizado o sector imobiliário e setores sociais como saúde e educação. O parque imobiliário passou à tutela da Administração do Parque Imobiliário do Estado (APIE).

Com a nacionalização das áreas de saúde e educação, houve melhoria e expansão da rede sanitária e educacional. O número de docentes de nível básico e secundário aumentou de dez para vinte mil em 1982 e fez-se um plano para alfabetizar os adultos. Entre 1975 e 1980, o analfabetismo diminuiu de 93% para 70%. As escolas secundárias e profissionais não encerraram, a Universidade de Lourenço Marques passou a ser designada Universidade Eduardo Mondlane (UEM). A educação tornou-se gratuita e as acessibilidades deixaram de estar determinadas pelas condições económicas das famílias, aumentou o número de escolas de ensino básico.

A rede sanitária expandiu-se. O número de postos de saúde aumentou quatro vezes durante os primeiros sete anos da independência e o número de habitantes por instituição de saúde materno-infantil, aumentou. Foi levada a cabo uma das mais louváveis campanhas de vacinação do mundo em que todas as crianças foram beneficiadas.

O projeto de desenvolvimento socialista implantou-se no terceiro congresso da Frelimo, em 1977, quando a Frelimo deixou formalmente de ser um movimento de libertação e assumiu a condição de partido marxista-leninista. A transformação da Frelimo em partido de vanguarda marxista-leninista visava não só a implantar um modelo de desenvolvimento socialista, como também convencer os países socialistas da sua opção pelo socialismo, como forma de atrair apoio do bloco socialista para a materialização do projeto de desenvolvimento socialista uma vez que a escolha político-ideológica da Frelimo limitava o apoio do bloco ocidental.

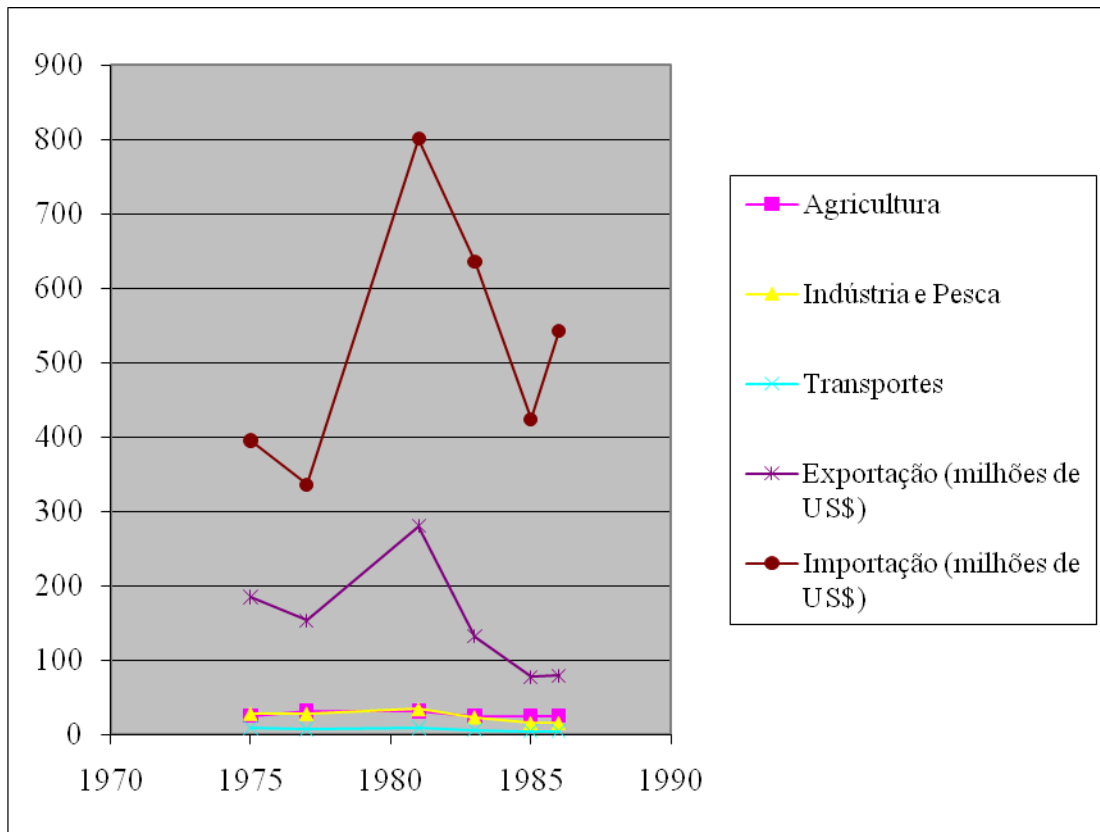
A base social do poder assentou-se na aliança operário-camponesa. Os países socialistas foram considerados aliados naturais; houve uma intensificação das relações diplomáticas com países socialistas com o objetivo de obter apoio financeiro para os mega-

projetos de agricultura. Contudo, a tentativa de Moçambique integrar o *Concil for Mutual Economic Assistance* (COMECON), foi frustrada em 1981.

A partir de 1977 o governo tomou a iniciativa de estruturar e aplicar o modelo econômico socialista. A gestão da economia passou a ser centralmente planificada. Foi aprovado o Plano Estatal Central (PEC), instrumento de direção econômica.

Entre 1977 e 1981 a economia registrou um crescimento significativo. Algumas empresas recuperaram a sua produção. Elaborou-se o Plano Prospectivo Indicativo (PPI), para 10 anos, 1980 e 1990, integrado por um conjunto de metas econômicas e sociais, com o objetivo de acabar com o subdesenvolvimento e construir um país socialista (MOSCA 2005, p. 210).

GRÁFICO 1- DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO DE 1975 A 1986



Fonte: Ratilal, 1990, och *informação Estatística*, CNP, in Abrahamsson e Nilsson (1994, p. 47)

Depois da bonança veio a tempestade. A seca e guerra de desestabilização provocaram uma crise que levou ao decréscimo da economia. O desequilíbrio ecológico que assolou a região da África Austral entre 1982 e 1983, que provocou a seca e a guerra de desestabilização política e econômica movida primeiro pela Rodésia do Sul, depois pela África do Sul e mais tarde pela Renamo, foram responsáveis pela crise econômica.

A guerra tinha como alvos preferenciais as infra-estruturas econômicas e sociais: estradas de ferro, rodovias, fábricas, escolas e hospitais. Com a seca, o índice de produção de alimentos baixou ao mesmo tempo em que a guerra bloqueava as vias de escoamento campo – cidade provocando escassez de alimentos dos dois lados – campo e cidade.

A estrutura política do Sistema Internacional fez com que a guerra em Moçambique fosse enquadrada no padrão do conflito global leste – oeste, no contexto da Guerra Fria. O incorporamento do conflito moçambicano dentro dos padrões do conflito global, justificava o realismo político que caracterizou o mundo pós segunda guerra mundial, 1945 – 1990. Os principais protagonistas os Estados Unidos da América (EUA) e a URSS tinham a idéia do potencial destrutivo que significaria uma confrontação direta. Por isso, o conflito foi transferido para outros países majoritariamente do terceiro mundo como Moçambique.

A Política Externa americana com relação à África do Sul desempenhou um papel preponderante tanto na manutenção da boa relação da África do Sul e os países vizinhos, por um lado e, por outro, na relação conflituosa que caracterizou as relações África do Sul e Moçambique na década de 1990 – 1990, na administração Botha. A política dos direitos humanos de Carter tinha influenciado a “*constructive engageent*” de Ronald Reagan que teve impacto na “*total strategy*” de Pieter Botha, depois de Vorster.

Em 1977, já tinha sido iniciada por Vorster a estratégia das *Constellation of Southern Africa States* (CONSAS) - política de constelação de Estados com o objetivo de integrar todos os países da África Austral no mesmo sistema econômico cujo centro seria a África do Sul. Este projeto foi de novo retomado por Botha na década de 1980, todavia, não teve sucesso, pois a maior parte dos países da África Austral fundaram a organização dos países da Linha da Frente, em 1977 que foi mais tarde, em 1980, substituída pela SADCC – Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento da África Austral.

3 OBSTÁCULOS QUE DETERMINARAM O FRACASSO DO SOCIALISMO EM MOÇAMBIQUE

3.1 DETERMINANTES GLOBAIS E REGIONAIS

Circunstâncias políticas regionais e globais inviabilizaram a implantação do socialismo em Moçambique. A Guerra-Fria e a presença de governos de minoria branca na Rodésia do Sul e na África do Sul¹⁵ são apontados como alguns graves e profundos obstáculos que impediram a construção do socialismo em Moçambique.

A África do Sul recebia apoio do ocidente, sobretudo da Inglaterra e dos EUA e Moçambique dos países do Leste e da China. O que fez com que as relações entre os dois países fossem influenciadas pelo conflito Ocidente – Leste no âmbito da Guerra-Fria.

A África do Sul além de ser importante produtor mundial de ouro e de outros minérios importantes destinados ao mundo ocidental industrializado, era o bastião ocidental branco na África Negra. “Moçambique era um Estado negro marxista-leninista, que além de ter recebido apoio da União Soviética e da China durante a luta armada de libertação nacional, contou com ajuda desses países socialistas no apoio ao Congresso Nacional Africano (ANC), para derrotar o apartheid e o capitalismo na África do Sul.” (ABRAHAMSSON & NILSSON 1994, p. 103)

A política externa de Moçambique era favorável aos movimentos nacionalistas¹⁶ contra a ocupação colonial na Namíbia, o apartheid na África do Sul e contra o governo de minoria branca na Rodésia do Sul. Moçambique apoiou o *Zimbabwe African People's Union* (ZANU), do Zimbabwe; o *African National Congress* (ANC), da África do Sul e o *South West Africa People's Organization* (SWAPO) e, em cumprimento à decisão da Organização das Nações Unidas (ONU) de embargo contra o governo ilegal de Ian Smith fechou a fronteira com a Rodésia do Sul o que motivou uma série de ataques militares da Rodésia do Sul e da África do Sul contra Moçambique.

O apoio que Moçambique passou a dar aos movimentos nacionalistas regionais, depois da independência, fez desaparecer os Estados tampão de que a África do Sul se fazia rodear antes da independência de Moçambique. A Sudoeste encontrava-se a Namíbia ocupada pela África do Sul; ao Norte a Rodésia do Sul de minoria branca e a Nordeste a colônia portuguesa de Moçambique que dependia economicamente da África do Sul.

A Rodésia do Sul atacou militarmente Moçambique como retaliação ao apoio deste país à guerrilha da ZANU e ao fechamento da fronteira. Com a independência de

Moçambique, desapareceria a aliança do governo de Ian Smith com o poder colonial português, instalado em Moçambique, e o seu adversário, a Frelimo que apoiava a ZANU, seria reforçado pela Inglaterra, que pretendia aumentar as sanções, contra a Rodésia, oferecendo apoio econômico a Moçambique.

A intervenção sul-africana em Angola, fez desaparecer o compromisso de não agressão e não apoio ao ANC, traçado no acordo secreto de 1974 entre a África do sul e Moçambique. Os dois países começaram a violar o acordo. Moçambique deu retaguarda ao ANC e por conta disso, a África do Sul foi levando a cabo uma campanha de ataques militares contra Moçambique. A África do Sul atacou Moçambique em nome de perseguição de agentes do ANC, que se encontravam em Moçambique e da “*the communist total onslaught*”¹⁷ no âmbito da “*total strategy*”¹⁸ do então presidente sul-africano Pieter Botha.

O país, desde a independência, tinha sido vítima de uma guerra de agressão conduzida primeiro pela Rodésia do Sul e depois pela África do Sul. Esta guerra englobava todas as formas inimagináveis de agressão, desde bombardeamentos aéreos até à criação da Resistência Nacional de Moçambique (Renamo), uma organização homicida selvagem, desde ataques perpetrados por comandos tanto contra civis como contra alvos econômicos estratégicos, até a desestabilização econômica, através do corte de linhas de energia, reduzindo os rendimentos em divisas (HERMELE 1990, p. 6).

Os ataques militares sul africanos a Moçambique eram, também, uma demonstração de força para que o país reconhecesse a importância econômica da África do sul. “Os sul-africanos queriam que Moçambique reconhecesse a importância econômica de continuar a ser leal e de cooperar economicamente com a África do Sul. Para provar, a África do Sul diminuiu o número de mineiros moçambicanos de 120.000 para 40.000 entre 1975 e 1976” (ABRAHAMSSON & NILSSON 1994, p. 103). Os ataques dirigiam-se à infra-estrutura econômica e sociais tais como: ferrovias, rodovias, pontes, complexos industriais, escolas e hospitais. Os ataques tinham como objetivo sabotar o parque industrial para impedir o crescimento econômico do país. A tabela 1 mostra o impacto da política de hostilidade.

TABELA 1- AGRESSÃO MILITAR E ECONÔMICA CONTRA MOÇAMBIQUE

<i>Atividade Militar</i>	
Número de escolas primárias fechadas 1983-1987	2600
Porcentagem de rede escolar destruída	45%
Número de postos de saúde fechados 1982-1987	820
Porcentagem de rede de saúde destruída	31%
Número de lojas rurais fechadas 1981-1988	3200
Porcentagem de rede Rural destruída	50%
<i>Guerra econômica</i>	
Redução do nº de trabalhadores migrantes moçambicanos na África do Sul 1975-1987	67%
Redução da mercadoria da África do Sul em trânsito pelo Porto de Maputo 1975-1983	80%
Redução dos rendimentos de serviços à África do Sul 1975-1987	93%

Fonte: HERMELE, Kenneth (1990, p. 7). Moçambique numa encruzilhada econômica e política na era do Ajustamento estrutural

Em 1976, teve início a guerra da Renamo, desencadeada pelos serviços secretos da Rodésia do Sul, por grupos dissidentes da Frelimo, por antigos militares moçambicanos das forças especiais do exército português e, ainda, por colonos portugueses com interesses econômicos que, contra a sua vontade, tinham abandonado e residiam na Rodésia e na África do Sul. Com a independência do Zimbabwe, a África do Sul passou a financiar a Resistência Nacional de Moçambique e a usá-la como seu instrumento de desestabilização militar em Moçambique (MOSCA 2005, p. 142) citando (FLOWER 1987)¹⁹ e (BERNARDO 2003)²⁰.

Após a independência do Zimbabwe, a polícia secreta sul-africana passou a ter o controle da Resistência Nacional de Moçambique e a fazer o seu financiamento. O movimento passou a constituir o instrumento principal da desestabilização militar de Moçambique movida pela África do Sul (ABRAHAMSSON & NILSSON, 1994, p. 102).

Moçambique além de apoiar o Congresso Nacional Africano (ANC), fato que incomodava a África do Sul, tinha uma localização geoestratégica junto ao Oceano Índico que conferia-lhe um papel importante no âmbito da *Southern Africa Developmenta Coordenation Conference* – Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC).

Moçambique responsabilizava-se pelo setor de transportes e comunicação que contribuiu para que o regime do apartheid fosse isolado. A melhoria de infra-estruturas, de transportes e comunicação como linhas férreas e portos, com apoio de governos nórdicos como a Suécia, fazia com que as transações comerciais dos países do interior passassem a ser

feitas através de Moçambique e não pela África do sul. Estas ações foram punidas pelo presidente Botha que deu início à desestabilização militar e econômica.

O papel que Moçambique assumiria no âmbito da SADCC²¹ na área de transportes e comunicação²² custou a destruição das suas infra-estruturas econômicas e sociais (escolas, hospitais, rodovias, estradas de ferro, pontes, etc.). As destruições visavam enfraquecer economicamente o país e boicotar as iniciativas estrangeiras (norueguesas e suecas) de revitalizar e fortificar o sector de transportes e comunicação de Moçambique.

Uma vez forte, o setor moçambicano de transportes e comunicação, viabilizaria as iniciativas de desenvolvimento regional da SADCC, apertando cada vez mais o cerco para a África do Sul.

A vingança sul-africana derivava, também, da opção socialista de Moçambique, que frustrou os projetos de expansão geopolítica e imperialista da África do Sul na região da África Austral no âmbito da *Constellation of Southern Africa States* (CONSAS) – Política de Constelação de Estados²³ - e para que o sucesso alcançado em Moçambique nas áreas de educação e saúde não fosse um exemplo para a maioria negra que reivindicava cada vez mais da exclusão social o que tornaria o ANC mais radical.

O socialismo em Moçambique não preocupava apenas os sul africanos. Preocupava, também, os americanos. Washington estava preocupado com a presença soviética e radicalização da Frelimo com a sua transformação num partido de vanguarda marxista-leninista em 1977. A situação piorou quando em 1981, Moçambique expulsou diplomatas americanos acusados de serem gentes da Contra Inteligência Americana (CIA)²⁴. A partir daqui as relações entre EUA e Moçambique deterioraram-se. “A oposição à direita de Reagan começou a exigir que os EUA apoiassem a Renamo e durante muito tempo os EUA negaram ajuda internacional a Moçambique”. (ABRAHAMSSON & NILSSON, 1994, P. 88)

As relações diplomáticas de Moçambique com o Ocidente, a partir deste evento foram de azedume. A ajuda dos países ocidentais a Moçambique diminuiu significativamente e ajuda de emergência da ONU ficaram condicionados à solução do desentendimento com os EUA. Moçambique passou a enfrentar um bloqueio diplomático do Ocidente que se estendeu até 1984 quando foi aceito como membro do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial.

3.2 CIRCUNSTÂNCIAS INTERNAS QUE DITARAM O FRACASSO DO PROJETO SOCIALISTA

Circunstâncias internas também foram responsáveis pelo fracasso do projeto socialista em Moçambique. A extinção das autoridades comunitárias ligadas ao poder colonial (autoridades gentílicas); a falta de propriedades fundiárias para os camponeses; a construção das aldeias comunais; a transformação das propriedades pertencentes a antigos colonos portugueses, em propriedades coletivas e cooperativas agrícolas; o projeto de desenvolvimento industrial baseado na modernização através da mecanização agrária; a radicalização da política do partido no poder e as medidas tomadas no terceiro congresso da Frelimo, que resultaram na implementação da ideologia marxista-leninista, contribuíram para a crise econômica e o fracasso do projeto socialista em Moçambique.

A Frelimo considerava as autoridades comunitárias obscurantistas, classistas e exploradoras do povo. As autoridades coloniais cobravam os impostos, impunham as culturas obrigatórias e recrutavam a mão-de-obra para realizar trabalhos forçados nas grandes plantações – o *chibalo*. O papel destas autoridades como intermediárias na opressão do povo, foi o motivo de cisão com o novo poder da Frelimo, fato que fez com que se aliassem mais tarde à Renamo como alternativa de poder.

Vários dos dirigentes mais tradicionais do poder político ou cultural da sociedade moçambicana sentiram-se desamparados quando a Frelimo denunciou os seus hábitos e costumes como `tribais` e `obscurantistas`. Aqui, quebrou-se um laço da luta armada, quando a Frelimo fez compreender que os polígamos e religiosos não pertenciam ao partido marxista-leninista em que a Frelimo se tinha transformado em 1977, apenas dois anos após a independência. Esta ruptura com o poder tradicional teve consideráveis conseqüências e foi aproveitado pelas forças hostis à transformação social e ao socialismo (HERMELE 1990, p. 5).

Com a independência os camponeses esperavam receber terra, instrumentos de trabalho e aumentos salariais, prometidos durante a mobilização. Contrariamente às expectativas, os camponeses foram agrupados em aldeias comunais, foram criadas cooperativas agrícolas, propriedades coletivas e estatais para evitar a propriedade privada, marginalizando, deste modo, as populações. “A estratégia não enquadrou as razões pelas quais um importante estrato do campesinato tinha apoiado a luta de libertação, a recuperação

da terra da qual os camponeses haviam sido desapossados pelos portugueses” (HERMELE 1990, p. 5). Os camponeses mantiveram-se sem acesso à propriedade, o que decepcionou a maior parte da população rural que viu suas terras serem ocupadas pelas cooperativas e empresas estatais. Este aspecto foi bem aproveitado pela Renamo, que ao serviço da política externa sul-africana e da Guerra Fria, contra Moçambique, usou o descontentamento popular para obter apoio e bases junto às populações rurais.

A criação das aldeias comunais e as cooperativas foi outro nó de estrangulamento entre as populações rurais e as autoridades da Frelimo. Embora tivessem o objetivo de socializar o meio rural, eliminar o individualismo e a dispersão das populações que dificultaria a prestação de serviços essenciais de saúde, educação, água, habitação e saneamento do meio, as aldeias comunais e as cooperativas “não consideraram os costumes e a importância do espaço na organização social e econômica das famílias. Elas foram concebidas fundamentalmente como uma mudança física do local de residência” (MOSCA 2005, p. 160). Esta transformação chocou-se com os valores históricos e antropológicos das populações.

A modernização da agricultura exigia a participação de técnicos especializados, maquinarias e recursos financeiros. Mas, os técnicos vinham do estrangeiro, sobretudo, dos países do Leste e Nórdicos, e não conheciam a realidade local. Utilizaram recursos tecnológicos que resultaram no empobrecimento dos solos. Os recursos para financiar estes projetos vinham dos países do Leste e Nórdicos, o que levou o país ao endividamento e dependência externa.

O resultado de tais projetos foi uma crise econômica que inviabilizou o socialismo em Moçambique. Com a crise econômica, Moçambique viu-se obrigado a filiar-se à *Concil for Mutual Economic Assistance* (COMECON), mas não foi aceito. Como alternativa, a Frelimo desenvolveu negociações com países ocidentais e as Instituições de Bretton Woods (IBW's) em 1983, e, em 1984, foi aceito como membro do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM). Tais fatos levaram à abertura da economia do país aos Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) e deu origem ao Programa de Reabilitação Econômica (PRE) no contexto do Programa de Ajustamento Estrutural (PAE).

4 AS REFORMAS NEOLIBERAIS EM MOÇAMBIQUE (1984-1987)²⁵

As reformas neoliberais foram iniciadas em 1984 com a aceitação de Moçambique como membro do Banco Mundial (BM) e do Fundo Monetário Internacional (FMI) e introduzidas em 1987, com o Programa de Reabilitação Econômica (PRE)²⁶. O PRE surgiu no contexto do Programa de Ajustamento Estrutural (PAE)²⁷ inspirado nas decisões do Consenso de Washington.

As reformas visavam substituir o modelo socialista de desenvolvimento pelo capitalismo. Empresas do Estado foram privatizadas; reduziram-se os gastos do Estado com educação e saúde e; em 1990 uma nova constituição foi aprovada com o objetivo de acomodar a democracia multipartidária e propriedade privada.

A guerra, a seca, a crise econômica dos anos 1980 e o isolamento diplomático haviam piorado a situação econômica e social e aumentado as necessidades de apoio externo de Moçambique. A guerra havia destruído as infra-estruturas econômicas e sociais como escolas, hospitais, vias férreas, indústrias e rodovias; a seca causou a escassez de alimentos; a crise econômica agravou a dívida externa e o isolamento diplomático impedia o acesso à ajuda internacional de emergência na área alimentar.

As reformas neoliberais foram introduzidas para garantir a concessão de ajuda de emergência por causa da fome, acabar com a guerra de desestabilização (movida pela Renamo com suporte da África do Sul), negociar o reescalonamento da dívida e acesso a novos créditos e romper o isolamento diplomático com os países ocidentais.

4.1 O IMPACTO DO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO ECONÔMICA EM MOÇAMBIQUE

O Programa de Reabilitação Econômica em Moçambique teve duas fases. O Programa de Reabilitação Econômica (de 1987 a 1990) e o Programa de Reabilitação Econômica e Social (PRES) de 1990 até aos anos 2000. A terapia de choque imposta pelo Fundo Monetário Internacional, provocou cortes drásticos nas despesas públicas, a redução de salários e um aceleradíssimo processo de privatizações de empresas estatais e bancos comerciais, o que provocou graves e profundas manifestações sociais.

Greves, mobilizações sociais, conflitos sociais e degradação moral da sociedade caracterizaram esse processo. “A conseqüência de inúmeras manifestações de descontentamento (greves e mobilização de cidadãos e trabalhadores), levou em 1990, à transformação do Programa de Reabilitação Econômica em Programa de Reabilitação Econômica e Social”. (MOSCA 2005, p. 350)

Em 1983 Moçambique vivia uma forte crise econômica causada pela seca, o fechamento da fronteira com a Rodésia do Sul, o isolamento diplomático e a guerra de desestabilização. Este estado das coisas agravou a dívida externa do país que chegou a “atingir 97%” e precisava ser escalonada (HERMELE 1990, p. 2). Para resolver o problema da fome e as conseqüências da guerra, em 1981 Moçambique tentou, sem sucesso, filiar-se ao COMECON para obter apoio, não só para enfrentar a fome como também para acabar com a guerra de desestabilização. Diante da recusa, Moçambique encetou negociações com o mundo ocidental, que condicionou a ajuda, o reescalonamento da dívida e novos financiamentos, à assinatura de acordo de paz com a África do Sul e à adesão às Instituições de Bretton Woods (IBW’s) – Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM). As IBW’s impuseram a Moçambique um conjunto de obrigações:

- Cortar as despesas do governo – diminuição de salários e serviços sociais.
- Acabar com o envolvimento do Estado na economia e, o acesso ao crédito só podia ser determinado pelas forças de mercado.
- Privatizar serviços e empresas do Estado ou controladas pelo Estado.
- Acabar com subsídios e controlo de preços.
- Desvalorizar drasticamente a moeda.
- Abolir os regulamentos que restringiam as atividades das empresas privadas.
- Liberar o comércio internacional de barreiras e minimizar as taxas de importação e exportação; a produção nacional não podia ser protegida.
- Encorajar o investimento e as exportações (HANLON, 2008 p. 39).

*Mutatis Mutandi*²⁸, Moçambique iniciou um processo de reformas políticas e econômicas para atender às condicionalidades impostas pelas IBW’s para conceder ajuda solicitada. Foram feitas reformas na política interna e externa do país. A Frelimo deixou de ser um partido de vanguarda marxista-leninista e deu início ao estabelecimento de alianças com os antigos poderes comunitários.

Apesar de ter resgatado o país dos escombros da guerra e da fome que matava milhares de pessoas, as reformas neoliberais, em Moçambique, tiveram conseqüências

deletérias. O desemprego, a dívida externa, a corrupção, fuga de quadros do setor público para o setor privado; Organizações Não Governamentais e representações de Instituições Financeiras Internacionais e a degradação da qualidade de vida dos cidadãos foram as conseqüências da implementação das políticas reformistas.

As reformas mais do que aliviar o país da desastrosa situação em que se encontrava, apoiaram os interesses políticos e econômicos dos países ocidentais e das grandes corporações multinacionais.

Moçambique precisava romper o isolamento diplomático para se aproximar de países influentes como os EUA, a Comunidade Econômica Européia (CEE) atual União Européia (EU) subscrevendo-se ao tratado de Lomé²⁹. A aproximação ao Ocidente permitiria ao país receber ajuda para enfrentar a crise econômica, a guerra, filiar-se às Instituições Financeiras Internacionais (IFI) e receber investimentos privados através do Investimento Estrangeiro Direto (IED) (ABRAHAMSSON & NILSSON, 2001, p. 180).

4.2 AJUDA EXTERNA EM MOÇAMBIQUE

Com o Ajustamento Estrutural realizado, em 1987, Moçambique começou a receber ajuda bi e multilateral de emergência de diversos países do mundo; de Instituições Financeiras Internacionais; de Organizações Não Governamentais internacionais e de Agências das Nações Unidas, pois, a partir de 1982 a União Soviética tinha deixado de ser o parceiro estratégico para a solução das que Moçambique enfrentava – a guerra e a crise econômica.

O governo da Frelimo começou a aproximar-se do Ocidente e, em 1983 Moçambique aceitou a proposta dos EUA de realizar um acordo com a República da África do Sul, em que as duas partes se comprometiam a não apoiar ações contra outro país a partir do seu território. Em 1984 foi assinado o acordo de N´komati e, conseqüentemente, Moçambique pôde ser membro do FMI e do BM, reduzindo suas relações com a União soviética (ABRAHAMSSON & NILSSON, 2001, p. 180-1).

A necessidade urgente de ajuda alimentar internacional e de novos créditos internacionais, juntamente com a necessidade de apoio internacional político e diplomático para a luta contra o regime de minoria branca na África do Sul, fizeram com que Moçambique alterasse as suas alianças internacionais. A juntar a isso veio o fato de Moçambique não ter sido aceito como membro da organização de cooperação econômica dos países de Leste, *Concil of Mutual Economic Aid* (COMECON). Por essa razão, ficaram frustradas as possibilidades de uma cooperação aprofundada com os países socialistas, como alternativa ao sistema de

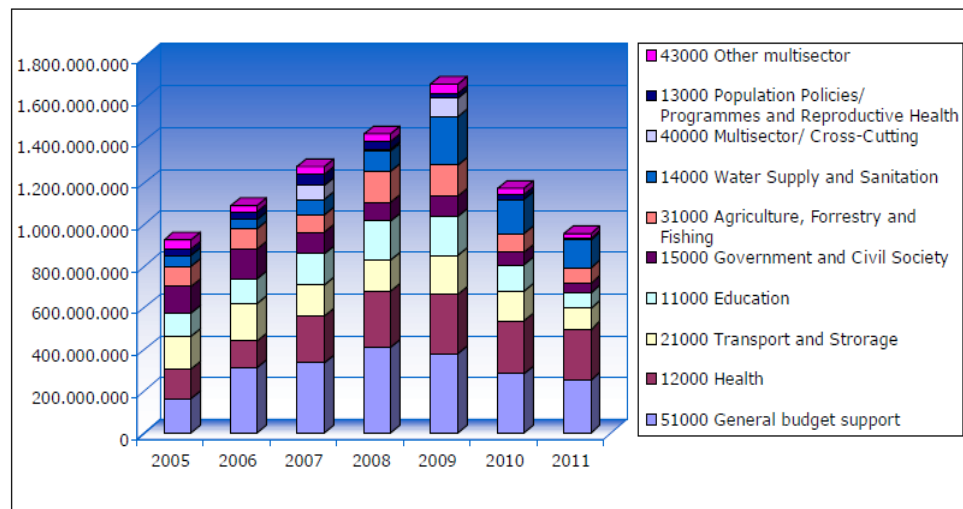
créditos ou ao apoio político dos países ocidentais. As exigências do Ocidente eram inequívocas. A ajuda alimentar internacional, assim como o aumento de acesso a créditos internacionais e a prorrogação do prazo de pagamento das dívidas, exigiam a introdução de uma economia de mercado cuja estabilidade pudesse ser aprovada pelo Fundo Monetário Internacional. Para além disso, havia a exigência incondescendente de negociações de paz com a África do Sul e de cessação de apoio de Moçambique ao Congresso Nacional Africano (ANC) (ABRAHAMSSON & NILSSON, 1994, p. 110).

Moçambique realizou uma série de reformas políticas e econômicas. Subscreveu-se ao Programa de Ajustamento Estrutural e a constituição marxista-leninista de 1975 foi substituída por uma constituição democrática. “Em 1991 a Frelimo deixou de ser um partido de vanguarda marxista-leninista e adotou uma constituição que introduziu o sistema multipartidário. A economia deixou de ser planificada centralmente e passou a economia de mercado mais liberal”. (ABRAHAMSSON & NILSSON, 1994, p. 106)

Moçambique começou, a partir de então, a receber ajuda bi e multilateral. Recebeu ajuda humanitária de emergência de Organizações Não Governamentais ocidentais e norte americanas. A ajuda vinha em resposta à calamidade natural que assolou o país entre 1982 e 1983 – a seca que provocou fome. Recebeu ajuda, financiamentos feitos diretamente ao governo e/ou através de transferência de governos, dos EUA e de países europeu e de Instituições Financeiras Internacionais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial para o governo moçambicano. A ajuda que Moçambique recebeu serviu para pagar as importações – petróleo, alimentos, medicamentos e etc. – não para reconstruir as indústrias dos ramos de alimentação, vestuário, e processamento de produtos agrícolas que tinham sido destruídas pela guerra, que iriam competir com as indústrias ocidentais. Foi promovida a importação no lugar da promoção da produção doméstica.

A ajuda externa veio dos Estados Unidos da América, da Comissão Europeia (Inglaterra, Espanha, Alemanha, Portugal, Itália, França, Países Baixos, Dinamarca, Noruega, Suécia, Suíça e outros). Essa ajuda destinava-se a apoiar projetos nas áreas de educação, fornecimento de água e saneamento, governo e sociedade civil, direitos humanos, transportes e comunicação, agricultura, energia, bancos e serviços financeiros, comércio, saúde e outras.

TABELA 2-FLUXO DE AJUDA POR SETORES



	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
51000 General budget support	162.585.474	316.356.301	339.192.367	412.177.998	383.515.732	283.208.060	253.466.246
12000 Health	140.381.319	123.690.507	220.867.253	267.944.211	283.873.147	257.667.266	243.273.001
21000 Transport and Storage	159.785.202	176.653.499	149.918.057	147.100.006	183.613.575	140.208.433	100.322.252
11000 Education	108.783.207	125.875.122	148.545.892	191.019.264	190.283.548	125.291.842	76.690.685
15000 Government and Civil Society	129.222.158	138.802.187	107.226.211	86.748.441	91.762.111	63.248.711	42.506.834
31000 Agriculture, Forestry and Fishing	97.174.649	96.716.281	82.078.600	147.709.107	154.953.761	86.606.520	75.103.609
14000 Water Supply and Sanitation	50.569.803	46.412.454	71.280.895	100.009.569	226.758.444	162.882.620	135.016.194
40000 Multisector/ Cross-Cutting	2.664.652	9.965	70.000.000	9.090.909	90.000.000	0	0
13000 Population Policies/ Programmes and Reproductive Health	32.120.905	37.034.060	48.038.675	35.503.357	27.128.880	22.243.720	9.694.310
43000 Other multisector	40.649.527	30.002.770	42.299.056	34.178.421	42.261.779	27.971.534	17.630.086
	923.936.896	1.091.553.146	1.279.447.006	1.431.481.283	1.674.150.977	1.169.328.706	953.703.217

Fonte: ODAmoz Mozambique Donor Atlas 2008

Também houve ajuda humanitária de agências das Nações Unidas: *Food and Agriculture Organization* (FAO), Organização das Nações Unidas para o combate à Síndrome de Imune Deficiência (SIDA) – (ONUSIDA), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO), Fundo das Nações Unidas Para a População (FNUAP), Alto comissariado das Nações Unidas Para os Refugiados (ACNUR), Fundo das Nações Unidas Para a Infância (UNICEF), Programa Mundial de Alimentação (PMA), Organização Mundial de Saúde (OMS), de Organizações Não Governamentais (ONG's) como a Care Internacional, *United States Agency For International Development* (USAID). O PMA contribuiu com 30.000 toneladas de milho e a Suécia, através da ASDI contribuiu com 30 caminhões para o transporte da ajuda até os pontos de distribuição.

TABELA 3-PROJETO POR DOADOR/ AGÊNCIAS DAS NU POR ANO (EM US \$)

2060 projetos correntes

Doador	2005	2006	2007	2008	2009	2010
ADB	91.313.433	125.765.509	79.519.403	88.997.531	190.889.996	112.582.090
AUSTRIA	5.364.967	8.045.313	2.961.644	8.962.306	6.918.143	5.763.160
BELGICA	7.894.541	10.425.272	11.338.825	9.857.074	10.863.813	11.457.940
CANADA	18.397.753	20.187.152	26.339.160	53.080.621	66.415.098	66.973.362
DINAMARCA	45.469.339	44.266.356	65.886.172	61.121.212	41.433.096	69.168.674
COMISSÃO EUROPEIS	102.546.237	94.609.132	108.011.105	122.576.003	94.222.466	22.992.249
FINLAND	25.937.587	28.173.683	27.915.227	38.081.997	44.777.581	36.914.293
FLANDRES	19.999.097	3.950.994	20.317.946	5.026.241	3.163.357	4.833.827
FRANÇA	18.199.689	20.112.314	19.094.099	20.123.827	21.689.643	28.298.794
ALEMANHA	15.888.553	27.632.824	35.998.416	40.055.233	38.967.168	28.660.293
IRLANDA	26.474.160	26.679.693	60.471.666	65.144.143	56.054.949	55.785.714
ITÁLIA	26.379.424	34.277.546	42.360.984	30.145.766	24.127.511	42.865.226
JAPÃO	406.204	13.742.935	20.323.041	14.425.062	25.393.997	18.802.254
MCC	0	4.506.226	1.600.796	8.577.864	49.421.287	97.044.348
IRLANDA	56.289.724	62.413.387	81.284.764	100.740.329	67.151.024	76.572.381
NORUEGA	59.594.350	59.708.053	65.454.300	71.686.744	64.686.978	71.226.942
PORTUGAL	26.399.003	25.451.430	22.982.003	24.271.229	11.333.089	29.040.411
ESPANHA	22.008.321	26.931.634	35.050.423	30.642.591	29.509.829	20.495.469
SUECIA	78.971.158	95.545.149	97.957.851	114.034.930	109.847.968	102.301.552
NOVAZELÂNDIA	15.715.209	12.438.363	19.498.224	20.449.960	12.130.952	476.190
REINO UNIDO	78.395.833	171.597.169	122.271.496	40.266.563	93.888.600	130.924.510
USAID	58.348.343	73.467.636	106.064.761	191.836.674	133.417.470	180.672.397
BANCO MUNDIAL	240.820.000	222.685.000	239.682.821	311.140.000	129.828.000	174.300.000
GRANDE TOTAL	1.040.812.926	1.212.612.769	1.312.385.125	1.471.243.900	1.326.132.015	1.388.152.077
Agencias das NU	2005	2006	2007	2008	2009	2010
FAO	2.971.132	5.226.900	4.413.123	5.082.151	8.312.157	5.084.633
GLOBALFUND	16.384.567	23.387.475	42.336.774	50.176.449	45.599.209	0
IFAD	2.545.281	2.934.694	3.442.971	3.949.338	1.431.545	3.200.000
UNAIDS	73.540	209.252	203.688	317.126	607.000	145.000
UNDP	4.829.293	6.612.487	15.569.895	12.009.739	1.900.000	2.072.830
UNESCO	0	182.178	993.800	2.975.777	20.000	0
UNFPA	0	0	23.827.111	10.364.137	4.036.434	0
UNHABITAT	442.992	161.581	0	0	0	0
UNHCR	0	0	450.750	1.346.058	1.389.185	0
UNICEF	7.466.660	8.110.257	28.281.870	45.188.136	35.079.279	250.000
UNIDO	0	863.000	1.268.000	2.245.000	6.736.000	6.280.000
WFP	27.248.000	28.784.000	32.247.600	45.356.998	22.234.694	0
WHO	0	0	0	1.496.985	3.101.650	3.411.815
GRANDE TOTAL	61.961.465	76.471.824	153.035.582	180.507.894	130.447.153	20.444.278

NB: Os valores totais das agências das NU incluem financiamentos bilaterais reportados pelo ODAmoz.

Fonte: Comissão Europeia, Nações Unidas e Embaixada da Irlanda em Moçambique

Apesar do elevado montante de ajuda humanitária em bens de alimentação e financiamentos para o desenvolvimento que o país recebeu, a situação das populações não melhorou substancialmente, como seria de se esperar. A ajuda alimentar americana era política³⁰ e visava pressionar o Governo de Moçambique a abandonar o socialismo.

Por outro lado, as ações de emergência têm sido de curto prazo e, Moçambique não foi exceção, por isso, não se compatibilizaram com as perspectivas de desenvolvimento do país do Programa de Reabilitação Econômica, como por exemplo, a promoção da produção e a produtividade da economia nacional com a finalidade de aumentar o volume das exportações e diminuir as importações para equilibrar a balança de pagamentos.

A intervenção do Estado no monitoramento do processo de distribuição da ajuda humanitária de emergência foi limitada. Não foi estabelecido um sistema de controle da distribuição da ajuda alimentar de emergência o que estimulou o crescimento de desvios, roubos, corrupção (ABRAHAMSSON & NILSSON, 1994, p. 123).

Por seu turno, os fundos de ajuda ao desenvolvimento disponibilizados pelas Instituições Financeiras Internacionais, ao invés de serem aplicados em projetos de desenvolvimento, foram açambarcados para fins que não estimularam a produção interna de bens de consumo e de promoção de desenvolvimento econômico e social do país e; mesmo sabendo que os fundos disponibilizados para desenvolvimento do país eram investidos em infra-estruturas contraproducentes, como casas e carros de luxo, o BM e FMI seguiam transferindo recursos – alimentando a corrupção e “*gangsterismo*” na gestão de bens públicos, como referem Couto, (MOSSE, 2004) e (HANLON, 1991) mais adiante.

A ajuda alimentar devia ser canalizada através do Ministério do Comércio Interno, pela empresa estatal de comercialização de produtos agrícolas (AGRICOM), pela rede comercial existente nas áreas rurais, ou através do órgão estatal de combate às situações de emergência, DPCCN (Departamento de Prevenção e Combate às Calamidades Naturais) ora vinculado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros. Mas os EUA exigiram que a distribuição fosse feita por estruturas separadas do Estado, as ONG’s internacionais (ABRAHAMSSON & NILSSON, 1994, p. 111). Várias ONG’s internacionais como a CARE internacional, uma ONG norte americana, a ASDI e instituições das NU como o PMA responsabilizaram-se pela distribuição da ajuda alimentar.

A CARE assumiu o poder executivo dentro do DPCCN sem uma estrutura administrativa competente para proceder ao transporte e distribuição dos bens destinados à ajuda alimentar. Os técnicos estrangeiros não tinham competência técnica para a tarefa de distribuição da ajuda. O pessoal da CARE era constituído por antigos membros do “*peace corps*” sem qualquer experiência profissional sobre transporte e logística e as autoridades moçambicanas não haviam recebido os *curricula vitae* dos técnicos estrangeiros, o que tornou impossível influenciar em seu recrutamento. Por isso, a CARE não foi capaz de desenvolver um método de controle dos fretes e desalfandegamento dos produtos e de controle de peças

sobressalentes das viaturas usadas na distribuição dos bens (ABRAHAMSSON & NILSSON, 1994, p. 121).

Questionado sobre estas irregularidades, o representante do financiador americano fez o seguinte comentário: “nunca foi intenção da política externa dos EUA reforçar a administração moçambicana ajudando a formar uma organização estatal nacional para o combate à emergência. Pelo contrário, quanto mais depressa essas tentativas corroerem, mais fácil se tornará para os interesses privados e para as ONG’s encarregarem-se da distribuição da ajuda de emergência e chegar aos grupos alvo. Têm a minha autorização para citar as minhas afirmações quanto este ponto” (ABRAHAMSSON & NILSSON, 1994, p. 121).

Com a distribuição da ajuda conduzida de forma caótica e desordenada, era evidente que não se conseguisse lograr os objetivos desejados, uma distribuição eficiente dos bens aos grupos afetados pela fome e pela guerra. Tudo havia sido feito para o descrédito do processo pelos doadores que passaram a exigir que a distribuição fosse feita através de estruturas paralelas separadas do Estado e do DPCCN e que deviam ser controladas por órgãos multilaterais nas NU ou ONG’s estrangeiras. Estas exigências reduziram a soberania do país e o seu direito de tomar decisões de forma independente sobre o direcionamento e realização da ajuda de emergência fazendo com que as pessoas que estavam em frente enriquecessem cada vez mais a custa deste processo.

A ajuda alimentar teve efeitos negativos em Moçambique. Ela não estimulou a produção local, na medida em que os próprios doadores vinculavam as necessidades de ajuda aos interesses das suas políticas agrárias. Os produtos agrícolas que chegavam a Moçambique eram adquiridos a preços do mercado internacional subvencionado, o que fez com que a ajuda alimentar em Moçambique se tornasse um obstáculo ao desenvolvimento da produção interna de produtos alimentares. Por outro lado, a ajuda alimentar estimulou o roubo e a corrupção.

Algumas regiões do Norte de Moçambique, não haviam sido afetadas pela seca, mantinham alguns excedentes de produção de bens alimentares que podiam ser destinados para socorrer as populações afetadas pela fome. Mas, os doadores internacionais recusaram-se a comprar excedentes de alimentos produzidos em Moçambique. “A ajuda alimentar não foi posta à disposição de Moçambique em forma de dinheiro com o qual o país pudesse comprar alimentos localmente ou no mercado internacional e transportá-los para a população, segundo as necessidades e prioridades identificadas pelo governo. Foram os doadores que puseram a comida à disposição, ditando, eles próprios as condições e deixando para Moçambique sem poder influenciar o processo” (ABRAHAMSSON & NILSSON, 1994, p. 121).

Por outro lado, os doadores impuseram que a distribuição da ajuda de emergência fosse gratuita. Por ser gratuita, também, atingiu populações que tinham poder de compra, das áreas urbanas, por exemplo. Este fato, levou à diferenciação entre as populações urbanas e rurais. As pessoas com poder de compra, passaram a revender os alimentos dando origem à roubos e à corrupção. “Eles enriqueceram ainda mais e bloquearam a produção nacional de alimentos. Esta situação fez com que a ajuda alimentar não fosse benéfica para Moçambique” (ABRAHAMSSON & NILSSON, 1994, p. 124).

A ajuda alimentar não correspondeu às reais necessidades da população. Ela estava vinculada às políticas agrárias dos países doadores. “Eram fornecidos cereais que não correspondiam aos padrões de consumo das populações criando uma nova dependência a longo prazo. Foi fornecido trigo e arroz no lugar de milho branco que constitui a base da alimentação da população moçambicana” (idem).

4.3 FATORES QUE LEVARAM MOÇAMBIQUE A ADERIR AO PROGRAMA DE AJUSTAMENTO ESTRUTURAL (PAE)

Razões internas, regionais e globais estiveram na origem do Ajustamento Estrutural que inspirou o Programa de Reabilitação Econômica (PRE) em Moçambique. A crise econômica que assolou o país no período compreendido entre os anos 1982 e 1987, provocada pela guerra de desestabilização econômica e política; a redução de receitas em divisas devido ao fechamento da fronteira com a Rodésia do Sul e a redução do uso de infra-estruturas de transportes e comunicação (portos e caminhos de ferro) pela África do Sul; a necessidade de ajuda dos países ocidentais em decorrência da recusa de apoio do COMECON e a crise econômica que gerou a alta de preços de petróleo, são apontados como principais fatores que levaram Moçambique a aderir ao Programa de Ajustamento Estrutural (PAE) que em Moçambique, foi denominado Programa de Reabilitação Econômica (PRE).

Moçambique tinha conseguido sair da crise econômica do período pós independência, quando os colonos portugueses abandonaram o país e, entre 1980-81, a economia do país havia crescido. Todavia, a guerra de desestabilização, o fechamento da fronteira com a Rodésia do Sul, em 1976, o bloqueio diplomático do Ocidente, a diminuição do recrutamento de mão-de-obra moçambicana para trabalhar nas minas da África do Sul, do tráfego sul africano na rede de transportes e comunicação de Moçambique e o cancelamento do acordo de pagamento do trabalho de moçambicanos nas minas sul-africanas em diferido, resultaram

numa grave recessão econômica e no agravamento da dívida externa que acompanharam a evolução político-econômica do país até 1987, quando foi criado o Programa de Reabilitação Econômica (PRE).

Em 1976, em cumprimento à decisão da ONU de embargo ao governo ilegal de Ian Smith, Moçambique encerrou a fronteira com a Rodésia do Sul. O encerramento da fronteira com a Rodésia reduziu o tráfego internacional de mercadorias, uma das principais fontes de divisas; os prejuízos decorrentes das sanções e de agressões da Rodésia do Sul foram estimados em 16.500 mil contos. (CARDOSO 2000, p. 133)³¹ citado por (MOSCA 2005, p. 147).

Em Abril de 1978, o Governo da África do Sul rescindiu unilateralmente o Acordo de 1928 assinado com o governo colonial, através do qual parte do salário dos trabalhadores moçambicanos nas minas era utilizado para adquirir ouro ao preço fixo. Assim, receitas que durante décadas financiavam a economia colonial, subitamente deixaram de fazer parte da arrecadação de divisas para a nossa balança de pagamentos (RATILAL)³².

A produção industrial e agrícola haviam parado em decorrência da guerra e da estiagem; as exportações haviam diminuído e a dívida externa aumentara. “ A produção agrícola só podia satisfazer 10% das necessidades que o mercado tinha de bens alimentares. A indústria trabalhava a cerca de 20-40% da sua capacidade instalada. Os preços do mercado paralelo eram 20-40 vezes mais altos do que os preços oficiais. Entre 1980 e 1981 o Produto Nacional Bruto (PNB) tinha diminuído 30%”. (ABRAHAMSSON & NILSSON 1994, p. 48).

A crise do petróleo provocou o colapso econômico de Moçambique. Durante o período dessa crise, nos anos de 1980, Moçambique recebeu petróleo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), Argélia, Líbia e Angola. Da Líbia recebeu petróleo a crédito, até 1983 e de Angola recebeu 3 navios com 35000 toneladas de petróleo (RATILAL in jornal SAVANA 07.05.2010)³³. A intensificação da guerra no início dos anos 1980; a queda das exportações e a subida dos preços de petróleo e das taxas de juro resultaram na falta de dinheiro para as importações. As exportações caíram abruptamente provocando um colapso econômico em Moçambique.

A fome e a guerra seguiam matando gente. As populações eram obrigadas a deslocarem-se das suas áreas de residência para outras consideradas mais seguras nos países vizinhos e/ou junto aos arredores das cidades; a estiagem devastava os campos e, na URSS – principal aliado de Moçambique – estava em curso a *Perestróica e a glasnost*³⁴ que culminaram com o fim do bloco socialista que marcou o fim da Guerra- Fria em 1990.

Em 1981, Moçambique tentou em vão obter o apoio da COMECON. Diante de um quadro de sofrimento das populações afetadas pela fome, guerra e à visível gradual

decadência da URSS na década de 1980, Moçambique decidiu recorrer aos países ocidentais e às Instituições de Bretton Woods (IBW's) com o objetivo de obter recursos e financiamentos para a recuperação econômica do país.

A economia foi reestruturada seguindo as regras do Consenso de Washington e das políticas neoliberais. Foi criada a Unidade Técnica para a Reestruturação das Empresas (UTRE). Foi aprovada a Lei nº 15/91, regulamentada pelo Decreto nº 28/91 que fixava normas para a reestruturação e regulamentação do setor empresarial do Estado, incluindo a sua privatização e, importantíssimos bancos comerciais (O Banco Comercial de Moçambique – BCM e o Banco Popular de Desenvolvimento – BPD). Estes bancos tinham assegurado a sobrevivência do Estado durante o crítico período da guerra.

4.4 OBJETIVOS DO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO ECONÔMICA

O Programa de Reabilitação Econômica tinha o objetivo de realizar reformas econômicas no quadro do Ajustamento Estrutural do FMI e BM, que preparassem Moçambique para receber Ajuda Externa ao Desenvolvimento:

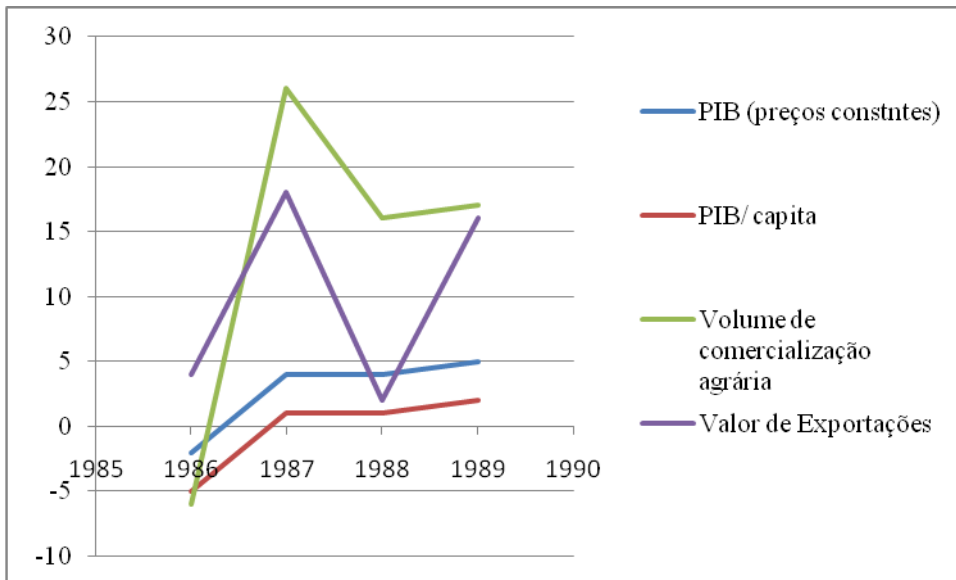
- 1) Reverter o declínio da produção e restaurar um nível mínimo de consumo e rendimento para toda a população, particularmente nas áreas rurais.
- 2) Reduzir substancialmente os desequilíbrios financeiros internos e reforçar as contas externas e as reservas.
- 3) Aumentar a eficiência e estabelecer as condições para um regresso a níveis mais altos de crescimento econômico logo que a situação de segurança e outras limitantes exógenas tivessem melhorado.
- 4) Reintegrar os mercados oficiais e paralelos.
- 5) Restaurar a disciplina das relações financeiras com parceiros comerciais e credores (HERMELE 1990, p. 14).

Apesar da ajuda destinar-se a resolver os problemas econômicos e sociais que assolavam o país, ela aumentou a pobreza e reduziu o poder do Estado sobre as corporações multinacionais, que investiam no país. A dívida externa aumentou e o país passou a depender econômica e financeiramente da ajuda externa dos países ocidentais. Quanto mais ajuda o país recebia mais dependente dela se tornava uma vez que a ajuda não se destinava a construção infra-estruturas que emancipariam o país da condição de pobreza.

4.5 IMPACTO DO AJUSTAMENTO ESTRUTURAL EM MOÇAMBIQUE

Apesar do declínio econômico, no período de 1985-1990 ter apresentado uma reversão, o ajustamento estrutural ocorrido em Moçambique teve conseqüências perversas. As classes mais pobres, sobretudo das cidades, sentiram o efeito mais cruel do ajustamento estrutural. Os funcionários públicos viram os seus salários diminuídos, reduzindo o seu poder de compra, sem poder levar os seus filhos à escola e cobrir as despesas hospitalares; a economia do país passou a depender do capital estrangeiro³⁵ e a corrupção, a dilapidação do patrimônio público passaram a caracterizar o comportamento da burocracia governamental.

GRÁFICO 2- IMPACTO ECONÔMICO DO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO ECONÔMICA: ALTERAÇÕES ANUAIS EM PORCENTAGEM



Fonte: HERMELE, Kenneth (1990, p. 19). Moçambique numa encruzilhada econômica e política na era do Ajustamento estrutural

Apesar do Ajustamento Estrutural ter provocado mais desgraças do que benefícios à sociedade moçambicana, alguns benefícios ocorreram:

- O Programa de Reabilitação Econômica inverteu a tendência do declínio econômico.
- Aumentou o fluxo de ajuda alimentar e cooperação internacional, reduzindo as conseqüências da fome, a incapacidade por endividamento do país e amorteceu o colapso do sector externo; a negociação da dívida nos clubes de Paris e Londres e a abertura a novas acessibilidades de financiamentos externos, resultaram diretamente da decisão de adesão de Moçambique ao FMI e ao BM e da aplicação do Programa de Reabilitação Econômica.
- Os mercados e as lojas começaram a ter bens para a venda e muitos produtos que, até então apenas existiam no mercado paralelo, passaram a ser vendidos.
- Os preços dos mercados paralelos e oficial aproximaram-se (incluindo no mercado de divisas).
- O Programa de Reabilitação Econômica, juntamente com outras medidas políticas e diplomáticas, facilitaram o isolamento da República Sul africana (RAS) e da Resistência Nacional de Moçambique (Renamo), o que abriu caminho para a paz em Moçambique e na região (MOSCA 2005, p. 346).

A realidade resultante do Programa de Reabilitação Econômica (PRE) levou à redução da intervenção do Estado em setores sociais e à liberalização do mercado econômico e financeiro³⁶. O resultado atingido por esse Programa foi o desemprego, o declínio do poder de compra, a diminuição da frequência de crianças nas escolas; os serviços de saúde tornaram-se relativamente inacessíveis aos mais pobres; a corrupção dos membros do governo e a aprovação de políticas que permitiram a entrada dos Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) abriram espaço para a instalação de corporações multinacionais, que pouco beneficiariam o país. O aumento da dívida externa do país atingiu níveis elevados. “Os créditos concedidos pela ajuda externa faziam crer que as crianças de hoje e os seus futuros neto serão prisioneiros da dívida ou dependentes dos créditos. Terão que permitir às corporações transnacionais que delapidem os seus recursos naturais e ignorar a educação, saúde e outros sectores sociais para pagar a dívida” (PARKINS 2004, p.48).

O corte drástico das verbas destinadas à saúde e à educação exigidas pelos programas do FMI levou ao rebaixamento dos empregos para trabalhadores com baixo nível de alfabetização. As famílias cujos chefes haviam perdido emprego ficaram incapacitadas de arcar com as despesas de tratamentos hospitalares. “A mortalidade materno infantil, por 100.000 partos com vida, aumentou de 300 para 1.512” (ABRAHAMSSON 2001, p. 220).

Antes do Programa de Ajustamento Estrutural (PRE), a situação do país era relativamente melhor. O governo assegurava os preços da alimentação básica e outros bens e serviços vitais aos mais carentes. Mas, com as políticas neoliberais adotadas, os subsídios foram eliminados, o que provocou a alta dos preços dos alimentos e dos bens de base, causando problemas de desnutrição e doenças infecto contagiosas como a malária e cólera.

As taxas de inscrição no ensino primário diminuíram. “Em 1989 – 1994, o número de matriculados nas escolas primárias decresceu de 86% para 60% da população estudantil, pois os pais tiravam os seus filhos da escola por falta de dinheiro para pagar a matrícula e os livros escolares. A quantidade de mendigos aumentou. O Programa de Reabilitação Econômica (PRE) atingiu os pobres com dureza. “A marca da mudança eram crianças na rua vendendo cigarros um a um”. O PRE exigiu o corte das despesas públicas e a privatização do setor estatal. As populações mais pobres foram severamente atingidas. Pelos cortes nas áreas sociais não produtivas: educação, saúde, moradia, infra-estruturas e os salários da função pública baixaram. (HERMELE 1988, p.268)³⁷ citado por (MOSCA 2005, P. 344) e (HANLON, 2008 p. 232)

Com a introdução do Programa de Reabilitação Econômica diminuiu o poder do Estado, a sua capacidade operacional e, o cidadão, perdeu o poder de compra. Com a fuga de

quadros técnicos para as Organizações Não Governamentais e para empresas de consultoria ou empresas estrangeiras, o Estado perdeu grande parte da sua capacidade operacional e de intervenção social. (OPPENHEIMER 1994, p.202) e (HERMELE 1988, p. 268), citados Por (MOSCA 2005, p. 318 e 343)

Os quadros mais qualificados e competentes do Estado passaram a colaborar com as Organizações Não Governamentais (ONGs), corporações multinacionais e Instituições Financeiras Internacionais (IFI) que pagavam 10 vezes mais. “O Estado continua a perder os seus quadros formados para os outros setores da economia que oferecem melhores remunerações em relação ao setor público³⁸”.

O salário mínimo do funcionário público, em 1988, um ano depois da implementação do Programa de Reabilitação Econômica, era de 75 US\$, apenas suficiente para a compra de uma cesta básica de alimentos e o pagamento da habitação.

O Programa de Reabilitação econômica introduziu no setor comercial produtos antes inexistentes, mas, com o baixo poder de compra da população eram inacessíveis à maior parte das pessoas. “Era corrente, naquele momento, ouvir habitantes das cidades queixarem-se de que antes do Programa de Reabilitação Econômica tinham muito dinheiro, mas não havia nada nas lojas, e que agora, que as lojas estavam cheias, as pessoas não tinham dinheiro. No meio rural, a situação era semelhante: ‘Dantes fazíamos filas para comprar os poucos produtos que haviam; agora fazemos fila para ver todas as coisas que não podemos comprar’” (MOSCA 2005, p. 346) citando (HERMELE 1988, p. 247).

A implementação do Programa de Reabilitação Econômica (PRE) implicou na privatização de empresas estatais. Para tanto foi necessária a criação de uma classe empresarial nacional. Esta formou-se de forma selvagem, através da exploração do povo. “As elites locais, os bancos internacionais e capital estrangeiro, em conluio com a burocracia local, construíram relações de apoio recíproco baseadas no enriquecimento sem causa das elites locais que ia produzindo dívidas públicas que teriam de ser pagas pelos cidadãos comuns³⁹”.

“As privatizações aumentaram a corrupção e não alcançaram os objetivos propostos de fortalecer a eficiência, produtividade e satisfazer as necessidades de consumo⁴⁰”. Elas promoveram uma acumulação de capital de forma desleal e geraram um capitalismo selvagem⁴¹. A corrupção, que acompanhou o processo de privatizações, contribuiu para o declínio da ética e dos valores morais da sociedade e para o desvio de fundos públicos para a utilização privada da elite do governo e seus aliados.

A transição para o capitalismo deu origem à criação de capitalistas que através das privatizações, tiveram a oportunidade de enriquecer rapidamente. As indústrias estatais maiores foram compradas por companhias multinacionais, as pequenas e médias foram adquiridas por membros individuais da *nomenklatura*⁴², sobretudo os membros do partido no poder. As elites burocráticas, sobretudo a burocracia no poder, tornaram-se depois do colonialismo português, os novos exploradores do povo, desta vez de cor negra e compatriotas dos explorados. “O comportamento das elites são, com os devidos respeitos pela diferença temporal, quase fotocópia dos colonizadores. Mas a fotocópia é sempre pior que o original e, pior ainda, se amplia e se acontece alguns séculos depois” (MOSCA 2009, p.63).

Enquanto o cidadão empobrecia, a burocracia enriquecia aceleradamente graças à corrupção e aos negócios fraudulentos.

O Programa de Reabilitação Econômica conduziu a uma integração subordinada de Moçambique no âmbito da divisão internacional de trabalho e facilitou a penetração do capital internacional na economia moçambicana. A formação do setor privado doméstico resultou do desenvolvimento do capital local aliado aos interesses do capital externo, formando uma tripla aliança IBW – capital externo – capital interno (MOSCA 2003, p. 316).

Em Moçambique a corrupção resultou da forma de atuação das Instituições Financeiras Internacionais e consentida pelas elites nacionais. A burguesia nacional formou-se com base em mecanismos corruptos, que criaram condições para a implantação de uma nova forma de capitalismo “selvagem” que beneficiou a burocracia partidária no poder.

A comunidade internacional criou condições – manteve a porta aberta - que permitiram que os moçambicanos se tornassem corruptos. Os doadores estavam interessados em reduzir o papel do governo mesmo que a corrupção fosse um efeito colateral. Os moçambicanos tinham as mãos prontas para receber subornos e para tirar mel do pote da ajuda externa (HANLON 2008, p. 230).

Para transformar administradores e generais em empresários emergentes, a comunidade internacional deu-lhes um curso rápido de capitalismo. A lição que transmitiu-lhes era que o capitalismo não visava apenas o sobre-lucro, mas favorecer os investidores. Os negócios eram privados e os empréstimos concedidos não precisavam ser repostos, de acordo com as relações e simpatias com os doadores. O Banco Mundial concedeu empréstimos que sabia que não seriam pagos. O dinheiro da ajuda externa foi gasto em escritórios extravagantes, casas e carros de luxo e não em investimentos produtivos. Os que controlavam o aparelho do Estado saqueavam-no, sem qualquer consideração pelo bem-estar

do cidadão (HANLON 2008, p. 234 -5). “O Programa de Reabilitação Económica era uma oportunidade para a Reabilitação Individual e a corrupção surgiu associada a alguns níveis da *nomenklatura*” (MOSCA, 2005, p. 382-3).

Os proponentes da ajuda sabiam que os recursos da ajuda eram consumidos invés de ser investidos. Sabiam que os recursos iam para bolsos privados em detrimento de propósitos públicos. Sempre que isto acontecesse não havia nenhuma medida punitiva, mas sim, mais recursos eram drenados. (MOYO 2009, p. 46)

Funcionários seniores do Banco de Moçambique (BdM) envolveram-se em transações ilegais de divisas estrangeiras e em empréstimos do banco que não iriam ser pagos, a troco de 10% de comissão. Dentro da Frelimo a divisão entre o predador e o desenvolvimento tornava-se mais óbvia, mas o compromisso da Frelimo com a unidade significava que elementos corruptos estavam protegidos ao mais alto nível e não podiam ser disciplinados (HANLON 2008, p. 242).

A corrupção e a prática do *calote* caracterizaram o processo de formação da classe empresarial local. A corrupção funcionava como mecanismo de lucro e de controle, desviando a atenção das fontes de poder. Os fluxos de capitais que entravam através das Instituições Financeiras Internacionais (IFI) e passavam para os bolsos dos donos do poder através de esquemas fraudulentos e corruptos.

Não obstante o fato de as Instituições Financeiras Internacionais saberem que os recursos da ajuda ao chegar em Moçambique eram abocanhados pela burocracia, através de esquemas corruptos, seguiam transferindo recursos financeiros. “Os fundos dos doadores destinados ao desenvolvimento muitas vezes enriquecem cada vez mais a elite de indivíduos ricos e politicamente poderosos, reduzindo assim o impacto global de ajuda ao desenvolvimento.” (Relatório Final da Avaliação da Corrupção: Moçambique USAID. From The American People 2005, p. 9)

A privatização dos dois bancos comerciais mais importantes (o Banco Comercial de Moçambique e o Banco Popular de Desenvolvimento) resultou do apadrinhamento das Instituições Financeiras Internacionais. Estima-se que US\$ 400 milhões teriam sido roubados destes bancos. A pilhagem destes bancos provocou bárbaros assassinatos de indivíduos que investigavam o escândalo (o jornalista e editor de um jornal independente distribuído via Fax – o metical, Carlos Cardoso, e um economista – diretor de supervisão bancária no Banco de Moçambique, António Siba-Siba Macuacua). As mortes faziam lembrar os tempos do “*far West*”. Cardoso foi executado na via pública e Macuacua foi atirado de uma altura, aproximadamente, a dez ou mais andares do prédio onde se encontrava o seu escritório. Porém, “as investigações da sua morte esbarraram ao nível mais alto” (HANLON 2004, p. 1).

“Moçambique vive num ‘gangsterismo’ constituído por uma elite que lidera e usa o poder para o enriquecimento próprio. Ela não pensa no país, mas nela mesma” (COUTO, 2001)⁴³.

Na reunião do grupo consultivo dos doadores em Outubro de 2001, 2 meses depois da morte de Siba-Siba Macuacua, Moçambique pediu US\$ 600 milhões em ajuda e foi dado US\$ 722 milhões. Sérgio Vieira, antigo Ministro da Segurança, escreveu que o acréscimo demonstrava que a comunidade internacional reconhecia que Moçambique praticava uma boa governança. Ao aumentar o dinheiro os doadores premiavam o que achavam correto, encorajando a corrupção e a captura do Estado. (HANLON 2004, p. 2)

Apesar dos escândalos de corrupção e criminalidade, Moçambique continuava a *princesa dos olhos azuis* aos olhos dos gestores do FMI e do BM. Com um crescimento médio de 8.4% de Produto Interno Bruto (PIB), Moçambique era apontado pelo BM como uma das melhores economias e um caso histórico de sucesso na África Austral. Todavia, o declarado sucesso ainda não trouxe resultados favoráveis para a maioria da população. O desemprego cresce à altos níveis, a pobreza absoluta e a criminalidade caracterizam a sociedade *hodierna* de Moçambique.

A privatização do sistema bancário criou as condições propícias para a fraude e a corrupção. Através deste processo altas personalidades do partido e do Estado formaram *oligarquias* que concentravam o poder político e o poder econômico. As privatizações dos bancos, além de dúbias, propiciaram aos moçambicanos e seus associados estrangeiros oportunidades para roubarem mais. “Ao invés de reforçar o poder econômico dos moçambicanos, os bancos passaram ao controlo estrangeiro” (HANLON in metical nº 1073 de 17 de Setembro de 2001)

No processo de privatização dos bancos comerciais, o Branco Comercial de Moçambique (BCM) foi entregue a um empresário português que não honrava os seus compromissos com as instituições credoras. A privatização do Banco popular de Desenvolvimento (BPD) foi ainda mais delicada devido ao crédito mal parado. Mesmo com uma dívida de US\$ 1 milhão, por causa das fortes ligações com figuras ligadas ao poder político, em 1992 e 1994, o já referido empresário português recebeu US\$17 milhões em empréstimos altamente favoráveis e de longo prazo. O dinheiro provinha da ajuda da Noruega, França, Alemanha, Suécia e Suíça. Funcionários do Banco de Moçambique, opuseram-se à venda do Banco Comercial de Moçambique ao empresário português, alegando que ele era um mau pagador. Mas o Banco Mundial apoiou o empresário, presumindo que o

Banco de Moçambique e a Frelimo visavam impedir a sua privatização. O empresário, após declarar inadimplência, desapareceu do país sem pagar o que devia.

O Banco Popular de Desenvolvimento estava de rastos, com crédito mal parado. Créditos cujas letras não eram pagas e não havia nenhuma garantia de que um dia poderiam ser pagas, deixavam reticente qualquer investidor privado que se interessasse em assumi-lo. Todavia, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional exigiram que os bancos, tanto o Comercial como o Popular de Desenvolvimento fossem privatizados mesmo que fosse sobre o `fogo cruzado` da corrupção⁴⁴.

As privatizações requeriam a existência de uma classe empresarial nacional com capital suficiente para a compra dessas empresas públicas. Entretanto, isso, seria difícil que ocorresse de forma honesta e rápida. O colonialismo havia deixado profissionais preparados para serviços subalternos da administração do poder colonial como enfermeiros, escrivães de tribunais, mas não administradores capacitados, que pudessem administrar o Estado depois que o colonialismo deixasse o país. Não se formou uma classe capitalista no país preparada para gerir e administrar negócios privados. A nova elite surgida da corrupção assumiu duas tarefas: administrativa e governativa, mas não a produção em moldes capitalistas (HANLON 2008, p. 233).

“No caso de Moçambique, a construção da almejada burguesia foi claramente baseada no saque de fundos públicos: a nossa burguesia retira do Estado não fazendo retorno” (MOSSE 2004, p. 13). Desde que a elite começou a tornar-se empresária, com a viragem para a economia de mercado, passou a ser financiada com fundos públicos sem qualquer garantia de recuperação dos fundos mutuados, como por exemplo, a constituição de garantias reais (idem).

No período de 2003 a 2008, dos 35 mil beneficiários dos créditos, apenas 13 reembolsaram e, destes, apenas um tinha efetuado pagamentos em todos os anos. 19 (52,2%) nunca reembolsaram. A maioria está ligada á Frelimo. Um número considerável de empresas que não honram com os seus compromissos têm na sua estrutura acionária figuras ligadas ao partido Frelimo, que retiraram dinheiro do Estado, sem fazer o devido retorno em tempo útil.

Ao conceder os empréstimos, o principal desiderato do Estado era criar uma burguesia interna que pudesse alavancar o desenvolvimento nacional que, por seu turno, devia concorrer para o combate à pobreza, principalmente através da redução do índice de desemprego. Porém, a construção desta burguesia foi claramente baseada no saque de fundos públicos, através de créditos concedidos com fundos do Tesouro, para financiar empresas que não tinham recursos humanos equipamentos adequados para que operassem com sucesso (SAVANA, 18 de Dezembro 2009).

A grande corrupção⁴⁵ foi o principal obstáculo ao desenvolvimento nacional. Indivíduos situados nas altas esferas do poder utilizavam suas posições elevadas no Estado para receberem subornos das corporações nacionais e internacionais, cobrando propinas dos contratos ou desviando largos montantes de dinheiro público.

Muitos dentro do grupo predador cada vez mais pareciam convencidos de que lhes competia uma porção de tudo o que estivesse a acontecer. Era difícil para moçambicanos ou estrangeiros montarem negócios sem que um membro da elite da Frelimo recebesse uma porção. Em licenças, autorizações e concessões de terra tinha de haver sempre suborno ou participação. Os moçambicanos começaram a `falar de cabritismo'. A expressão é tirada de um dito popular que diz que o cabrito come onde está amarrado (HANLON 2008, p. 237).

Dessa forma, as funções de empresários e de governantes fundiram-se. A lista de empresas financiadas pelo Estado remetia a figuras políticas ligadas ao partido no poder; era o início da aliança entre o governo e o empresariado a custa do desvio dos recursos da ajuda externa.

A ajuda externa era desviada pelas elites, mas, as Instituições Financeiras Internacionais continuavam dando créditos, porquê?

1. O dinheiro subtraído de contratos de ajuda internacional e roubado nos bancos era depositado em contas bancárias no estrangeiro.

A lavagem de dinheiro e transferência de dinheiro para o exterior tem sido um problema desde os meados dos anos 80. De acordo com um antigo funcionário bancário, uma das formas mais vulgares de lavagem de dinheiro é uma determinada companhia apresentar documento de importação no valor, digamos, de US\$ 2 milhões. A transferência desse dinheiro para o exterior é devidamente autorizada para pagar as faturas. Mas, a troco duma comissão, o banco não carimba o documento original de importação e o `importador' pode ir com ele a outro banco pedir outra vez a mesma transferência e depois ainda ir a um terceiro banco. Houve um banco que questionou este tipo de transações, pedida por uma conhecida empresa de `import-export' considerada próxima da Frelimo e o gabinete da presidência interveio para resolver o problema. (HANLON in metical n° 1082 de 1 de Outubro de 2001).

2. Os créditos concedidos pelas Instituições Financeiras Internacionais são geridos por jovens gestores que, se alguma vez viram um pobre, foi na televisão. Sua função é negociar créditos com países em desenvolvimento. A sua promoção depende do número de créditos negociados e não do impacto positivo dos mesmos sobre as populações dos países para onde foram concedidos, a ajuda torna-se, assim uma bomba que é atirada lá do alto para não sentir o seu impacto na terra.

3. O roubo do dinheiro da ajuda não prejudica os países doadores. Os recursos desviados em esquemas corruptos nos países receptores, voltam para os países de origem depositados em contas bancárias em paraísos fiscais, de onde voltam de novo para os mesmos países pobres em forma de crédito, agravando a dívida externa e criando um ciclo vicioso de dívida.
4. O Banco Mundial advoga que concede mais ajuda mesmo consciente de que os recursos estão sendo roubados na esperança de que os recursos doados serão usados no combate à corrupção (MOYO 2009, p.50).

Com recursos provenientes da ajuda desviados, bancos saqueados, dinheiro da ajuda externa desviado e roubado dos bancos, drenado para o estrangeiro e depositado em paraísos fiscais, sobrou para o país uma enorme dívida externa e dependência econômica e financeira do estrangeiro.

4.6 A CRISE DA DÍVIDA EXTERNA EM MOÇAMBIQUE

Com o agravamento da dívida externa em Moçambique aumentaram os preços do petróleo na década de 1979 e 1980; a redução das receitas de exportações a partir de 1982, como resultado da baixa de preços no mercado mundial; o fracasso da política agrária por causa da seca e da guerra de desestabilização.

“As crises das economias em desenvolvimento, e particularmente a crise da dívida dos finais da década de 1970, dificultaram o acesso aos recursos externos por parte dos devedores” (MOSCA 2005, p. 418). Na década de 1970 – 80⁴⁶ acreditava-se viável atingir o desenvolvimento através da industrialização e da substituição das importações. Todavia, a guerra de desestabilização e a seca frustraram o projeto.

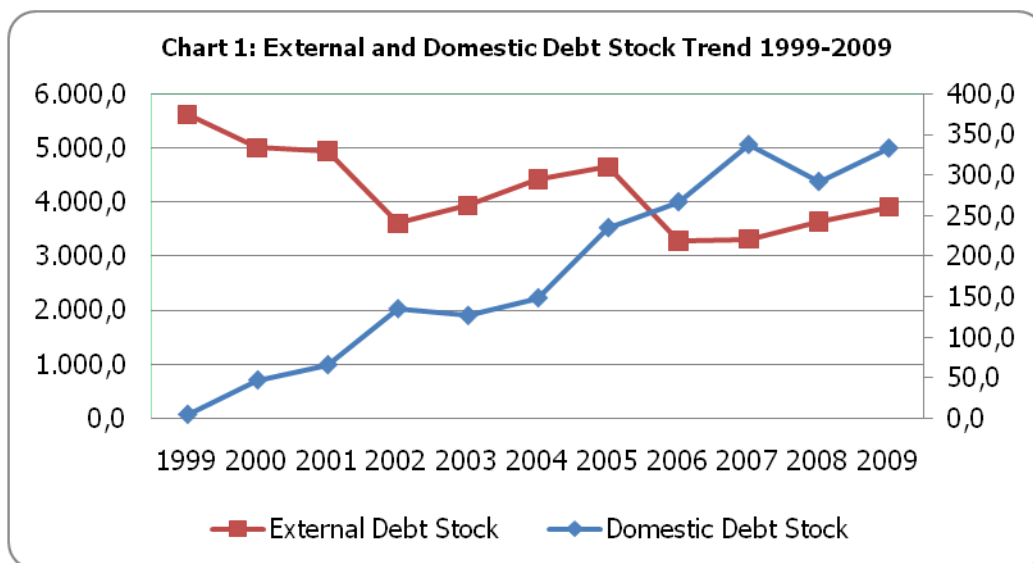
Quando os EUA em 1981 aumentaram as taxas de juros, a carga de dívida de Moçambique foi de um momento para o outro alterada não só no que diz respeito aos empréstimos contraídos a juros móveis, mas no que diz respeito a às possibilidades de obter novos créditos. As reservas de divisas disponíveis não eram suficientes para amortizar as dívidas. Num prazo de dois anos o país viu-se obrigado a contrair novos empréstimos num valor de US\$ 2 Bilhões e, desse modo, as dívidas do país aumentaram consideravelmente. Entre os anos 1980 e 1983 a quota do serviço de dívida de Moçambique quadruplicou. (ABRAHAMSSON 1992, p. 132).

“Em 1984, a dívida de Moçambique era de US\$ 2,4 bilhões. 95% eram de dívida bilateral. 46% dos países da Organização de Comércio e Desenvolvimento Econômico (OCDE); 21% dos países da Organização de Produtores e Exportadores de Petróleo (OPEP) e 27% dos países do Leste” (ABRAHAMSSON 1992, p. 133)

O pesado fardo da dívida e a incapacidade de pagamento, a fome e a guerra que matavam milhares de pessoas, tornaram o acesso aos créditos do FMI e do BM a única solução para a implementação de políticas de desenvolvimento e para a sobrevivência da nação.

O stock da dívida externa de Moçambique até finais de 2009 era de US\$ 3.910,0 milhões. Em 2008 o stock era de US\$ 3.643,6 milhões o que significa que houve um acréscimo de 7.3%. O aumento deveu-se aos novos desembolsos de acordos recentemente assinados com *International Development Association* (IDA). Caracteristicamente, o stock da dívida externa de Moçambique segue uma curva geral descendente a partir de 1999, devido principalmente ao alívio da dívida concedido ao país através da Iniciativa *High Indebted Poor Countries* (HIPC). Um decréscimo significativo verificou-se em 2006, porém esta situação parece estar a reverter-se nos anos subseqüentes como resultado da necessidade do país contrair mais créditos para financiamentos de projetos e programas de desenvolvimento e crescimento econômico. (MOZ-DSA análise da Sustentabilidade da Dívida p.8).

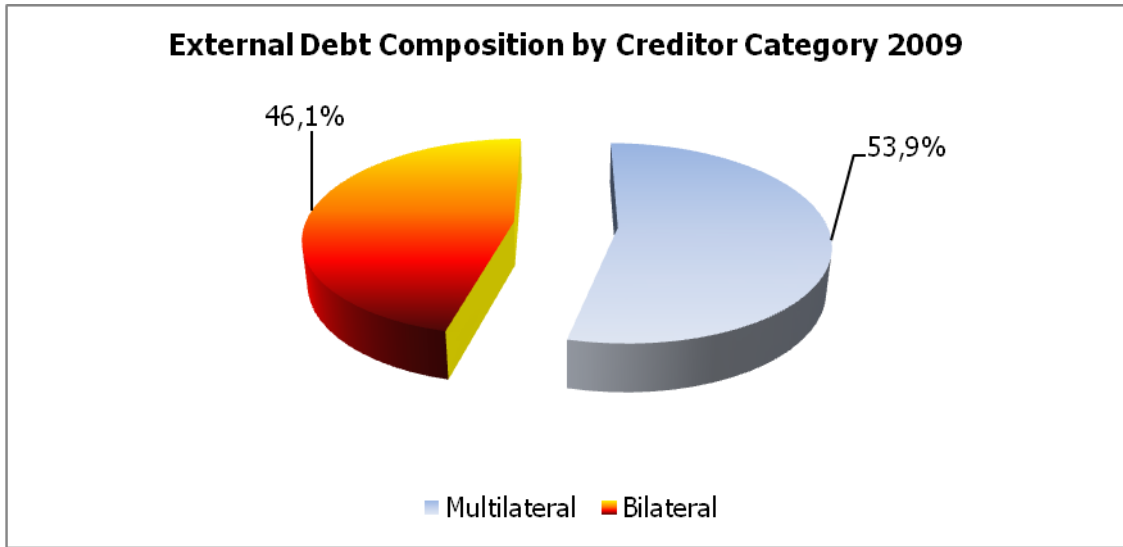
GRÁFICO 3-EVOLUÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA DE MOÇAMBIQUE



Fonte: Moz-DAS - análise da Sustentabilidade da Dívida p.8

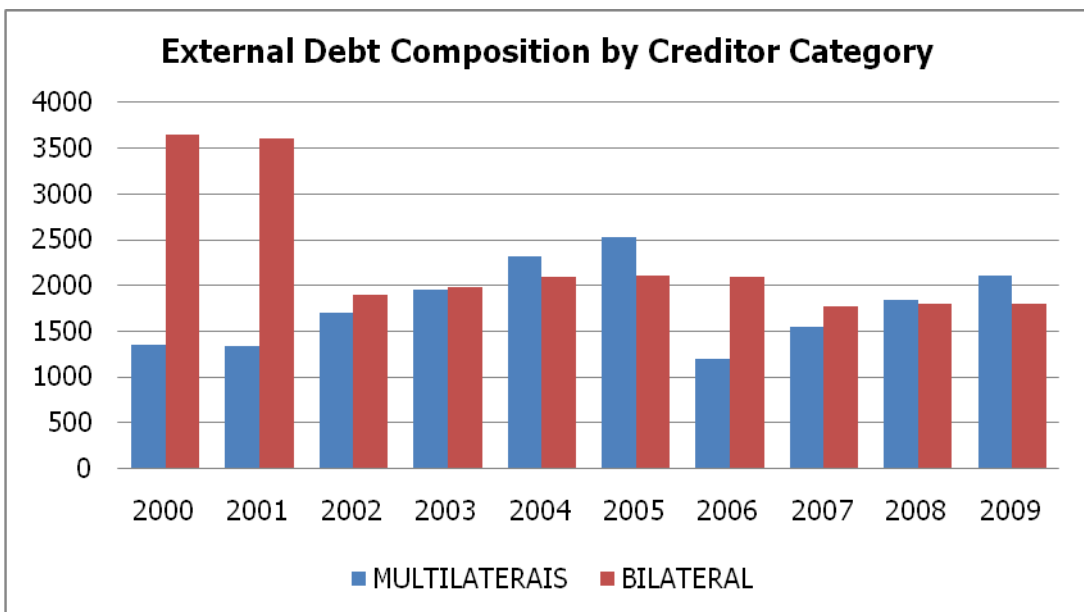
De 1999 a 2009 Moçambique contraiu US\$ 2.409,35 milhões. US\$ 1.801,39 milhões, em créditos bilaterais e multilaterais, o que corresponde 53,9% como mostram os gráficos 4 e 5.

GRÁFICO 4- ANÁLISE DA CARTEIRA DA DÍVIDA EXTERNA



Fonte: Fonte: Moz-DAS - análise da Sustentabilidade da Dívida p. 10

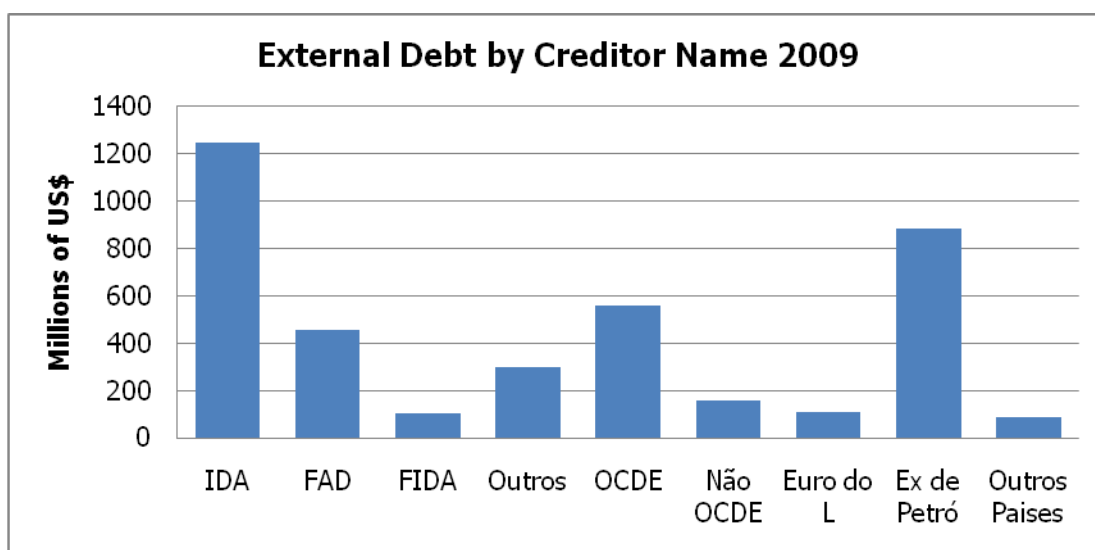
GRÁFICO 5-COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA



Fonte: Fonte: Moz-DSA - análise da Sustentabilidade da Dívida p. 10

Os maiores credores de Moçambique são o Banco Mundial, países Exportadores de Petróleo e países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). A dívida com o Banco Mundial corresponde a 59% do total da dívida multilateral, 49% da Organização dos Países Produtores e Exportadores do Petróleo (OPEP) e 31% dos países da OCDE.

GRÁFICO 6- DÍVIDA EXTERNA PELOS NOMES DOS CREDITORES



Fonte: Fonte: Moz-DAS - análise da Sustentabilidade da Dívida p. 11

A política para acomodar os interesses do capital estrangeiro, das IBW's e da burguesia nacional emergente, deu origem às Zonas Francas Industriais (ZFI) e Zonas Económicas Especiais (ZEE). A economia de Moçambique, passou a depender de capitais estrangeiros que fluíam através de Instituições Financeiras Internacionais em forma de financiamentos aos programas de desenvolvimento do Banco Mundial e Investimentos Estrangeiros Diretos das corporações multinacionais.

A economia foi aberta ao Investimento Estrangeiro Direto (IED) e foi criado um pacote de incentivos fiscais para atrair o Investimentos Estrangeiros. Disso resultou a criação das Zonas Francas Industriais (ZFI) e Zonas Económicas Especiais (ZEE) nas províncias de Maputo, Tete, Sofala e Nampula. Nas ZFI e ZEE instalaram-se mega-projetos de capital e tecnologia intensiva como Mozal, Companhia do Vale do Rio Doce (atualmente Vale), Kenmare, *Suid Afrikaanse Steenkool en Olie - Carvão e Óleo Sul-Africanos* (Sasol), tema do próximo capítulo.

5 AS ZONAS FRANCAS INDUSTRIAIS (ZFI) E ZONAS ECONÔMICAS ESPECIAIS (ZEE) EM MOÇAMBIQUE

As Zonas Francas Industriais (ZFI) e Zonas Econômicas Especiais (ZEE) foram criadas, em Moçambique, a partir da década de 1980, no período de transição do socialismo para o capitalismo. Durante este período, a economia centralmente planejada foi substituída pela liberalização e abertura do mercado econômico ao Investimento Estrangeiro Direto (IED). Elas foram criadas com o objetivo de atrair o Investimento Estrangeiro Direto. A fábrica Belita foi a primeira indústria a ser aprovada para operar em regime de Zona Franca Industrial em 1985.

As Zonas Francas Industriais e Zonas Econômicas Especiais não são um caso *suis generis* de Moçambique. Elas existem em quase “todo o mundo, tanto nos países desenvolvidos, quanto nos países em desenvolvimento⁴⁷”. Elas existem desde as décadas de 1950 e 1970 na Europa, Ásia, América Latina e África. A primeira Zona Franca Industrial foi criada em 1959 em *Shannon*, na Irlanda. No mesmo período foram criadas outras Zonas Francas Industriais nos países asiáticos conhecidos como “quatro pequenos Tigres”: Hong Kong, Singapura, Coreia do Sul e Taiwan (BANCO MUNDIAL 1992, VÉRON 1991, p. 6-7 e UNIDO CIRCA 1994). “O ano de 1970, assistiu ao boom das Zonas Francas Industriais em países de baixa renda da América Latina, Caribe e África” (JUCH 2002, p. 103).

As Zonas Francas Industriais e Zonas Econômicas Especiais são, normalmente, instaladas em locais onde existem infra-estrutura, energética, portuária para o escoamento dos produtos, onde exista curso de algum rio ou que seja próxima do mar, em zonas fronteiriças e regiões de abundância de matérias-primas, sobretudo, as que interessam a companhia que vai explorar a Zona Franca Industrial e/ou Zona Econômica Especial⁴⁸. Por essa razão, a Kemnare em Moçambique, instalou-se na localidade de Topuito, distrito de Moma, província de Nampula, local onde para além da abundância de jazigos de areias pesadas, das quais extrai a ilmetine, zircão e titânio é uma região que se encontra junto à costa, o que facilita o escoamento dos minérios. A Zona Econômica Especial de Nacala foi instalada em Nacala, atraída pelo porto natural de águas profundas de Nacala e pela linha férrea que liga Moçambique ao Malawi e Zâmbia – o corredor de Nacala; A Vale, Rivaersdale e a Sasol, instalaram-se nas províncias de Tete e Inhambane, respectivamente, locais que, embora não se encontrem junto ao mar, para o caso específico, de Moatize em Tete onde se encontram a

Vale e a Rivarsdale abundam os recursos que interessam a estas companhias (o carvão mineral e o gás natural). A MOZAL, por sua vez, instalou-se em Maputo, por se encontrar perto da fronteira com a África do Sul, pela existência de maiores quantidades de energia elétrica, que recebe da África do Sul através do consórcio *Mozambique Transmission Company* (MOTRACO)⁴⁹, e de um porto para escoamento da sua produção o porto de Matola, na Província de Maputo.

5.1 CONCEITO DE ZONA FRANCA INDUSTRIAL E ZONA ECONÔMICA ESPECIAL

Zonas Francas Industriais e Zonas Econômicas Especiais são complexos industriais que gozam de um tratamento especial no que diz respeito às responsabilidades aduaneiras e fiscais. As indústrias que operam dentro dos complexos de Zonas Econômicas Especiais, Zonas Francas Industriais e/ou em regime de Zonas Francas Industriais estão isentas de direitos aduaneiros na importação de equipamentos e estão, também, isentas de vários impostos, como será analisado com detalhe mais adiante.

Zonas Econômicas Especiais e Zonas Francas Industriais são espaços demarcados, detentores de privilégios econômicos específicos sobre a economia em geral, onde tem lugar a produção para o comércio e serviços. É uma área isolada, controlada, adjacente a um porto de entrada, sem residências, equipada com todo o aparato necessário que facilita o embarque e desembarque de mercadorias, o abastecimento de navios, armazenamento de produtos para o futuro carregamento por terra e por mar; é uma área dentro da qual produtos podem ser descarregados, armazenados, processados e combinados, embalados, manufaturados e embarcados sem pagamento de direitos alfandegários e sem a intervenção de autoridades alfandegárias (TOMAS 1956, P.7)⁵⁰ citado por (ERLAND 2007, p. 5 e 10).

Podem, ainda, serem definidas como enclaves econômicos nos costumes e regimes comerciais de um Estado onde as firmas industriais estrangeiras, que nela operam, beneficiam-se de incentivos fiscais e aduaneiros e produzem basicamente para as exportações (ILO/UNCTAD 1998). Numa economia de enclave, “grupos dominantes nacionais, como foi analisado no capítulo II, vinculam-se às empresas estrangeiras mais como classe politicamente dominante que como `setor empresarial´. Em consequência, a própria debilidade econômica dos grupos nacionais de poder obriga a manter uma forma de dominação mais excludente, pois sua vinculação com o setor de enclave (necessária para manter-se no poder) depende da capacidade que tenham para assegurar uma ordem interna que ponha à disposição

daquele a mão-de-obra indispensável para a exploração econômica e que assegure a viabilidade dos contratos com o setor de enclave” (CARDOSO e FALETTO 2004, p.100).

As Zonas Francas Industriais e Zonas Econômicas Especiais são enclaves econômicos, no sentido de que são bolsas de desenvolvimento de atividades econômicas e/ou industriais de capital estrangeiro dentro de um país em desenvolvimento, cujo interesse não é criar uma base econômica e financeira nacional auto-sustentável. As Zonas Francas Industriais caracterizam-se pela exploração e dreno de recursos, criando uma dependência econômica e financeira e alienação do poder político, a favor das corporações multi e transnacionais e dos agentes provedores de ajuda externa ao desenvolvimento, nos países hospedeiros.

Neste sentido, a primeira noção que se tem de Zona Franca Industrial (ZFI) e Zona Econômica Especial (ZEE) é de um parque industrial onde as firmas que nelas operam beneficiam-se de incentivos fiscais e aduaneiros. Elas ficam isentas de pagamento de impostos e direito aduaneiros na importação de matérias-primas, equipamentos e outros bens e produzem para exportação. Porém, o estatuto de Zona Franca Industrial, tem sido atribuído a empresas isoladas sem que estejam, necessariamente, a operar dentro de um parque industrial, por exemplo, a Fábrica de confecção de roupa (Belita), a Fábrica de Fundição de Alumínio (MOZAL), a Mina de extração de Areias Pesadas de Moma (Kenmare) e a Companhia de Extração de Gás Natural de Inhambane (Sasol).

A legislação moçambicana sobre as áreas econômicas que funcionam em regime fiscal especial estabelece uma diferenciação. Em Moçambique há duas variantes de áreas que funcionam sob regime especial designadamente Zonas Francas Industriais (ZFI) e as Zonas Econômicas Especiais (ZEE).

Zona Franca Industrial “uma área ou unidade ou série de unidades de atividade industrial, geograficamente delimitada e regulada por um regime aduaneiro específico na base do qual as mercadorias que aí se encontrem ou circulem, destinadas exclusivamente à produção de artigos de exportação, bem como os próprios artigos de exportação daí resultantes, estão isentos de todas as imposições aduaneiras, fiscais e para-fiscais correlacionadas [...]” (Lei nº 3/93, de 24 de Junho p. 5)

“Zona Econômica Especial (ZEE) é uma área de atividades em geral, geograficamente delimitada e regida por um regime aduaneiro especial com base no qual todas as mercadorias que aí entrem, se encontrem, circulem, se transformem industrialmente ou saiam para fora do território nacional estão totalmente isentas de quaisquer imposições aduaneiras, fiscais e para fiscais correlacionadas [...]” (Lei nº 3/93, de 24 de Junho p. 6).

5.2 OBJETIVOS DA CRIAÇÃO DAS ZONAS FRANCAS INDUSTRIAIS E ZONAS ECONÔMICAS ESPECIAIS EM MOÇAMBIQUE

- a) *Atração do Investimento estrangeiro Direto (IED)*. As Zonas Francas Industriais e Zonas Econômicas Especiais foram criadas, em Moçambique, no âmbito da estratégia de promoção das exportações, através da substituição das importações, com vista a incrementar o crescimento econômico. A efetivação desta estratégia passava pela atração de investimentos que pudessem promover um rápido crescimento econômico;
- b) *Transferência de tecnologia*. O investidor estrangeiro, para além de capital financeiro a ser investido em algum projeto industrial, em Moçambique, traz tecnologia. A mesma pode ser absorvida pela mão-de-obra local. Porém, o fator tecnologia impõe uma barreira à entrada da mão-de-obra moçambicana dada a exigüidade de pessoal capaz de assimilar as tecnologias. Os mega-projetos das Zonas Francas Industriais e Zonas Econômicas Especiais em Moçambique foram normalmente instalados em zonas rurais, onde os índices de analfabetismo são elevados, o que dificultou a assimilação das tecnologias trazidas pelo investidor estrangeiro. A kenmare, em Moma é um exemplo. Instalou-se em Moma uma zona recôndita cuja população ativa é majoritariamente analfabeta.

A MOZAL, na província de Maputo, é uma exceção. Ela está localizada na província de Maputo, por isso, atrai a mão-de-obra relativamente qualificada da capital Maputo, saída das grandes universidades do país, como a Universidade Eduardo Mondlane (UEM) e outras sediadas em Maputo.

- c) *Atração de divisas*. A produção destinada ao mercado externo, ou seja, para a exportação, fez com que a atividade dentro das Zonas Econômicas Especiais e Zonas Francas Industriais, em Moçambique, fosse um atrativo para aquisição de divisas para o país. Todavia, por anuência da Lei, Moçambique pouco se beneficia dos resultados das exportações das Zonas Francas Industriais. A alínea (a) do número primeiro do Artigo 14 da Lei de Investimentos e o número um do Artigo 34 da Legislação sobre Investimentos nas Zonas Econômicas Especiais e Zonas Francas Industriais do Gabinete das Zonas Econômicas de Desenvolvimento Acelerado (GAZEDA), autorizam a transferência integral de lucros das indústrias em regime de Zonas Francas Industriais e dentro das Zonas Econômicas Especiais.
- d) *Criação de postos de trabalho*. O Decreto nº 62/99 de 21 de Setembro nos seus números um e dois do Artigo nº 4, estipula que `a autorização para a criação de uma Zona Franca Industrial

é condicionada à existência de pelo menos 500 postos de emprego permanente, para trabalhadores de nacionalidade moçambicana, em toda a Zona Franca Industrial, devendo, no entanto, cada uma das empresas nela existentes, empregar no mínimo 20 trabalhadores. O nº 2 diz que no caso de unidades ou empresas que pretendam funcionar em regime de Zona Franca Industrial, e beneficiar dos incentivos previstos na Lei nº 3/93 de 24 de Junho, a autorização é condicionada à existência de pelo menos 250 postos de emprego permanentes, para trabalhadores de nacionalidade moçambicana, em cada unidade ou empresa. Porém, sendo as Zonas Francas Industriais e Zonas Económicas Especiais exploradas por Corporações trans e multinacionais, de capital intensivo, demandam mão-de-obra qualificada, o que torna insignificante o seu impacto no emprego, uma vez que dada a maior incidência do analfabetismo na população, não é possível encontrar mão-de-obra qualificada.

5.3 VANTAGENS DAS ZONAS FRANCAS INDUSTRIAIS E ZONAS ECONÓMICAS ESPECIAIS

- a) *Melhoria de Infra-estruturas* – nas zonas onde foram instaladas as Zonas Económicas Especiais e Zonas Francas Industriais, em Moçambique, as infra-estruturas rodoviárias, ferroviárias, energéticas e portuárias, encontravam-se em estado deplorável, e não se podia esperar que em curto prazo elas melhorassem. Por isso, o governo está investindo na Zona Económica Especial de Nacala, transformando-a em área de interesse comercial, recebendo um tratamento especial na alocação de fundos para atrair investimentos. O governo está a investir na modernização e reabilitação do Porto de Nacala e na transformação do Aeroporto Militar de Nacala em civil e internacional.
- b) *Atração do IED através de investimentos das Corporações Multinacionais* – as corporações multinacionais investem com o objetivo de estabelecer a produção, distribuição de bens ou criar facilidades de mercado no exterior. (ERLAND 2007, P.7)⁵¹. Corporações multinacionais são firmas que detêm aproximadamente 50% ou mais de outras companhias operando no estrangeiro. Elas são provenientes de países desenvolvidos, são de capital e tecnologia intensiva. Fazem negócios em países desenvolvidos, mas, o maior volume de negócio é feito em países em desenvolvimento, devido à fragilidade de suas leis, facilidade que elas têm de corromper as autoridades e uso de mão de obra barata. Na maioria dos casos a burocracia no poder tem participação acionária nas companhias multinacionais de Zonas Francas. Esta situação faz com que as multinacionais em Zonas Francas tenham proteção da super estrutura.

Por isso, “Muitos acreditam que as corporações multinacionais exploram os trabalhadores e retornam os lucros para os países de origem”. (ERLAND 2007, p.7) apud (PASS et al., 2005, p. 209)⁵² e (BARBA et al, 2004)⁵³;

- c) *Criação de postos de trabalho* – um dos objetivos das Zonas Econômicas Especiais e Zonas Francas Industriais é reduzir o desemprego, através da criação de mais postos de trabalho. Porém, as taxas de desemprego, em Moçambique, continuam altas, o que significa que, os mega-projetos das Zonas Francas Industriais não resolvem o problema de desemprego. Eles são de capital intensivo e não de trabalho intensivo, demandam mão-de-obra qualificada e, a maioria da população ativa, em Moçambique, sobretudo nas áreas onde se instalaram as Zonas Francas Industriais é analfabeta.

5.4 CONTEXTO EM QUE SURGEM AS ZONAS FRANCAS INDUSTRIAIS E ZONAS ECONÔMICAS ESPECIAIS EM MOÇAMBIQUE

As Zonas Francas Industriais e as Zonas Econômicas Especiais foram criadas, em Moçambique, com o objetivo de revitalizar o parque industrial destruído pela guerra de desestabilização. A guerra tinha enfraquecido o desenvolvimento industrial e a atração do Investimento Estrangeiro Direto através das Zonas Francas Industriais e as Zonas Econômicas Especiais, foi a alternativa que o Governo encontrou para reconstruir o setor industrial. “As Zonas Francas Industriais e as Zonas Econômicas Especiais foram concebidas com o objetivo do Governo de garantir o crescimento econômico com base na promoção de exportações. Pensava-se que incentivando e fomentando as exportações, ocorreria o crescimento econômico⁵⁴”.

A idéia de promoção de exportações implicou a aceitação das políticas neoliberais com o objetivo de elevar a aceitação de Moçambique ao nível internacional e torná-lo elegível aos financiamentos das Instituições financeiras Internacionais e ao Investimento Estrangeiro Direto. O Banco Mundial achou que a introdução das Zonas Francas Industriais e Zonas Econômicas Especiais fosse o ponto de partida para a substituição das importações e promoção das importações. Em outras palavras, as Zonas Francas Industriais e Zonas econômicas Especiais foram criadas como o primeiro passo no processo de liberalização do comércio e integração da economias moçambicana na economia global (JAUCH 2002, p.102).

A revitalização do setor industrial, resultante da criação das Zonas Francas Industriais e das as Zonas Econômicas Especiais, requeria a adoção de várias medidas pelo Governo, como a reforma do setor público. A partir de 2000, o Governo de Moçambique iniciou uma série de reformas no setor público, visando reorganizá-lo com vista a responder aos novos

desafios de desenvolvimento que se impunham ao país, no período de transição da guerra para a paz. Foi lançada a Estratégia Global da Reforma do Setor Público como instrumento de implementação sistemática e unificada das diversas iniciativas do Estado para o alcance do desenvolvimento econômico e social e redução da pobreza absoluta. Foi criado o Centro de Promoção de Investimentos com objetivo de fazer *marketing*, e promover a realização que contribuíssem para o progresso e bem-estar-social.

A pretensão do Governo de Moçambique de reduzir a pobreza e promover o desenvolvimento⁵⁵ vai ao encontro ao do previsto nos instrumentos políticos internacionais e domésticos nos objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e no Plano de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA). “Além destes instrumentos, o Governo adotou o Plano Quinquenal do Governo (PQG) e a Agenda 2025, que espelhavam a visão de desenvolvimento de Moçambique, a longo prazo, e as opções estratégicas para o alcance dos objetivos de desenvolvimento do país⁵⁶”.

A Estratégia Global da Reforma do Setor Público tornou-se o instrumento de operacionalização do Plano de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA), dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), do Plano Quinquenal do Governo (PQG) e da Agenda 2025, na persecução dos objetivos do Governo de redução da pobreza absoluta e promoção do desenvolvimento econômico e social.

“A Estratégia Global da Reforma do Setor Público foi adotada pelo Governo com o objetivo de promover e reorganizar o setor público, removendo as barreiras que se impunham ao Investimento Estrangeiro Direto com vistas a promover o desenvolvimento econômico e social do país, tendo em conta as relações econômicas nacionais, regionais e internacionais no quadro da globalização⁵⁷”. A sua implantação reduziu o excesso de burocracia nos procedimentos administrativos para o licenciamento de empresas, por exemplo; institucionalizou unidades de combate à corrupção, que trouxeram uma relativa confiança dos investidores estrangeiros; removeu barreiras que se impunham ao crescimento do setor privado e encorajaram o Investimento Estrangeiro Direto, através da criação das Zonas Francas Industriais e as Zonas Econômicas Especiais que acolheram os mega-projetos das Corporações multi e transnacionais.

Dispositivos legais que acomodassem o Investimento Estrangeiro Direto e a instalação das Zonas Francas Industriais e as Zonas Econômicas Especiais foram aprovados. Foi aprovada a Lei nº 4/84, de 18 de Agosto, o Decreto nº 8/87, de 30 de Janeiro a Lei de Investimentos nº 3/93 de 24 de Junho e o Decreto nº 62/99 de 21 de Setembro. Este quadro legal foi concebido com o objetivo de orientar o processo de realização, em território

moçambicano, de empreendimentos que envolvessem investimentos privados, nacionais e estrangeiros, suscetíveis de contribuir para o progresso e bem-estar social do país⁵⁸.

Em Moçambique as Zonas Francas Industriais e Zonas Econômicas Especiais encontram-se nas províncias de Nampula, ao norte do país; Sofala e Tete, no centro do país; Inhambane, Gaza e Maputo, ao sul do país. Em Nampula foram instaladas a Zona Franca Industrial de Moma e a Zona Econômica Especial de Nacala, que abrange os distritos de Naca-Porto e Naca-a-velha. Em Moma encontra-se o Projeto das Areias Pesadas de Moma da Kenmare, um empreendimento instalado na localidade de Topuito e funciona em regime de Zona Franca Industrial. Em Sofala localiza-se o projeto de Ferro e Aço e Petroquímico da Beira; em Tete estão instalados dois Projetos de Extração de Carvão Mineral, da Vale e do consórcio entre a Rivarsdale Moçambique e a Tata Steel; em Inhambane funciona o Projeto de extração de Gás Natural da Sasol; em Gaza, o falido projeto de Extração das Areias Pesadas de Chibuto e em Maputo o Projeto de Fundição de Alumínio MOZAL, a Zona Franca Industrial de Beluluane e outras.

TABELA 4-EMPRESAS DE ZONAS FRANCAS INDUSTRIAIS

Zona Franca/zona Econômica Especial	Empresa	Investidor	Nº de trab.	Objeto	Capital (\$US e Rds)
Zona Econômica Especial de Nacala	-	Governo de Moçambique	-	-	-
Zona Franca Industrial de Moma	Kenmare	Kenmare Moma Processing Limited (KMPL), uma filial da KENMARE Resources Company PLC	450	Exploração de Titânio, Ilmetine, Rutilo e Zircão	US\$ 460 milhões
Zona Franca da Beira	Projeto de Ferro e Aço da Beira e SASOL	Leopardus Resources e SASOL	-	Fabrico de Ferro e Aço e transformação de gás natural em Diesel, Amónia e Metanol	US\$ 950 para a instalação da fábrica de ferro e aço
SASOL	SASOL	Sasol e Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH)	-	Exploração de Gás Natural	Rds 10 Bilhões
Areias Pesadas de Chibuto	Areias pesadas de Chibuto	BHP Billiton e Corridor Sands	Com potencial de empregar 1750 moçambicanos na fase de construção, 1200 dos quais em chibuto e os restantes em Maputo. Na fase de operação criaria 475 postos de trabalho para os nacionais	-	Inicialmente orçado em US\$ 1.5 Bilhão, mais tarde reduziu em 50%
Moatize	Rivarsdale	Australiana Rivarsdale e a indiana Tata Steel	-	Exploração de Carvão Mineral	
	Vale	Vale Moçambique, (antiga Companhia do Vale do Rio	2.000 sendo 90% de mão-de-obra-local	Exploração de Carvão Mineral	USD\$ 1.3 bilhão

		Doce)			
MOZAL	MOZAL	Billiton. 47%, Mitsubish corp. of Japan 25%, South African Indust. Dev. Corp. 24% e Estado Moçamb. 4%	2.500	Fundição de Alumínio	USD\$ 1.3 Bilhão
Beluluane	Operações Duys Moçambique	Hytec Holdings (PTY) Lda (SA)	-	Engenharia Mecânica Civil	USD\$ 850,000
	Chiefton Moçambique	Chiefton Management Australia, Ltd	-	Gestão do Parque Industrial de Beluluane, construção e manutenção	USD\$ 24, 000
	Bearing Man Moçambique	Bearing Man South África	-	Engenharia Metalomecânica e Civil, produção e manutenção de elementos industriais	USD\$ 648, 000
	AEs-Kemp-alutec Engineering Services	Macqarie Holding, Lda; Projetos e metalomecânica	-	Engenharia Metalomecânica e Civil, prestação de serviços	USD\$ 1,198,000
	Hencon	Dirk Kuiken, Karel Theodours Gerretsen. S.A.	-	Manufatura de estruturas metálicas, components mecânicos, montagem de auto combinados	R ds 7,650,000
	Trentyre Beluzone	Trentyre Moç., Limitada, Carlos Carvalho Maurícias	-	Produção de componentes de borracha, montagem, reparação, balanceamento de jantes, gestão de frota de pneus e baterias para MOZAL e exportação	USD\$ 72,200
	Técnica e Engenharia Moçambique Lda	Brian Roland Felgate, Keith Andrew	-	Manutenção e Instalação de equipamento elétrico da fábrica de alumínio MOZAL	USD\$ 49,000
	Ómega – Serviços (Zona Franca) Lda	Francisco da Silva de Oliveira	-	Prestação de serviços de transporte e segurança de bens e mercadorias para a MOZAL e outras empresas de Zona Franca. Manutenção, reparação e limpeza de veículos e equipamentos industriais, prevenção e luta contra incêndios e evacuação de doentes	USD\$ 1000,000
	Nat África	Jaco Jassen Van Resburg	-	Prestação de serviços de reparação e manutenção metalo-mecânica, metalúrgica e outras para a MOZAL e outras empresas de zona franca	Rds 3,850,000
	Wheels África				
Belita	Belita	-	225 nacionais e 2 estrangeiros	-	-
Sapatos Galáxia	Sapatos Galáxia	-	-	-	-
Fábrica de Marroquinarias	Fábrica de Marroquinarias	-	-	-	-
Invel-Indústria de Vestuário	Invel-Indústria de Vestuário	-	-	-	-
Projeto de Injeção de Plásticos	Projeto de Injeção de Plásticos	-	-	-	-

Fonte: Centro de Promoção de Investimentos (CPI) – divisão de Zonas Francas Industriais

5.5 ZONA ECONÔMICA ESPECIAL (ZEE) DE NACALA

A Zona Econômica Especial (ZEE) de Nacala foi a primeira a ser criada em Moçambique, ao abrigo do Decreto nº 76/2007 de 18 de Dezembro do Conselho de Ministros. Ela abrange os distritos de Nacala- a-Velha e de Nacala-Porto. A sua gestão foi delegada ao Gabinete das Zonas Económicas de Desenvolvimento Acelerado (GAZEDA).

Estudos preliminares tinham apontado a sua inviabilidade econômica devido à ausência de infra-estruturas rodoviárias, ferroviárias, energéticas e outras, necessárias para a instalação de grandes investimentos que se pretendia ali instalar. Para mudar este quadro, “cerca de USD\$ 80 milhões foram investidos numa série de projetos ligados à indústria, produção de combustíveis, agricultura e turismo⁵⁹”.

O Porto de Nacala foi reconstruído, redimensionado, modernizado e expandido; o Aeroporto Militar foi convertido em civil e internacional; foi construída uma refinaria de Petróleo; vias de acesso estão sendo abertas; redes de fornecimento de energia elétrica e de abastecimento de água potável estão sendo instaladas; está sendo elaborado um plano de estrutura urbana nos Distritos de Nacala-Porto e de Nacala-a Velha e foi construída uma Linha Férrea para o corredor de desenvolvimento de Nacala, incluindo os ramais que servem os países vizinhos como Malawi, Zâmbia, Tanzânia até a República Democrática do Congo (RDC) está sendo reconstruída.

Está prevista, para 2013 a construção de uma refinaria de petróleo em Nacala-à-Velha. Para tal foi assinado um acordo entre a *Ayr Development Group, Limited*, companhia subsidiária da *Ayr Logistics Limited* do Texas, financiadora do projeto *Ayr Petro-Nacala*, e o *Construtor Group Five International, Limited*.

Depois de construída, a refinaria de Nacala terá capacidade de produzir cerca de 300 mil barris de petróleo por dia, contribuindo para a redução significativa dos preços de combustíveis em Moçambique e outros países da região. Ela é avaliada em cerca de US\$ 5500 milhões.

Além da construção das infra-estruturas industriais complementares, *Ayr Logistics, Limited*, irá levar a cabo projetos habitacionais e outros de natureza social. O seu grupo está financiando a construção de um centro de formação vocacional que servirá os residentes de Nampula com vista a participarem diretamente na construção da refinaria, juntamente com o Grupo Five. O centro estará sob supervisão da *Ayr Logistics* e do Ministério da Educação,

para providenciar pessoal tecnicamente habilitado não só ao projeto de Nacala-à-Velha, mas também para todo o país.

O projeto da refinaria de petróleo de Nacala-à-Velha vai permitir o aproveitamento dos recursos naturais, nomeadamente o porto de águas profundas de Nacala, criando-se, postos de trabalho que contribuirão para combater a pobreza e para promover o desenvolvimento econômico e social do país. A ZEE de Nacala visa atrair investimentos diretos, nacionais e estrangeiros, fortalecer as exportações, desenvolver as infra-estruturas e, conseqüente, aumentar o número de postos de trabalho.

5.6 ZONA FRANCA INDUSTRIAL (ZFI) DE MOMA

5.6.1 AREIAS PESADAS DE MOMA (KENMARE)

A Zona Franca Industrial de Moma foi “aprovada pelo Conselho de Ministros através do Decreto nº 45/2000 de 28 de Novembro, que simultaneamente aprovou o Projeto de Investimento denominado ‘Areias Pesadas de Moma’ (a Kenmare), e os respectivos Termos de Autorização, através da Resolução Interna nº 8/2000” (MEMORANDO 2008: AREIAS PESADAS DE MOMA, p.1).

O projeto de extração das Areias Pesadas de Moma teve início em Abril de 2007. Com um período de duração de 20 anos renováveis, as operações de mineração e processamento do projeto funcionam em regime de Zona Franca Industrial. Por isso, “as suas instalações foram demarcadas, vedadas e consideradas como área de Zona Franca Industrial.” (TERMOS DE AUTORIZAÇÃO DO PROJETO “AREIAS PESADAS DE MOMA, p. 3).

O mega-projeto está instalado na localidade de Tupuito, Distrito de Moma, Província de Nampula, a cerca de 30 quilômetros a Nordeste da vila de Moma, a um quilômetro da costa moçambicana (16° 35' a Sul 39° 45' Este)” (Idem). “É desenvolvido pela multinacional Irlandesa Kenmare (em Moçambique, *Kenmare Moma Mining*)”. (SELEMANE 2010, p. 11)

REFINARIA DAS AREIAS PESADAS DE MOMA



Fonte: SELEMANE, Tomás (2010). *Questões à volta da Mineração em Moçambique: Relatório de Monitoria das atividades Mineiras em Moçambique Moma, Moatize, Manica e Sussundenga*; Centro de Integridade Pública (CIP); Boa Governança e Transparência, p. 11

O projeto foi orçado em US\$ 460 milhões e tem em vista a produção de ilmenite⁶⁰, zircão, rutilo e titânio, destinados à exportação. A capacidade produtiva do projeto é estimada em 800.000 toneladas de ilmenite, 56.000 de zircão e 21.000 de rutilo. Estes produtos são usados no fabrico de tintas, na cerâmica e noutras aplicações. O destino das exportações são os Estados Unidos da América, Europa, China e o Japão.

Para servir os interesses particulares do projeto, foi aberta uma estrada de 35 quilômetros que liga os distritos de Angoche e Moma, na província de Nampula, e uma pista de aterragem com capacidade de receber aeronaves de grande porte, como por exemplo, o Boeing 737.

5.6.2 PROJETOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

A empresa Kenmare assumiu a sua responsabilidade social para com as populações locais construindo escolas, participando em projeto de melhorias das condições sanitárias e financiando pequenos projetos de geração de rendimentos. Paralelamente às atividades de

responsabilidade social, a empresa indenizou as populações que residiam ou que tinham propriedades no espaço que deu lugar à mina.

De acordo com Regina Macuacua⁶¹, o projeto das Areias Pesadas de Moma, na sua política de responsabilidade social, criou uma Associação de Desenvolvimento Comunitário com o objetivo de melhorar as condições de vida das comunidades circunvizinhas à região onde se encontra instalada a mina. Para levar a cabo projetos de responsabilidade social, a Kenmare criou a *Kenmare Moma Associação de Desenvolvimento* (KMAD). Os projetos de responsabilidade social da KMAD abrangem não só as comunidades reassentadas como também as vilas que se encontram em redor da mina a um raio de 10 quilômetros.

A KMAD atua nas áreas de saúde, educação e financiamento de micro-projectos de geração de rendimentos. Apóia projetos de combate ao *human immunodeficiency vírus*/síndrome da imunodeficiência adquirida (HIV/SIDA) e malária; constrói escolas e financia pequenos projetos de geração de rendimentos.

As populações que foram afetadas pela atividade mineira e que perderam os seus bens, como casas e propriedades, beneficiaram-se de um programa de reassentamento. Nos bairros reassentados foram colocadas infra-estruturas como casas de alvenaria, latrinas melhoradas e sistema de eletrificação.

O fornecimento de água tem sido objeto de reclamação das populações. Ele é feito via caminhão cisterna o que não se revela sustentável, pois, muitas vezes o caminhão encontra-se avariado e isso resulta no sofrimento da população, tendo que percorrer grandes distâncias à procura da água.

CAMINHÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA: MUTITICOMA



Fonte: SELEMANE, Tomás (2010). *Questões à volta da Mineração em Moçambique: Relatório de Monitoria das atividades Mineiras em Moçambique Moma, Moatize, Manica e Sussundenga*; Centro de Integridade Pública (CIP); Boa Governança e Transparência, p. 16

Através da KMAD, a Kenmare desenvolveu nas comunidades locais projetos de geração de rendimentos. Financiou, através da KMAD, pequenos negócios de geração de rendimentos. O objetivo era criar uma base de sustentação da população uma vez que o analfabetismo impõe-se como barreira ao acesso ao emprego direto na empresa.

A Kenmare financiou projetos de produção de ovos, de frangos, de vegetais e de costura. O principal consumidor da produção é a própria empresa, através do centro social e do departamento de geologia. O centro social compra a produção de ovos, frangos e vegetais enquanto que, o departamento de geologia compra os sacos produzidos na costura, para a coleta de amostras. Além de fornecer produtos ao centro social do empreendimento da Kenmare, a produção é também vendida para as populações locais.

Os grupos locais beneficiaram-se com a criação de pequenos negócios, a compra de máquinas através de empréstimos sem juros à semelhanças da “política do governo de alocação de sete milhões de Meticais nos distritos⁶²”.

Os projetos de geração de rendimentos beneficiaram 8 comunidades a um raio de 10 km da mina:

TABELA 5-COMUNIDADES BENEFICIÁRIAS DOS PROJETOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL DA KMAD

Nº	Comunidade	Tipo de projeto	Nº de associados
1	Muticomá	Produção de ovos e Costura	12
2	Tipane	Vegetais, Costura, Venda de material de construção	14
3	Topuito	Venda de diesel,	5
4	Naholoco	Fomento de gado caprino e pesca linha	75
5	Nataca	Vegetais	16
6	Natuco	Vegetais, venda de produtos alimentares	20
7	Mulimule	Produção de sal	12
7	Izoa		
8	Cabula	Costura	6

5.6.3 EDUCAÇÃO

O projeto da KMAD construiu 12 salas de aulas em Topuito, sendo algumas dentro da área do reassentamento. Com a construção de escolas, a Kenmare pretende preparar académica e cientificamente a população local, para substituir, gradualmente, a mão-de-obra estrangeira. Para tal, foi iniciado um projeto piloto de financiamento de bolsas de estudo para preparar as pessoas desde o ensino primário básico, secundário até universitário. Numa primeira fase as bolsas serão dadas aos que concluírem o nível primário (da primeira à sétima classe) em Topuito, para dar continuidade em Moma – no nível secundário (oitava à décima classe). Esta ação é desenvolvida em coordenação com o Ministério da Educação. O objetivo é elevar o nível educacional as pessoas.

Foram construídas duas escolas primárias em Tipane e Topuito. A escola primária de Tipane tem 523 alunos e seis salas de aulas e a escola primária completa de Topuito com 1552 alunos leciona da 1ª a 7ª classes; tem seis salas de aulas e um bloco administrativo.

5.6.4 SAÚDE

Na área de saúde a KMAD participa em projetos de cuidados básicos de saúde como HIV/SIDA, malária em parceria com outras Organizações Não Governamentais (ONG's) e Governo, através do Ministério da saúde. As populações beneficiam-se de atendimento médico gratuito através de médicos voluntários. A Kenmare comparticipa com ajudas de custo e hospedagem dos médicos voluntários.

É objetivo da empresa negociar com o governo a construção de um posto de saúde, visto que as poucas unidades sanitárias existentes localizam-se a grandes distâncias. Já se adquiriu uma ambulância, mas por lei ela não pode ser alocada à população, mas sim a uma unidade de saúde.

5.6.5 EMPREGO

Para além dos projetos de responsabilidade social, o projeto das areias pesadas de Moma da (kenmare), oferece um número elevado de empregos às populações locais; também, parte da força de trabalho vem do Zimbabwe, África do Sul, Estados Unidos da América e outras nações.

Até 2009, a Kenmare empregava 444 trabalhadores. A maioria dos trabalhadores 72% eram moçambicanos e 28% da força de trabalho era estrangeira. 54% dos estrangeiros vinham do Zimbabwe, 40% da África do Sul e os outros 6% de outras nações. A força de trabalho feminina empregue na mina é de 4.5%. (KEMARE ANNUAL REPORT & ACCOUTS 2008, p.22)

O baixo nível académico dos nativos somente permite que assumam cargos subalternos e recebam salários inferiores que os trabalhadores estrangeiros. Os nativos assumem posições subalternas como seguranças, guardas, assistentes mecânicos e manutenção dos campos de mineração. De acordo com Antínio Mulicote⁶³, aos moçambicanos cabem trabalhos subalternos como guardas, serviços de limpeza na fábrica e logística (arrumação e descarga de peças). Os poucos moçambicanos que participam na direção, não atingem o nível da tomada de decisões. As diferenças entre trabalhadores nacionais e estrangeiros são notórias também ao nível dos salários. Os estrangeiros recebem 5 vezes mais do que os trabalhadores nacionais, mesmo tendo o mesmo nível académico.

5.6.6 PROCESSO DE INSTALAÇÃO DA MINA DA KENMARE

O processo de instalação da mina da Kenmare em Topuito foi acompanhado de promessas não cumpridas e ofensas aos costumes tradicionais das populações locais. A Kenmare fez muitas promessas que não cumpriu. O incumprimento das promessas e outras

atitudes testemunham um flagrante desrespeito pelos valores e tradições das comunidades e aconteceram diante do olhar impávido das autoridades. Segundo (SELEMNE 2010, p. 12), quando as populações foram deslocadas de suas áreas de residência, para dar lugar ao projeto, foi-lhes prometido:

1. Dinheiro que não foi dado nas proporções combinadas.
2. A água, nunca foi instalada.
3. No novo bairro de reassentamento, foram construídas 145 casas, porém, antes de completar um ano, a maior parte delas apresentava rachas e tinham infiltrações de água. Isso foi reportado à Kenmare que prometeu resolver o problema, mas decorridos três anos, nenhuma reparação foi feita. Os donos das casas tiveram que fechar as rachas com argila diante da falta de cimento (SELEMANE 2010, p. 16);

Em face destas irregularidades, o Administrador distrital de Moma limitava-se a enviar listas de pedidos pessoais à empresa (Idem).

Para a transferência dos restos mortais do cemitério de Topuito para o cemitério de Mutiticoma, a Kenmare contratou uma empresa sul africana especializada a esse tipo de trabalhos. O mesmo consistiu, primeiro, na abertura de novas campas no novo cemitério, antes da exumação dos corpos. Essa prática, de abrir várias campas ao mesmo tempo e com muitos dias de antecedência, causou bastante estranheza no seio da população, local, que, segundo o Régulo⁶⁴ Mathapa, `nunca na minha vida tinha visto mortos já enterrados serem transferidos para outras campas, nem uma cova (túmulo) ser aberta antes de se saber quando é que será o enterro´ (SELEMANE 2010, p. 13).

O processo de exumação implicava despedaçar ossos em unidades de cerca de 40 centímetros cada, para que coubessem em pequenos caixotes, que eram usados no seu empacotamento. Sobre este procedimento, o régulo Mathapa comentou: `aquilo foi o mesmo que ferir pessoas já mortas há muito tempo; os familiares até choravam; como se podem partir ossos de um morto? Inocente?´ E acrescentou: `A empresa disse que o cemitério tinha apenas 372 campas. Isso era mentira. Nós desconfiamos que alguns mortos foram roubados, não sabemos para onde nem para que finalidade. Porque nós nascemos e encontramos aquele cemitério ali. Então pode ser possível que desde sempre ali haja apenas 372 mortos?´ (idem)

Além das promessas não cumpridas, o desrespeito dos valores e costumes das populações de Topuito, o processo de extração dos minérios (rutilo, ilmenite e zircão) destrói enormes extensões do solo. A retirada do minério das areias implica, também, a retirada de componentes fertilizantes, o que torna os solos, depois da retirada do minério, inúteis para a

prática da agricultura. Nas estimativas que, pelo menos, um terço da área de extração mineira jamais estará disponível para a prática da agricultura. Esta situação provoca um grande risco de insegurança alimentar para as populações locais (SELEMANE 2010, p. 20).

5.6.7 ZONA FRANCA INDUSTRIAL DA BEIRA

A Zona Franca Industrial da Beira foi criada em 1997 através de um entendimento entre o Governo de Moçambique e a empresa Leopardus Resources. A 7 de Julho de 1997, foi assinado um memorando de entendimento que dava o aval à Leopardus Resources para realizar um estudo de viabilidade para a criação de uma Zona Franca Industrial nos arredores da cidade da Beira, que iria acolher o Projeto de Ferro e Aço e Petroquímico da Beira.

O Projeto BI&SP – Fábrica de Ferro e Aço da Beira seria o projeto ancora. A Sasol, por seu turno, apresentou em finais de Julho de 1999, uma proposta para a construção na Beira, de um complexo Petroquímico para a transformação de Gás Natural em Diesel, Amónia e Metanol.

O projeto da Sasol visava desenvolver pesquisas nos blocos de exploração da Baía de Sofala e M10 *off shore*. Esta pesquisa, feita em parceria com a ARCO, multinacional norte americana tinha um acordo de partilha de produção com a Sasol nos jazigos de Temane (*on shore*), Baía de Sofala e Bloco M10 (*off shore*).

As pesquisas foram suspensas. A suspensão das pesquisas deveu-se à compra da ARCO pela British Petroleum (BP). A British Petroleum atual detentora das ações da ARCO, declarou não estar interessada nas pesquisas. Em face deste posicionamento, a Sasol decidiu avançar sozinha nos trabalhos de pesquisa.

Na instalação da fábrica de Ferro e Aço da Beira, foram investidos cerca de US\$ 950 milhões para a construção de:

1. Terminal oceânica de águas profundas.
2. Estrada de dá acesso à terminal oceânica a partir da Beira.
3. Linha férrea desde a Beira até a BI&SP.
4. Gasoduto dos jazigos de gás seleccionados até a BI&SP.
5. Infra-estrutura de energia elétrica ligando a fonte geradora à BI&SP.
6. Infra-estrutura de abastecimento de água a partir da fonte de água até a BI&SP.
7. Fábrica de dessalinização de água.
8. Turbina a gás para fornecer energia elétrica à fábrica.

9. Fábrica para tratamento de esgotos.

5.8 ZONA FRANCA INDUSTRIAL DE MOATIZE

A Zona Franca Industrial de Moatize localiza-se na província de Tete. Nela foram instalados dois mega-projetos de extração de carvão mineral. O da brasileira Vale Moçambique, (antiga Companhia do Vale do Rio Doce) e o de Benga, pertencente a *Rivarsdale* Moçambique, consórcio entre a companhia australiana *Rivarsdale* e a indiana *Tata Steel*.

5.8.1 MEGA-PROJETO DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL DA VALE MOÇAMBIQUE

O início das atividades da Vale, em Moçambique passou por duas fases: 2004, quando ganhou o concurso para fazer estudos de viabilidade em Moatize e 2007, quando deu início às obras de implantação da mina depois de ter recebido autorização do Governo moçambicano. Além da mina de carvão mineral a céu aberto na província de Tete, a Vale poderá, num futuro sem data prevista por enquanto, extrair fosfato e níquel em Moçambique.

Foram cerca de US\$ 1.3 milhão investidos para a produção de 26 milhões de toneladas de carvão bruto por ano. Uma parte do carvão é exportada para o Brasil, Ásia, Médio Oriente e Europa e outra, para a produção de energia térmica.

Após o tratamento do carvão, obter-se-á cerca de 8,5 milhões de toneladas por ano de carvão de coque e 2 milhões de toneladas por ano de carvão de queima, ambos para exportação. O carvão restante obtido do tratamento do carvão bruto tem teor de cinzas demasiado elevado para ser comercializado e, por isso, prevê-se que uma parte dele venha a ser utilizado numa central térmica de 1.500 *Mega Watts* a ser instalada em Moatize. (SELEMANE 2010, p. 21)

A Mina de Moatize deve gerar, entre empregos diretos e indiretos, 50 mil postos de trabalho quando estiver funcionando a plena carga. De acordo com a Vale, 90% dos funcionários são moçambicanos. O setor passará, nos próximos anos, a responder por até 10% do Produto Interno Bruto (PIB) do país. Só em impostos, o Estado moçambicano vai arrecadar o correspondente a mais 500 milhões de Reais anuais⁶⁵.

A Vale precisou transferir, para outras zonas, as famílias que se encontravam dentro do perímetro da área concessionada para a exploração mineira, em Moatize. “Das

1.313 famílias registradas, a Vale só transferiu 760 famílias” (SELEMANE 2010, p. 21). “Nesse processo, a Vale gastou US\$ 50 milhões⁶⁶”. Os moradores deviam ter recebido novas casas de alvenaria e telhado de zinco. Num processo sinuoso e pouco claro, os cidadãos e o país foram lesados, em benefício de quem não se sabe, uma vez que o que a Vale não cumpriu com o que se tinha acordado previamente. Consta que a Companhia do Vale do Rio Doce, hoje Vale, pagou pela concessão de Moatize US\$ 120 milhões, mas essa verba nunca foi inscrita no Orçamento Geral do Estado. (SELEMANE 2010, p.21) apud (CIP, 2009)⁶⁷

A estratégia de reassentamento aplicada pela Vale é contestada tanto pela população local, quanto pelo Governo. Além de ter burlado o Governo e a população, a Vale usou a estratégia de “dividir para reinar”. A Vale dividiu as populações a serem reassentadas em dois grupos: os rurais e os semi-urbanos.

Assim, a distribuição, considerada `separatista`, foi feita da seguinte maneira: o primeiro grupo de 717 famílias, consideradas rurais, compostas por camponeses, criadores de gado e `desocupados`, foram reassentadas na localidade de Cateme, localizada a 40 quilômetros da Vila de Moatize; o segundo, de 288 famílias consideradas semi-urbanas, 10 foram para o Bairro 25 de Setembro; no final aconteceu que houve um grupo de famílias que não aceitou encaixar-se na categorização feita pelo censo da Vale e, portanto, 308 famílias ficaram registradas como tendo optado por receber uma “indenização `insistida`, isto é, escolheram não ir para nenhum dos dois locais de reassentamento: nem para Cateme nem para 25 de Setembro. (SELEMANE 2010, p.22).

Cateme dista 40 quilômetros da cidade de Tete e as casas lá construídas, não têm fundação nem viga. Por isso, as autoridades e os reassentados consideram que a Vale usou a estratégia de dividir para reinar. As casas de Cateme seriam facilmente rejeitadas pelas famílias semi-urbanas, por isso elas foram atribuídas às famílias rurais, na classificação da Vale.

Nas palavras de Adriano Ramos, gerente de Comunicação e Desenvolvimento Social da Empresa Vale Moçambique em Moatize, falando ao jornal notícias de 4 de Maio de 2010, “As famílias estão a ser reassentadas em duas áreas anfitriãs, respeitando duas modalidades: uma para os da zona rural, em Cateme para 717 famílias e uma outra, urbana, contemplando 288 famílias no bairro 25 de Setembro, constituída por pessoas que se encontram empregadas em vários sectores de atividade no município da Vila de Moatize e na cidade de Tete.” (SELEMANE 2010, p.22).

Para a construção das casas de reassentamento, primeiro, foi construída uma casa modelo a ser exibida ao governo e às autoridades tradicionais. Após a aprovação, as casas construídas não obedeceram ao padrão. Não tinham vigas, fundações nem pilares.

A Vale argumenta que não há nenhum problema em ter feito casas daquele tipo porque são modernas e muito comuns na América-Latina, concretamente no Brasil, de onde a Vale vem. Mas tal não é verdade. Em nenhuma parte do Brasil se fazem “casas modernas” como as de Cateme, que antes de serem habitadas já têm rachas nas paredes e cujos tetos já permitem infiltração de água. Em Abril de 2010, cinco moçambicanos, representando igual número de organizações sociais, percorreram o Brasil, particularmente os estados onde a Vale opera. Participaram das caravanas do sul e do norte/nordeste do Brasil e do I Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale em Abril de 2010⁶⁸ do sul ao nordeste, mas em nenhum Estado foi possível ver casas como as construídas na localidade de Cateme. (SELEMANE 2010, p.24).

O processo de reassentamento da Vale caracterizou-se por incumprimento dos prazos, falta de honra nos compromissos e promessas não cumpridas. Por isso, tem sido alvo de contestação tanto pela população que se devia ter beneficiado, bem como pelo Governo local.

Os prazos para o pagamento das indenizações, entrega das casas aos reassentados não foram cumpridos; por outro lado, a Vale prometeu ao Governo local, construir um tanque de betão para fornecimento de águas à população do reassentamento, só que, para o espanto das autoridades, a Vale colocou um tanque plástico ao invés do combinado.

5.8.2 MEGA-PROJETO DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL DE BENGA (RIVARSDALE)

O mega-projeto de carvão mineral de Benga, também localizado no Distrito de Moatize em Tete, é desenvolvido pela *Rivarsdale* Moçambique, subsidiária da australiana *Rivarsdale Mining*, em consórcio com a indiana *Tata Steel*. Esta empresa obteve a concessão mineira para uma área de 4.560 hectares, em Abril de 2009, por um período de 25 anos.

Além da extração de carvão mineral, o projeto prevê instalar uma central termoelétrica para produzir energia utilizando parte do carvão. Esta parte do projeto é desenvolvida em parceria com a Elga SARL, uma parceira público-privada que investe no setor de energia. 65% do capital da Elga pertencem a companhias públicas de energia de Moçambique (Eletricidade de Moçambique e Empresa Nacional de Hidrocarbonetos) e os 35% restantes a investidores sul-africanos, incluída a companhia privada African Legend.

À Semelhança da Kenmare, em Moma e da Vale, em Moatize, a *Rivarsdale* terá que transferir populações locais para instalar o seu projeto. A expectativa das populações afetadas é que o processo seja diferente ao da Vale e da Kenmare, que não cumpriram com os acordos e planos dos reassentamentos, as compensações pelos danos não foram satisfatórias,

construíram casas sem qualidade e segurança (que representam risco de vida para as populações).

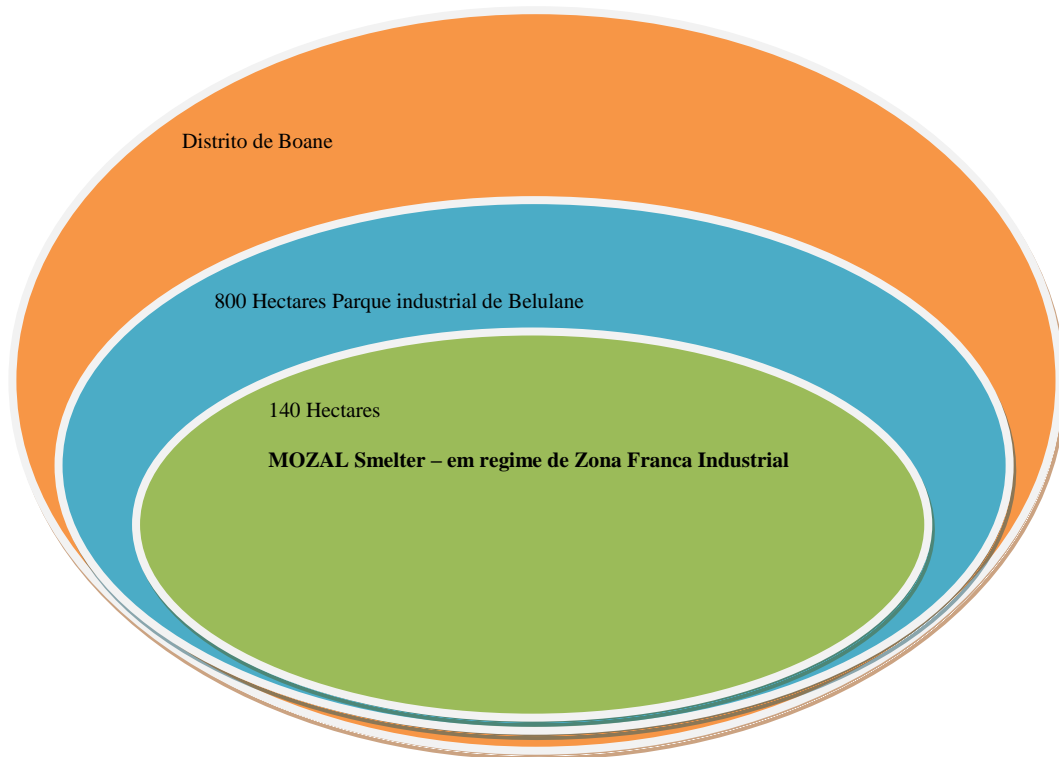
Moçambique possui, também, Zonas Económicas Especiais e empresas, que singularmente, funcionam com o estatuto de Zona Franca Industrial. As Zonas Económicas Especiais são: ZEE de Nampula, Zona Económica Especial de Nacala- Porto e Zona Económica Especial de Nacala-a-velha. As empresas que funcionam com estatuto de Zona Franca Industrial são: MOZAL, Sasol, Belita, Wheels África, areias pesadas de Chibuto e outras.

5.8.3 ZONA FRANCA INDUSTRIAL DE BELULUANE

A Zona Franca Industrial de Beluluane localiza-se no distrito de Boane, na província de Maputo, ao Sul de Moçambique. Foi criada dentro do parque industrial de Beluluane. Ela ocupa 800 Hectares de superfície, dos quais 140 Hectares são ocupados pelo mega-projeto de fundição de alumínio de Moçambique (MOZAL).

O parque industrial de Beluluane foi a primeira Zona Franca industrial criada em Moçambique, pelo Conselho de Ministros através da Resolução Interna nº 15/99 de 12 de Outubro, ao abrigo do Decreto 62/99 de 21 de Setembro⁶⁹.

A ZFI de Beluluane foi construída em frente à fábrica de fundição de alumínio MOZAL, com a finalidade de atrair empresas que prestassem serviços terceirizados à MOZAL e aumentar o número de postos de trabalho. Por exemplo, a Ómega – Serviços (Zona Franca Limitada) e a Engoco Eléctrica Lda, estão dentro do perímetro da Zona Franca de Beluluane prestando serviços para a MOZAL. A Ómega presta serviços de transporte e segurança de bens e mercadorias para a MOZAL e a Engoco Eléctrica Lda, Monta instalações eléctricas e equipamento eléctrico e comando hidráulico, também, para a MOZAL.



A MOZAL foi o primeiro mega-projeto, em Moçambique, a funcionar em regime de Zona Franca Industrial desde 1997. Para a sua instalação foram investidos cerca de US\$ 1.3 Bilhão. O seu capital é repartido entre a Billiton com 47%; a Mitsubish Corporation of Japan com 25%; a South African Industrial Development Corporation 24% e o Estado moçambicano com 4%.

A MOZAL financia pequenos projetos de desenvolvimento de pequenos negócios; a construção de escolas e hospitais. A MOZAL construiu na localidade de Beluluane uma escola secundária, uma maternidade e um Centro de Saúde infantil, além de vários outros projetos na área de produção agrícola, pecuária e outras.

Com a presença da MOZAL em Moçambique, o PIB e a economia, em geral, registraram um crescimento, embora tal crescimento não contribua para o bem-estar social do país.

As IBW's coagiram o Governo moçambicano a aprovar leis que davam mais vantagens aos investidores estrangeiros, em detrimento do desenvolvimento e bem-estar das populações no país, seguindo o receituário das políticas neoliberais do Consenso de Washington. A economia registrou um crescimento anual que satisfazia as exigências dos investidores estrangeiros (entre 6% e 8% por ano), porém, a condição de pobreza absoluta da população moçambicana não se alterou.

Embora se diga que não pode haver desenvolvimento sem crescimento econômico, os mecanismos escolhidos pelo FMI e BM para a criação do bem-estar, em Moçambique como em qualquer outro país em desenvolvimento, estão longe de atingir os objetivos desejados. Não dão segurança, nem perspectiva de que o crescimento econômico que promovem com a abertura do mercado ao capital estrangeiro irá tirar grupos populacionais da condição de paupérrimos para pobres, no mínimo.

Moçambique é apenas uma fonte de matérias-primas. As matérias-primas são extraídas e/ou processadas e depois exportadas. Os lucros são exportados para os países de origem dos investimentos. No país, apenas permanecem dados estatísticos nos relatórios do Instituto Nacional de Estatística, que indicam o crescimento do PIB, impulsionados pelas exportações de multinacionais de capital estrangeiro, e um crescimento econômico que não satisfaz as necessidades básicas do cidadão como transporte, infra-estruturas básicas de saneamento do meio, educação e saúde.

O bem-estar social da população deveria ser o resultado de um desenvolvimento econômico e social baseado na distribuição de renda. Mas, o crescimento econômico neste país é resultado da atuação de corporações multinacionais que, por anuência da Lei, não pagam impostos, não pagam direitos aduaneiros e têm o aval para exportar os lucros para o exterior⁷⁰.

Por Lei, às empresas em regime de Zonas Francas Industriais e Zonas Econômicas Especiais, é permitido exportar os lucros, a não pagar direitos aduaneiros, Impostos sobre o Valor Acrescentado (IVA) e Imposto de Rendimento das Pessoas Coletivas (IRPC). O número um do Artigo décimo quarto, e os números um e dois do Artigo 34 da Legislação sobre Investimentos nas Zonas Econômicas Especiais e Zonas Francas Industriais permitem a transferência de lucros, dividendos e capitais para o exterior.

“Os operadores de Zonas Francas Industriais têm o benefício de isenção de direitos aduaneiros na importação de materiais de construção, máquinas, equipamentos, acessórios, peças sobressalentes acompanhantes e outros bens destinados à persecução da atividade licenciada nas Zonas Francas Industriais” (Artigo 45 da Legislação sobre Investimentos em Moçambique, Lei nº 3/93 de 24 de Junho).

No número dois, do mesmo Artigo, diz-se que “as empresas de Zonas Francas Industriais gozam de isenção de direitos aduaneiros na importação de bens e mercadorias destinadas a implementação de projetos e exploração de atividades para as quais tiverem sido autorizadas nos termos do Regulamento das Zonas Francas Industriais”. E, o número três, do

mesmo Artigo, diz que “a isenção referida nos números um e dois deste artigo, é extensiva ao Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA)”.

Os artigos 46 e 48, da Legislação sobre Investimentos em Moçambique, Lei nº 3/93 de 24 de Junho, isenta os Operadores das Empresas de Zonas Francas Industriais e Zonas Económicas Especiais de Imposto de Rendimento de Pessoas Coletivas (IRPC) nos primeiros dez anos de exercícios fiscais; redução da taxa de 50%, do 11º ao 15º exercício fiscal e reduz a taxa do IRPC em 25%, pela vida do projeto.

O código de benefícios para os mega-projetos foi reformado, de maneira que o Estado possa coletar mais impostos e taxas aduaneiras de empresas em regime de Zonas Francas Industriais e Zonas Económicas Especiais. O pacote de isenções fiscais e aduaneiras oferecido às empresas em regime de Zonas Francas Industriais e Zonas Económicas Especiais, foi reduzido pela Lei nº 4/2009 de 12 de Janeiro. Mega-projetos como a MOZAL e a Sasol teriam sido as maiores beneficiárias. Foram as primeiras a operar em regime de Zona Franca Industrial e com prazos de contratos maiores (50 anos). O novo pacote de isenções só atingiu empresas como o Projeto de extração das Areias Pesadas de Moma da Kenmare, Vale Moçambique e a Rivarsdale que vieram depois da revisão do código de benefícios.

5.9 CONTRIBUTO DAS ZONAS FRANCAS INDUSTRIAIS NO CRESCIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL DE MOÇAMBIQUE

O contributo das Zonas Francas Industriais (ZFI) do crescimento económico e social de Moçambique tem sido objeto de grandes debates. Académicos como Castel-Branco⁷¹ defendem que as ZFI não deviam existir porque não impulsionam o desenvolvimento. Nelas operam mega-projetos⁷² de corporações multinacionais⁷³ de capital e tecnologia intensiva; são concentrados no sul do país e no setor mineiro e energético. Beneficiam-se de incentivos fiscais e aduaneiros, que lhes garantem a exportação de lucros e a isenção de pagamento de direitos aduaneiros (na importação de equipamentos e matérias-primas) e fiscais (sobre a sua produção). E, por assim ser, o seu impacto na redução do desemprego e da pobreza é insignificante.

O fraco contributo das corporações multinacionais na economia de Moçambique deriva da cumplicidade e/ou conluio das Instituições de Bretton Woods (IBW's) com a super estrutura governativa de Moçambique. As IBW's impuseram a abertura da economia moçambicana ao Investimento Estrangeiro Direto (IED), facilitando a chegada das

corporações multinacionais que atuam em Moçambique, em forma de mega-projetos em Zonas Francas Industriais, criando enclaves econômicos. Os mega-projetos criaram ilhas de prosperidade num mar de pobreza. O impacto real na economia e na criação de riqueza nacional não corresponde à proporção do seu investimento e ao discurso de que os mega-projetos irão contribuir para o combate à pobreza absoluta, transmitido pelas autoridades. Os mega-projetos, em Moçambique, investem capitais acima do Orçamento Geral do Estado moçambicano, porém a sua participação no PIB e na criação de emprego não é proporcional aos montantes investidos, por outro lado, o governo dizia que a abertura da economia ao Investimento Estrangeiro Direto através dos mega-projetos traria benefício e bem-estar para a sociedade, o que não se verifica.

Em Moçambique, as IBW's agiram no *front line* obrigando o país a fragilizar a legislação atinente ao Investimento Estrangeiro Direto de forma a acomodar os interesses das corporações multinacionais, com as quais se associaram as elites locais e a levar o dinheiro da Ajuda Externa ao Desenvolvimento de volta aos países de origem através dos paraísos fiscais. As IBW's ajudaram a montar esquemas de corrupção em associação com as elites nacionais por forma a fazer com que o dinheiro da ajuda externa ao Desenvolvimento fizesse o *roll back* para os países de origem através dos paraísos fiscais, em troca de programas de ajuda que não produzem desenvolvimento apenas mantêm a sobrevivência do Estado, ao mesmo tempo em que as multinacionais vão dilapidando os recursos do país. Foi tratado no capítulo II que a privatização dos dois bancos comerciais nomeadamente Banco Popular de Desenvolvimento de Banco Comercial, foi imposta pelo FMI e BM, mesmo que ela fosse de forma corrupta e, ainda no mesmo capítulo foi colocado que na altura da passagem do socialismo as Instituições Financeiras Internacionais deram formação à elite local sobre o capitalismo, onde ensinavam que capitalismo não era sobre lucro, mas sim sobre favorecimento, os créditos podiam ser adquiridos mediante à confiança e que podiam não ser devolvidos.

Os enclaves econômicos criados pelas Zonas Francas Industriais (ZFI), em Moçambique, são o resultado das políticas neoliberais recomendadas pelo Consenso de Washington. Embora visasse promover o desenvolvimento no terceiro mundo, pelo seu caráter de interferência nas políticas públicas domésticas dos países, tratamento de questões específicas do desenvolvimento dos países sem que os mesmos expressem as suas vontades, as decisões de Washington acabaram servindo aos interesses do centro.

Transformaram os países da periferia, como Moçambique, em fontes de matéria-prima e mercados de produtos manufaturados nos países do centro produzindo um controlo colonial indireto das áreas periféricas. O controlo das zonas periféricas passou a ser reconstituído pelos

mecanismos neo-coloniais tais como Investimento Estrangeiro Direto e o crédito financeiro que criaram um insuportável fardo de dívida externa dos países periféricos e uma dependência econômica internacional.

De acordo com (CHASE – DUNN 2008, p.721) “a dependência econômica internacional pode ser sob forma de penetração direta e/ou influência indireta nos setores econômicos e político dos países periféricos”. Em Moçambique, a penetração direta foi feita através de investimentos privados ou através das corporações transnacionais no contexto da liberalização da economia, no âmbito do “Programa de Reabilitação Econômica (PRE)”.

As corporações transnacionais e os investimentos privados exerceram uma influência indireta e direta na esfera econômica e política de Moçambique. Apossaram-se e controlaram o processo de produção em Moçambique. A influência indireta foi exercida através dos programas de ajuda externa ao desenvolvimento e através das agências de crédito como o FMI e o BM que como condição para conceder créditos, Moçambique tinha que aplicar as políticas neoliberais do Consenso de Washington.

As agências internacionais e transnacionais que concedem empréstimos aos países periféricos (Bancos de Desenvolvimento e Bancos privados) ficam por detrás das companhias multinacionais assegurando o bom clima para Investimento Estrangeiro Direto. Há uma espécie de conluio entre as multinacionais e as agências de crédito. As agências de crédito enquanto dão empréstimos para garantir a sobrevivência dos Estados, forçam os países periféricos a abrirem-se às corporações multinacionais através do Investimento Estrangeiro Direto. As corporações multinacionais que para além de produzir para garantir uma auto-sustentabilidade futura dos países periféricos dilapidam-nos e corrompem as elites locais que a elas se mancomunam e, Moçambique não foi uma ilha nesse oceano de perversão das Agências Financeiras Internacionais (CHASE – DUNN 2008, p.724) citando (HYTER 1971)⁷⁴.

A dependência com relação ao Investimento Estrangeiro Direto distorceu a estrutura política e econômica de Moçambique, através da supressão da autonomia política. O Investimento Estrangeiro Direto, segundo a mesma fonte (CHASE – DUNN 2008, p. 721) retardou o desenvolvimento econômico e criou enclaves econômicos em Moçambique. Como consequência, as riquezas extraídas de Moçambique criam desenvolvimento nos países de proveniência do Investimento Estrangeiro Direto.

O controle sobre as áreas periféricas reforçou a desigualdade do desenvolvimento. Segundo (FRANK 1969), citado por (CHASE – DUNN 2008, p. 721)⁷⁵ a penetração da periferia pelo Investimento Estrangeiro Direto drena recursos para o centro. O capital é

repatriado para o centro criando subdesenvolvimento na periferia. Por outro lado, a disposição das infra-estruturas é desenhada em função dos interesses do centro e do Investimento Estrangeiro Direto.

Para o caso concreto de Moçambique, as infra-estruturas que os investidores estrangeiros criam à semelhança das que foram criadas pelo colonialismo, estão orientadas para a exportação de matérias primas do país. A disposição da rede ferro-portuária, em Moçambique, por exemplo, recorda os interesses coloniais portugueses. Não existe ligação ferroviária entre o norte e o sul do país, todas as vias férreas estão dispostas de modo a servir o escoamento de matéria prima extraída no país e para a recepção e exportação de bens dos países vizinhos do hiterland como Malawi, Zambia e Zimbabwe. A mesma funciona para transportar matéria-prima para fora do país trazendo de volta os produtos processados, retardando a integração nacional da economia (integração norte-centro e sul do países, através de redes de transportes e comunicação que sirvam o escoamentos de bens e serviços ao nível nacional).

A política econômica imposta aos países periféricos implica uma especialização na produção de matérias-primas (pouca diferenciação) e o estabelecimento de uma estrutura econômica voltada para o exterior (fraca integração nacional). Em Moçambique, as multinacionais instalaram os mega-projetos em áreas costeiras; junto aos corredores ferroviários e perto de fronteiras com outros países. É o caso do projeto das Areias Pesadas de Moma, que foi instalado junto à costa; Projeto de Ferro e Aço e Petroquímico da Beira, também junto à costa; a MOZAL, que, para além de estar perto da fronteira com a África do Sul, está próxima ao porto de Maputo, portanto, junto à costa.

Moçambique perde muito ao conceder excessivos incentivos fiscais aos mega-projetos em Zonas Francas Industriais. Como se disse antes, os mega-projetos estão isentos do pagamento de impostos sobre o valor acrescentado e sobre receitas das pessoas coletivas. Essas concessões de incentivos devem-se em parte à ajuda externa que o país recebe da comunidade internacional e aos interesses da elite nacional nos mega-projetos. Se Moçambique não recebesse “US\$ 1.5 bilhão por ano em ajuda externa” talvez não fosse tão generoso quanto o é com relação aos mega-projetos (CASTEL-BRANCO 2008, p.12). Esta estratégia é contra-partida da ajuda recebida e subordinam os interesses das multinacionais, que exploram os recursos, sem deixar nenhum ganho no país.

A generosidade fiscal com os mega-projetos sobrecarrega as pequenas e médias empresas nacionais e os trabalhadores⁷⁶, sobretudo do setor público, cuja carga fiscal tem que ajudar a compensar os incentivos concedidos ao mega-projetos. Os funcionários públicos

além de receber salários baixos num país com elevado custo de vida têm que pagar Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) em cada bem que adquire no mercado, imposto que os mega-projetos não pagam. O custo de vida incide mais sobre a cesta básica.

As pequenas e médias empresas nacionais têm que pagar o Imposto sobre o Valor Acrescentado e o Imposto sobre as Receitas de Pessoas Coletivas (IRPC), que, também, os mega-projetos não pagam, enfraquecendo a poupança do cidadão e o setor empresarial nacional.

A emergência do empresariado autóctone em Moçambique adveio dos incentivos externos e da necessidade da classe política adquirir poder econômico que lhe permitisse permanecer na política e negociar com os parceiros exteriores⁷⁷. No capítulo II foi exposto que os maiores devedores dos bancos e dos fundos públicos, tinham recebido financiamentos do dinheiro destinado a alavancar o crescimento econômico doado por países europeus.

Uma considerável parte da burguesia capitalista nacional, incluindo membros e funcionários seniores do Governo, têm interesse direto nos mega-projetos por neles participarem como acionistas. Dado que os seus dividendos estão em direta relação com os lucros em inversa relação com os impostos cobrados sobre esses lucros, é pouco provável que essas novas classes proprietárias nacionais, e o Governo sobre o qual exercem influência, tenham o interesse e o espaço político para aceitar facilmente renegociar os contratos com os mega-projetos, especialmente se esta renegociação resultar numa transferência líquida de recursos financeiros das multinacionais para o Estado. Por vezes, é argumentado que a aliança entre capitalistas nacionais (incluindo altos funcionários do Estado) e o capital estrangeiro dominante da indústria extrativa garante a defesa dos interesses nacionais. Que interesses são garantidos?(CASTEL-BRANCO 2008, p.11 e 12).

“As multinacionais que exploram os mega-projetos que operam em Zonas Francas Industriais em Moçambique, são operadoras imperialistas que exploram em benefício dos seus dirigentes, ao mesmo tempo em que criam uma trama de dependência política e subdesenvolvimento econômico” (GILPIN (2002, p.257). As companhias multinacionais que operam em ZFI em Moçambique, para além de drenarem a maior parte dos resultados da sua produção para os países de origem, elas segundo (BECKFORD 1991)⁷⁸ citado por (CHASE – DUNN 2008, p.723), estão interessadas em manter o uso de uma força de trabalho relativamente barata, manter baixas taxas de impostos e ter uma liberdade de manobra dentro do país. Estes elementos são inconsistentes com o desenvolvimento de países periféricos como Moçambique. Por estas razões Castel-Branco considera que as ZFI devem ser abolidas. “Por exemplo, a BHP Billiton, principal acionista da MOZAL e das areias pesadas de Chibuto, tem um portfólio de investimento em Moçambique superior a 40% do PIB

moçambicano o que lhe dá enormes vantagens na negociação política com as instituições públicas” (CASTEL-BRANCO 2008, p.2).

De acordo com o número um do artigo 5 do Decreto nº 62/99 de 21 de Setembro as Zonas Francas Industriais deviam criar pelo menos 500 postos de emprego permanentes, para trabalhadores de nacionalidade moçambicana, devendo, no entanto, cada uma das empresas nela existentes, empregar o mínimo 20 trabalhadores. Porém, por serem de capital e tecnologia intensiva, os mega-projetos empregam apenas 4% da força de trabalho assalariada formal no sector industrial.

A percentagem de emprego que os mega-projetos cria é desproporcional ao montante dos investimentos, produção e comércio dos mega-projetos. Só para exemplificar, os três mega-projetos (das areias pesadas de Moma – Kenmare; do Gás natural de Inhambane – Sasol e de Fundação de Alumínio de Beluluane – MOZAL) em conjunto são proprietários de 60% do PIB de Moçambique, a sua produção aproxima-se a 70% da produção nacional e as suas exportações andam por volta de três quartos do total das exportações do país (CASTEL-BRANCO 2008, p. 2). Sua contribuição na geração de emprego e no PIB é desproporcional ao volume de investimentos e aos lucros obtidos e exportados para seus países de origem.

6 MEGA-PROJETOS EM MOÇAMBIQUE

Em Moçambique existem 10 mega-projetos, sendo sete estão diretamente relacionados com o complexo mineral-energético sul-africano (MEC). Segundo (CASTEL-BRANCO 2002, P.1) os investimentos dos mega-projetos, eram, até 2002, o dobro da economia moçambicana. Dos sete projetos do MEC, três, que equivalem a US\$ 3, 531milhões, estão em Maputo; os quatro restantes estão na Beira (US\$ 1,800 milhões); Moma com US\$ 2000 milhões; Chibuto, (US\$ 1,400 milhões); e Inhambane, Gaza e Maputo (1,500 US\$ milhões). Maputo absorve quase a metade do investimento em mega-projetos do MEC, e o sul absorve 76%. Confira a tabela 6

TABELA 6-IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS MEGA PROJETOS EM MOÇAMBIQUE

Identificação e caracterização dos principais mega projetos em Moçambique Projeto	Investidor (es)	Custo (milhões de US\$)	Novos Empregos (em operação)	Localização
Mozal 1+2 - Alumínio	Billiton, Mitsubishi, IDC	2,300	750	Beluluane (Maputo)
Motraco – Electricidade	ESKOM, EDM, SEB	131	Nd	Beluluane (Maputo)
Gás natural e pipeline Temane-Secunda	SASOL	1,500	700	Pande e ao longo do pipeline (Inhambane, Gaza e Maputo)
Areias Pesadas	Southern Mining Corporation, Corridor Sands e IDC (SA) e WMC (Austrália)	1,400	Nd	Chibuto (Gaza)
Areias Pesadas	Kenmare Resources (Irlanda)	200	250	Moma (Nampula)
Ferro e Aço	---	1,100	500	Molotana (Maputo)
Complexo Petroquímico	SASOL	1,800	Nd	Beira (Sofala)
Parque Industrial de Beluluane	Chifton e GoM	500	Nd	Beluluane (Maputo)
Linha Férrea do Sena	CFM	315	Nd	Tete e Sofala
Porto de Dabela	CFM	515	Nd	Matutuíne (Maputo)

Fonte: Centro de Promoção de Investimentos (CPI) in (CASTEL, BRANCO 2002, P. 12)

Perspectivas diferentes analisam o impacto dos mega-projetos em Moçambique. Por um lado, os mega-projetos são vistos como solução para o sub-desenvolvimento de Moçambique e, por outro, são vistos como a causa do problema de desenvolvimento. Os mega-projetos permitem o acesso ao capital, via Investimento Estrangeiro Direto, acesso á tecnologia, criação de uma força de trabalho qualificada, acesso às “boas” práticas de organização da produção e de gestão competitivas ao nível dos *Standards* internacionais mais altos, acesso aos mercados, ligação com a economia nacional, promove a imagem de Moçambique no panorama dos fluxos internacionais de capital (CASTEL-BRANCO 2002, p.2). Os mega-projetos, entretanto, estão desligados da economia nacional, não criam empregos em correspondência com a magnitude dos investimentos e o seu impacto na administração do nível de pobreza é insignificante (Idem).

As exportações de Moçambique continuam sendo absorvido por mega-projetos, incluindo a MOZAL Luminium Smelter, a Sasol e outros ligados à exploração do carvão mineral como a Vale e a Rivarsdale. Os mega-projetos por sua natureza são de capital e tecnologia intensivos por isso, demandam mão-de-obra qualificada, fazendo pouco para absorver o aumento do trabalho não qualificado (African Economic Outlook; AFDB/OECD 2008, p.462).

Os mega-projetos em Moçambique têm um impacto muito reduzido na criação de emprego, no PIB e na balança de pagamentos. Embora tenham sido responsáveis por um crescimento econômico na ordem dos 8.3% por ano, entre 1996 e 2005, os mega-projetos como o de fundição de alumínio – MOZAL na província de Maputo, de extração de gás natural da Sasol no distrito de Temane, na província de Inhambane, e o de Titânio ou Areias Pesadas de Moma, da Kenmare, na província de Nampula contribuem menos no PIB de Moçambique. Representando 65% das exportações de Moçambique, os mega-projetos só contribuem com apenas 3% das receitas fiscais. A MOZAL e a Sasol, para além do seu impacto no emprego ser muito imitado, os dois maiores projetos em Moçambique, representam 1.6% do PIB moçambicano (notícias, 22.12.2008).

O impacto dos mega-projetos na balança de pagamentos é também limitado. Do total das exportações da MOZAL, Sasol, areias pesas de Moma e outros, mega-projetos o Estado só aproveita US\$ 3,6 Milhões em impostos sobre salários dos trabalhadores (SAVANA – 17.02.2006). A razão da limitada coleta de impostos, deriva do fato dos mega-projetos terem sido instalados em Zonas Francas Industriais, livres de regimes fiscais e com dedução nos investimentos iniciais através de contribuição para infra-estruturas públicas. “Os mega-projetos, constam do grupo das 10 maiores empresas de Moçambique, mas nenhum deles se situa entre os 10 maiores contribuintes” (CASTEL-BRANCO 2008, p. 7).

Os mega-projetos em Moçambique são capital intensivo ao invés de mão-de-obra intensiva. O capital investido é majoritariamente estrangeiro. Na MOZAL, Moçambique só possui apenas 4% de ações e 25% de ações na Sasol. (SCHMIDT, ARNDT E MAGAUA 2009, p.6) apud (ANDERSSON, 2001 and Sasol Report 2007)⁷⁹. (Concordando, ainda com os mesmos autores citando (ANDERSSON, 2001) e KRUEGLER 2008)⁸⁰, a MOZAL empregou 2650 trabalhadores durante a construção e emprega, atualmente, 1300 trabalhadores na fábrica. A Sasol emprega entre 1000 e 1500 e as Areias pesadas de Moma 1362 e 450 respectivamente.

Portanto, os mega-projetos não trouxeram benefícios à população do país, através da de criação de empregos e pagamento de impostos. O desemprego continua a proporções

alarmantes. “mais de sessenta por cento da população ativa de Moçambique está desempregada” (Panapress, 14/10/2009). Os mega-projetos não pagam impostos e, como se não bastasse têm o direito de exportar na íntegra os seus lucros.

Moçambique está a rever as condições para o estabelecimento de novos projetos. Todavia, a nova legislação só poderá abranger os novos investidores na área mineira e de petróleo. A revisão da legislação visa aumentar a cobrança de impostos dos mega-projetos, reduzindo, dessa forma, a dependência da ajuda externa, que atualmente é responsável por 50% do Orçamento Geral do Estado (OGE) (*African Economic Outlook*; AFDB/OECD 2008, p.465).

CONCLUSÕES

Após desenvolver a pesquisa que deu origem a esta dissertação de Mestrado chegou-se a algumas informações importantes e que são de grande utilidade para compreender a origem das dificuldades enfrentadas por Moçambique para avançar em seu desenvolvimento econômico, político e social.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, é importante registrar, as inúmeras dificuldades enfrentadas. Elas limitaram a obtenção de informações de natureza oficial, bem como o levantamento através de documentos oficiais e entrevistas com autoridades governamentais ou técnicos de ONG's.

Apesar destas limitações, esta pesquisa pôde chegar à algumas conclusões relevantes e que atendem aos objetivos que buscou-se atingir em seu desenvolvimento.

Este estudo identificou o ajustamento estrutural, a corrupção, a atuação dos mega-projetos, as ZFI e a ajuda externa como as principais causas do subdesenvolvimento de Moçambique.

O ajustamento estrutural incentivou as privatizações e a redução da intervenção do Estado em áreas sociais, dando origem ao desemprego, à redução de frequências das crianças nas escolas, à redução do acesso aos serviços básicos de saúde, piorando as condições de vida das populações.

As privatizações e a liberalização do mercado, resultantes do ajustamento estrutural, não impactaram positivamente a economia do país. Ao contrário, não criaram empregos nem aumentaram o bem-estar das populações; aumentaram, sim a corrupção e a pobreza do país.

As privatizações e a liberalização do mercado não beneficiaram a economia nacional; elas orientaram a produção para o mercado externo e o ingresso dos Investimentos Estrangeiros Diretos, propiciaram que as corporações transnacionais controlassem a economia de Moçambique.

A atuação das ONG's, que desenvolviam programas de ajuda humanitária, a instalação de delegações das Instituições financeiras Internacionais no país e a emergência do setor privado, provocaram a fuga de quadros do setor público para o privado. As ONG's e setores ligados ao capital internacional pagavam melhores salários, comparativamente aos pagos pelo setor público, o que favoreceu o debilitamento do setor público.

Os recursos da ajuda foram desviados para a compra de bens de ostentação como casas, carros e escritórios de luxo.

A facilidade de obter recursos externos destinados à solução dos problemas mais urgentes do país, favoreceu a corrupção. O dinheiro da ajuda destinado ao desenvolvimento do país, foi usado para a satisfação de interesses particulares da burocracia no poder, promovendo um enriquecimento à custa do sofrimento do povo, como apontam Hanlon e Mosse.

Os investimentos estrangeiros, a Ajuda Externa ao Desenvolvimento transformaram Moçambique num país dependente de financiamentos externos. Metade dos recursos do Orçamento Geral do Estado (50%) vêm de países membros da Comissão Européia.

A ajuda aumentou a pobreza e reduziu o poder do Estado face às corporações multi e transnacionais. A forte dessas corporações em Moçambique drenou para o exterior os recursos que deveriam ser destinados ao desenvolvimento do país. O serviço da dívida e a lei fiscal que permite a transferência, na totalidade, dos resultados das explorações das empresas multinacionais para os países de origem, fez com que os resultados do Investimento Estrangeiro Direto dessem o *roll back* para o Ocidente ao invés de desenvolver o país.

A ajuda externa, destinada a promover o desenvolvimento econômico e social do país, não alcançou os seus propósitos, pois:

80% da ajuda externa que devia ser gasta em investimentos como barragens e equipamentos que criassem emprego, foi usada em compras realizadas nos próprios países doadores; a ajuda garantiu recursos básicos de sobrevivência como água, rodovias e educação, entretanto, não melhorou o bem-estar das pessoas, pois não criou empregos; a ajuda externa, fracassou pelo fato das privatizações e abertura do mercado econômico, não terem sido acompanhadas por concessão de créditos ao setor privado.

A maior parte dos recursos disponibilizados pelos doadores, em ajuda bilateral e multilateral foram investidos em projetos que visavam financiar a atuação do m Estado na erradicação da pobreza, na melhoria das condições de saúde da população, na preservação do meio ambiente, e na oferta das oportunidades educacionais aos jovens, etc.

De um total de US\$ 130.447.153 de ajuda externa recebidos em 2009, foram investidos US\$ 283.873.147 em 686 projetos de erradicação da pobreza; US\$ 283.873.147 em 149 projetos na área de saúde; US\$ 30.612.047 em 198 projetos de prevenção do meio ambiente e US\$ 190.283.548 em 123 projetos na área de educação. Entretanto, a responsabilidade de conceder créditos ao setor privado moçambicano foi entregue aos

investidores privados do primeiro mundo o que foi feito através das multinacionais que em nada contribuíram para a diminuição do desemprego e bem-estar social⁸¹.

Os objetivos da ajuda refletem a vontade dos doadores e credores e não as necessidades do desenvolvimento nacional. O governo adotou o que as recomendações dos doadores estabeleciam para assegurar a ajuda que estava condicionada à implementação das reformas neoliberais recomendadas pelo Consenso de Washington. As conseqüências negativas dessas políticas não tardaram em aparecer:

1. As políticas públicas não foram destinadas a resolver os problemas nacionais, mas sim a garantir o fluxo de ajuda externa; ao invés de reduzir a dependência com relação a ajuda externa;
2. a adoção de políticas recomendadas pelos doadores limitou as iniciativas locais de investimentos em educação, saúde, infra-estruturas e segurança pública e fez com que o governo abdicasse das suas responsabilidades de garantir o bem-estar social (ERNEST & YOUNG) citado por (CASTEL-BRANCO 2008, P. 18) o que resultou nos seguintes aspectos negativos:
 1. Elevação dos níveis de pobreza e analfabetismo.
 2. Redução do poder do Estado sobre as corporações multi e transnacionais.
 3. Criação de uma legislação para atender os interesses das corporações multinacionais, ao invés das necessidades do país.
 4. A aliança entre o capital estrangeiro e as elites nacionais, dada a corrupção, contaminou-as, levando ao descaso os problemas ligados ao desenvolvimento do país.
5. As infra-instruturas foram construídas a serviço das empresas e não para

melhorarem as condições de vida das populações.

A atual estratégia de desenvolvimento do governo e dos doadores internacionais atrelada aos mega-projetos, não tirará a maioria da população da pobreza, pois, os mega-projetos instalados nas ZFI e as ZEE não pagam impostos e exportam lucros, impedindo a constituição de uma poupança interna destinada a realizar investimentos estabelecidos por um projeto nacional de desenvolvimento.

Sendo que 85% dos investimentos em Moçambique são estrangeiros, as isenções fiscais recebidas pelos mega-projetos são recursos nacionais que são “roubados” de seu povo. O povo é espoliado, perde muita riqueza e perde a oportunidade de ter melhores serviços de saúde, educação, etc.

Os discursos relativos ao alívio à pobreza e promoção do bem-estar da população moçambicana que seriam garantidos com as reformas neoliberais e o papel do FMI e do BM, não surtiram efeitos desejados. Serviram à agenda do imperialismo hegemônico e do neocolonialismo. A ajuda externa ao desenvolvimento, em Moçambique, acompanhada pelas reformas neoliberais promoveu os interesses políticos e econômicos dos países ocidentais, interesses que tinham que ver com a manutenção de fontes de matérias-primas e de mercados, sem custos de administração direta do território.

A maior parte do dinheiro emprestado pelo BM e FMI a Moçambique foi direcionado à promoção das exportações, restando pouco no país para atender às necessidades básicas das populações como saneamento básico e emprego. O modelo de promoção de exportações proposto pelo Banco Mundial, “é desaconselhável para uma população moçambicana faminta, doente e pouco alfabetizada – é um crime contra a humanidade” (AUGUSTINE 2007, p. 199)⁸².

Em conclusão, Moçambique nunca irá reduzir a pobreza de forma significativa, contando apenas com a ajuda externa, mega-projetos, Investimentos Estrangeiros e ZFI. O que se pensava que seria o remédio para a saída do marasmo do subdesenvolvimento de Moçambique, (portanto a ajuda, mega-projetos e ZFI) tornou-se um obstáculo ao desenvolvimento do país.

REFERÊNCIAS

1. ABRAHAMSSON, Hans & NILSSON, Anders. *Aproveitando oportunidades espaço de manobra numa ordem mundial em transição: o caso de Moçambique*; CEEI-ISRI; 1994;
2. ABRAHAMSSON, Hans & NILSSON, Anders. *Moçambique em Transição. Um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992*; CEEI-ISRI; 1994;
3. ABRAHAMSSON. *Ordem Mundial futura e governação nacional em Moçambique: “Empowerment e espaço de manobra*; CEEI-ISRI; 1995;
4. AFRICAN ECONOMIC OUTLOOK; AFDB/OECD 2008; disponível em: <http://dx.doi.org/10.1787/13166677/704>;
5. AGÊNCIA DE INFORMAÇÃO DE MOÇAMBIQUE (AIM), MAPUTO, 05 DE JULHO DE 2009;
6. AGÊNCIA DE INFORMAÇÃO DE MOÇAMBIQUE (AIM), MAPUTO, 17 DE SETEMBRO DE 2009;
7. ALMEIDA, Paulo Roberto. *Falácias acadêmicas, 2; o mito do Consenso de Washington.*; in: Revista Espaço Acadêmico, nº 88, setembro de 2008;
8. AMSDEN, Alice H. *Escape from empire: the developing world’s journey Through heaven and hell*; United States; 2007;
9. AWORTWI, Nicolas and SITOIE, Eduardo (Eds). *African Perspective on New Public Management: Implications for Human Resources Training*; Shaker Publishing; 2006;
10. BALDWIN, David A. *Neorealism and Neoliberalism: The Contemporary Debate*; Columbia University Press; 1993;
11. BANCO MUNDIAL EM MOÇAMBIQUE; FEVEREIRO; Maputo; 2003;
12. BANNOCK, Graham e Outros. *Dicionário de Economia; Lisboa/São Paulo*; Edição nº 1753; 1984;
13. BAYLIS, John and SMITH, Steve. *An introduction to international relations*; Second Edition; Oxford University Press; 2001;
14. BELLUCI, Beluce. *Tudo e nada: a aposta do Capital em Moçambique*. XXII Assembléia Geral Ordinária da CLACSO, IV Conferência Latini-Americana e

- Caribenha de Ciências Sociais, 20 a 25 de Agosto de 2006, Rio de Janeiro, Brasil; 2006; disponível em: WWW.bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/sursur/lechES/08bellu.pdf;
15. BOLETIM DA REPÚBLICA, I SÉRIE – NÚMERO 37; 3º SUPLEMENTO;
16. BOLETIM DA REPÚBLICA, I SÉRIE – NÚMERO 52; 4º SUPLEMENTO;
17. BOLNICK, Bruce R. *economic Growth as an Instrument for Poverty reduction in Moazambique: Framework for a Growth Strategy*; s/d;
18. CANAL MOZ – 10 DE DEZEMBRO DE 2009; disponível em: WWW.Canalmoz.co.mz;
19. CANAL MOZ – 24 DE OUTUBRO DE 2010; disponível em: WWW.Canalmoz.co.mz;
20. CANAL MOZ – 28 DE SETEMBRO DE 2010; disponível em: WWW.Canalmoz.co.mz;
21. CAPORASO, James A. *Dependence, dependency, and Power in global system: A structural and Behavioral analysis*; International Organization, vol.32, Nº1, Dependence and Dependency in the Global System. (Winter, 1978) pp. 13-43; disponível em: <http://links.jstor.org/sici?sici=0020-8183%28197824%2932%3A1%3ADDAPIT%3E.0.co%SB2-F>;
22. CARDOSO, Fernando Henrique & FALETO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: Ensaio de interpretação sociológica*; 8ª Edição; Editora Civilização Brasileira; Rio de Janeiro; 2004;
23. CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno. *Aid Dependency and Development: a Question os Ownership? A cas Mega Projetos em Moçambique: que contributo para a Economia Nacional?*; 2008; disponível em: WWW.iese.ac.mz/?_target_=investigator.../;
24. CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno. *Caracterização dos principais Mega Projetos em Moçambique*; 2003; disponível em: WWW.iese.ac.mz/lib/Mega_projectos_moz_textos.pdf;
25. CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno. *Indústria e Industrialização em Moçambique: análise da Situação Atual e Linhas Estratégicas de Desenvolvimento*; 2003; disponível em: WWW.sarp.org.za/documents/.../estratégia_Industrial_3009000.pdf;
26. CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno. *Mega Projects a critical View; Coleção de Working Papers do IEE*; 2008; disponível em: WWW.iese.ac.mz/?_target_=investigator...1;

27. CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA (CIP). Contributos para uma melhoria do quadro legal anti-corrupção em Moçambique, julho 2008;
1. CHASE - DUNN, Christopher. *The effects of international economic dependency and inequality: A cross – national study. American*; disponível em: <http://www.jstor.org>;
28. COMUNIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL. *Plano estratégico indicativo de desenvolvimento regional* [S/D];
29. DECRETO Nº 62/99 DE 21 DE SETEMBRO;
30. DERENZIO, Paolo and HANLON, Joseph. *Contested Sovereignty in Mozambique: The Dilemmas of Aid, Dependence*; Managing Aid Dependency Project GEG Working Paper 2007/25; University college; Oxford; Department of Politics and International Relations; 2007; disponível em: [www.globaleconomicgovernance.org/.../Derenzio%20and%20Hanlon Mozambique %20paper%20rev%20120107.pdf](http://www.globaleconomicgovernance.org/.../Derenzio%20and%20Hanlon%20Mozambique%20paper%20rev%20120107.pdf);
31. ESTRATÉGIA GLOBAL DA REFORMA DO SETOR PÚBLICO. comissão interministerial da reforma do setor público (CIRESP); 2001 – 2011;
32. FONTANEL, Jacque. *A Globalização em «análise»: Geoeconomia e Estratégia dos Actores*; Instituto Piaget; Lisboa; 2005;
33. FRIEDEN, Jeffrey A. *O capitalismo global. História econômica e política do século XX*; Editora Jorge Zahar; 2008;
34. GILPIN, Robert (2002). *A economia política das Relações Internacionais*; Brasília Editora; Universidade de Brasília;
35. GABINETE DAS ZONAS ECONÔMICAS DE DESENVOLVIMENTO ACELERADO (GAZEDA). Legislação Sobre Investimentos: Zonas Economicas Especiais e Zonas Francas Industriais; 2009;
36. GRANADOS, Jaime. *Zonas francas y otros regimes especiales em um contexto de negociaciones comerciales multilaterales y regionales*. intal – itd – sta. documento de divulgação 20; banco interamericano de desarrollo. departamento integração y programas regionales;
37. HANLON, Joseph & SMART, Teresa. *Há mais Bicicletas – mas há desenvolvimento?*; Edição Missanga Ideias & Projetos Lda; Editora de Maputo, SARL, Maputo; 2008;

38. HANLON, Joseph. *Do donors promote corruption?: The case of Mozambique*; Vol. 25, nº 4 pp. 747 – 763; 2004; disponível em: www.open.ac.uk/.../j.hanlon/Hanlon_3WQ_Moz_corruption.pdf;
39. HANLON, Joseph. *Poverty Decrease in Mozambique?*; Paper to be presented at the Inauguration Conference of the Instituto de Estudos Sociais e Economicos; (IESE), Maputo; 2007; disponível em: www.iese.ac.mz/?target...conference_papers;
40. HERMELE, Kenneth . *Moçambique numa encruzilhada: Economia e Política na era de ajustamento estrutural*; Bergen; 1990;
41. HIATT, Steven. *O Velho Jogo do Imperialismo: o Mundo Secreto dos assassinos econômicos e a Rede Global de Corrupção*; Editora Cultrix; São Pulo; 2008;
42. ILAL, Abdul, NUVUNGA, Adriano e Outros. *Governança e Integridade em Moçambique*; Centro de Integridade Pública (CIP), Maputo; 2008;
43. INDEZ COMPARISON; RANK/ NO OF COUNTRIES; LEGATUM INSTITUTE;
44. IN-SITE, 2003 Nº2. *Impacto do processo de privatizações 1986-1998*; métier consultoria e desenvolvimento; disponível em: www.metier.co.mz/b/Insite2_privatize_impact.pdf;
45. JAUCH, Herbert. *Export Processing Zones and the quest for Sustainable Development: a Southern Africa Perspective*; 2002; disponível em: ebookbrowse.com/search/j-m-jauch;
46. JORNAL DE ANGOLA. Moçambique cria zonas francas nas províncias do Centro e Norte; disponível em: www.jornaldeangola.sapo.ao/;
47. JOSÉ, André Cristiano. *Neoliberalismo e a crise do trabalho em Moçambique: o caso do caju*; Assembléia Geral do CODESRIA; 2005;
48. JOURNAL OF COMPARATIVE ECONOMICS; 26 (1): 1-25; March, 1998; disponível em: www.pitt.edu/~dmberk/;
49. JR. Joseph S. Nye. *Soft Power: The Mean to Success in World politics*; First Edition; New York; 2004;
50. KEMARE AANUAL REPORT & ACCOUTS 2008;
51. CPI – CENTRO DE PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS. *Legislação sobre investimentos em Moçambique*; [s/d];
52. LEI Nº 4/2009 DE 12 DE JANEIRO;
53. LITWACK, John M. *Balanced or Unbalanced Development: Special Economic Zones as Catalysts for Transition*; Stanford University, Stanford; CA 94305-6072; USA; in Journal of Comparative Economics, 26 (1):1-25; March 1998;

54. MEMORANDO 2002; *Projeto parque industrial de beluluane zona franca; abril 2002;*
55. MEMORANDO 2008; *Projeto de areias pesadas de moma; agosto de 2008;*
56. METICAL Nº 103 DE 17 DE SETEMBRO DE 2001;
57. METICAL Nº 1076 DE 20 DE SETEMBRO DE 2001;
58. METICAL Nº 1077 DE 21 DE SETEMBRO DE 2001;
59. METICAL Nº 1078 DE 24 DE SETEMBRO DE 2001;
60. METICAL Nº 1079 DE 26 DE SETEMBRO DE 2001;
61. METICAL Nº 1080 DE 27 DE SETEMBRO DE 2001;
62. METICAL Nº 1081 DE 28 DE SETEMBRO DE 2001;
63. METICAL Nº 1082 DE 1 DE OUTUBRO 2001;
64. MILLET, Damien & ÉRIC, Toussaint. *50 Perguntas 50 respostas sobre a dívida, o FMI e o Banco Mundial*; Editora Ivana Jinkings; 1ª Edição; Boitempo Editorial; São Paulo; 2006;
65. MOSCA, João. *Economia de Moçambique. Século XX*; Instituto Piaget; 2005;
66. MOSCA, João. *Economicando*; 1ª edição; Maputo; 2009;
67. MOSSE, Marcelo. *Corrupção em Moçambique: Alguns elementos para debate*; 2004; disponível em: [www.adelinotorres.com/.../Marcelo%20Mosse Corrupção%20em%20Moçambique e.pdf](http://www.adelinotorres.com/.../Marcelo%20Mosse%20Corrupção%20em%20Moçambique.pdf);
68. MOYO, Dambisa. *Dead Aid: Why AID is not working and how there is a better way for Africa*; 1st Edition; Farrar, Straus and Giroux; New York; 2009;
69. NIPASSA, Orlando. *Ajuda Externa e Desenvolvimento em Moçambique: Uma Perspectiva Crítica*; II Conferência IESE “Dinâmicas da Pobreza e Padrões de Acumulação Económica Em Moçambique; 2009; disponível em: [www.iese.ac.mz/lib/publication/II_conf/CP36_2009 Nipassa.pdf](http://www.iese.ac.mz/lib/publication/II_conf/CP36_2009_Nipassa.pdf);
70. NOTÍCIAS, 12 DE JUNHO DE 2007;
71. NOTÍCIAS, 16 DE MIO DE 2008;
72. NOTÍCIAS, 19 DE ABRIL DE 2007;
73. NOTÍCIAS, 2 DE FEVEREIRO DE 2009;
74. NOTÍCIAS, 22 DE DEZEMBRO DE 2008;
75. NOTÍCIAS, 22 DE MARÇO DE 2010;
76. NOTÍCIAS, 23 DE MARÇO DE 2010;
77. O PAÍS, 4 DE MAIO DE 2010;

78. O PAIS, ONLINE, 4 DE OUTUBRO DE 2010; SAVANA – 07 DE MAIO DE 2010;
2. PARKINS, John. *Confession of an Economic Hit Man*; 2004; disponível em: www.economichitman.com/;
79. PARQUE INUSTRIAL DE BELULUANE – Zona Franca; anexo 5 – 2000, setembro;
80. PITCHER, M. Anne. *Sobreviver à transição: o legado das antigas empresas coloniais em Moçambique*; análise social; Vol. XXXVIII (16810; 793-820; 2003;
81. REALE, Miguel. *Crise do capitalismo e a crise do Estado*; Editora SENAC; São Paulo; 2000;
82. RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO 2009/2010;
83. REVISTA ESPAÇOACADÊMICO, N° 88, SETEMBRO DE 2008;
84. SAVANA – 18 DE DEZEMBRO DE 2010;
85. SAVANA – 30 DE MARÇO DE 2009;
86. SELEMANE, Tomás. *Questões à volta da Mineração em Moçambique: Relatório de Monitoria das atividades Mineiras em Moçambique Moma, Moatize, Manica e Sussundenga*; Centro de Integridade Pública (CIP); Boa Governança e Transparência; 2010;
87. SOCIOLOGICAL REVIEW 1975, VOL. 40; 720 – 780; disponível em: www.soc.duke.edu/~jmoody77/.../TopCite.htm;
88. SONNE-CHMIDT, Cristoffer, ARNDT, Channing and MAGAUA, Mónica. *Contribution of Mega-Projects on GDP*; Discussion Paper n° 68E; Republic of Mozambique; Ministry of Palnning and Development; 2009;
89. STIGLITZ, Jseph E. *A globalização e os seus malefícios: A promessa – não cumprida de benefícios globais*; Editora Futura, São Paulo; 2002;
90. STRANGE, Susan. *Casino Capitalism*; Brasil Blackwell; [s/n]; 1986;
91. STRANGE, Susan. *States and Markets*; Brasil Blackwell; [s/n]; 1988;
92. USAID. FROM AMRICAN PEOPLE. *Relatório da avaliação da corrupção: Moçambique*; 2005; disponível em: WWW.ec.europa.eu/europeaid/how/evaluation/evaluation.../705_mz bq_pt.pdf;
93. VIOTTI, Paul R. & Kauppi V. Mark. *International Relations Theory*; Third Edition; 1999;
94. VISENTINI, Paulo G. Fagundes. *A África moderna: um continente em mudança (1960-2010)*; 1ª Edição; Editora Leitura XXI, Porto Alegre; 2010;

95. WEIMER, JEREMY ASTILL-BROWN AND MARKUS; AUGUST 2010;
CHATHAM HOUSE; disponível em:
[www.chathamhouse.org.uk/files/17341_0810brown weimer por.pdf](http://www.chathamhouse.org.uk/files/17341_0810brown_weimer_por.pdf);
96. WILLIAMS, Phil & outros (1994). *Classic Readings of International Relations* ,
London
97. ZAMBEZE ONLINE, 27 DE JUNHO DE 2005;

APÊNDICE 1

Florêncio Chavango	06/05/2010	Ministério da Indústria e Comércio	Chefe do Departamento de Política Industrial
Augusto Sumburane	11/03/2010	Ministério das Finanças	Economista de carreira bancária. Assessor do Ministro das finanças na área econômica
	14/05/2010	Instituto de Emprego e Formação Profissional (INEFP)	Chefe do Departamento de Planificação Cooperação e documentação
Regina Macuacua	21/05/2010	Representação da KENMARE em Maputo	Coordenadora da Associação do Desenvolvimento da KENMARE (KEMAD – KENMARE Moma Associação de Desenvolvimento)
António Mulicote	24 e 24 /06/2010	KENMARE – Topuito (Moma)	Assistente das Comunidades KEMAD (KENMARE Moma Associação de Desenvolvimento)
Dr. Carlos Natividade	15/06/2010	Unidade Técnica para a Reforma do Sector Público (UTRESP)	Assessor Sênior para a área da melhoria da prestação de serviços
José Ibrahimo Naran Perreira Antunes	15/06/2010	GAZEDA (Gabinete de Zonas de Desenvolvimento acelerado)	Chefe do departamento de estudos e projetos

APÊNDICE 2

Nome do entrevistado	Data	Local	Função	Depoimento	Contacto
Florêncio Chavango	06 /05/2010	MIC	Chefe do Departamento de Política Industrial	<p>As Zonas Francas industriais surgem como estratégia do governo de garantir o crescimento econômico com base na promoção das exportações, portanto como incentivo às exportações fomentando a exportação e motivando o crescimento econômico.</p> <p>Surgem pela primeira vez com a implantação da MOZAL em 2000.</p> <p>Contexto em que surgem</p> <p>O país estava economicamente debilitado devido à guerra civil e, conseqüentemente o desenvolvimento industrial</p>	florenciochavango@yahoo.com.br fchavango@mic.gov.mz

				<p>era fraco. Sendo assim, havia necessidade de se revitalizar o parque industrial através do IED.</p> <p>Com esta estratégia surgiram outras pequenas e médias empresas do sector têxtil que passaram a operar em regime de Zona Franca. Dentro das quais destaca-se a Belita, na Beira e a Maputo Clothing Company. A Belita, por exemplo teve contrato com EUA e a Maputo clothing Company tem contrato com a África do Sul. A sua escolha deve-se à vantagem que representam em termos de mão-de-obra barata.</p> <p>Diferença entre a MOZAL e outras indústrias dentro das ZFI</p> <p>A MOZAL está dentro do parque da ZFI enquanto que a Belita e outras encontram-se fora do parque mas por requerimento atuam como ZFI. A Texlom e a Texmoc, por exemplo atuam fora do parque das ZFI, contudo, funcionam em regime de ZFI. A manutenção do parque onde se encontra a MOZAL tem o objetivo de criar empresas que prestem serviços à MOZAL.</p> <p>As empresas que se encontram nas ZFI não compram nada em Moçambique porque o objetivo era de transformar todos os bens que são exportados em bruto como algodão, castanha de caju e outros.</p> <p>O Estado ganha muito pouco quase nada. A MOZAL e a SASOI assinaram contratos de períodos muito longos 50 anos.</p>	
--	--	--	--	--	--

				Até agora só existe uma única zona econômica especial em Nacala. Nas ZEE podem ser desenvolvidos projetos turísticos, agrícolas, petróleo, indústria, etc. ZEE é vasta zona não delimitada que tem uma legislação própria	
Augusto Sumburane	11/03/2010	MF	Economista de carreira bancária. Assessor do Ministro das finanças na área económica	<p>Existem mega-projetos com estatuto de ZFI. Os dados sobre a cobrança de impostos são confidenciais.</p> <p>A taxa mensal que qualquer mega-projeto, sem isenção, devia pagar é de 32% por mês.</p> <p>As negociações para a instalação da MOZAL iniciaram em 1993; 1994 e 1995 foi o desenvolvimento das negociações e 1996 foi a assinatura do acordo e início da implementação do projeto. ZFI é um enclave econômico territorial no qual o investidor produz e exporta todos os resultados da sua produção. Pelo uso do espaço territorial deixam apenas 1% da sua produção.</p> <p>As ZFI aparecem para criar uma atividade econômica com recursos externos. Constroem infra-estruturas e fornece mão-de-obra.</p> <p>As ZFI de mão-de-obra intensiva são as das confecções.</p> <p>Vantagens das ZFI</p> <p>Construção de infra-estruturas como estradas, pontes, cidades. Para o caso concreto da MOZAL, construiu a terminal de alumínio, criou um movimento no porto de Maputo através da exportação do Alumínio.</p> <p>Moçambique não tinha infra-</p>	asumburane@gmail.com cel: 8210319716

				<p>estruturas de base daí que a concessão de incentivos se justifique por conta da construção de infra-estruturas.</p> <p>Porque já existe um mínimo de infra-estruturas já está sendo revista a legislação das ZFI. Por isso a Companhia Vale do Rio Doce e a Rivardale já não se beneficiam dos mesmos incentivos que a MOZAL por exemplo.</p> <p>Por outro lado, o país já está em paz, há estabilidade Macroeconômica e um mínimo de infra-estruturas por isso justifica-se a mudança de filosofia.</p> <p>O projeto das areias pesadas de Chibuto não aconteceu porque não se afigurava rentável dado ao fato de o investimento ter que ser acompanhado pela construção de infra-estruturas de base como linhas férreas, linhas de transporte de energia elétrica.</p>	
	14/05/2010	Instituto de Emprego e Formação Profissional (INE FP)	Chefe do Departamento de Planificação e Cooperação e documentação	<p>Taxa de desemprego em 2004/05 era de 18.7%.</p> <p>Até o presente momento ainda não foi feito nenhum estudo sobre o impacto dos mega-projetos no emprego. Contudo, os mega-projetos geram emprego direto e indireto através de empresas tercearizadas.</p> <p>Em termos de emprego, em Moçambique cresce mais o sector informal como alternativa à fraca oferta do sector formal.</p> <p>Existem empresas que nasceram como resultado da instalação da MOZAL.</p>	
Regina Macuacua	21/05/2010	Representação	Coordenadora da Associação	A KENMARE criou uma associação de	rmacuacua@kenmar.emoz.com

		<p>ão da KEN MAR E em Mapu to</p>	<p>Desenvolvimento da KENMARE (KEMAD – KENMARE Moma Associação de Desenvolvimento)</p>	<p>desenvolvimento comunitário com o objetivo de melhorar a vida das comunidades circunvizinhas à região onde se encontra instala a mina. A associação atua nas áreas de saúde, educação e financiamento de micro-projetos de geração de rendimentos. Construiu 12 salas de aulas em Topuito. Das 12, algumas encontram-se dentro da área do reassentamento. Na saúde participa em projetos de cuidados básicos de saúde como HIV/SIDA, malária em parceria com outras ONGs e governo através do Ministérios da saúde. Os projetos de responsabilidade social abrangem não só as comunidades reassentadas como também as vilas que se encontram em redor da mina a um raio de 10 km. As áreas reassentadas beneficiaram-se de construções de alvenarias e saneamento básico do meio como a construção de latrinas melhoradas. As populações foram indenizadas pelas perdas de culturas e fez se um trabalho junto cm o governo no sentido de se encontrar espaços onde as populações pudessem continuar com a atividade agrícola. Em algumas zonas a no reassentamento água é insalubre. Para contornar a situação, a KENMARE construiu tanques onde caminhões cisternas abastecem as populações de água potável. A KENMARE é um projeto de tecnologia e capital</p>	
--	--	---	--	--	--

				<p>intensivos, por isso a população local não tem sido elegível ao emprego por conta do elevado índice de analfabetismo, podendo apenas se beneficiarem de trabalhos subalternos.</p> <p>Educação</p> <p>Em termos de responsabilidade social, a KENMARE pretende preparar académica e cientificamente a população local por forma a substituir gradualmente a mão-de-obra estrangeira. Para tal, há um projeto de financiamento de bolsas de estudo para preparar as pessoas desde o ensino primário básico, secundário até universitário. Numa primeira fase as bolsas serão dadas aos que concluírem o nível primário (da primeira à sétima classe) em Topuito para dar continuidade em Moma – no nível secundário (oitava à décima classe). Esta ação é desenvolvida em coordenação com o Ministério da Educação. O objetivo é elevar as pessoas até a escolaridade universitária.</p> <p>Saúde</p> <p>As populações beneficiam-se de atendimento médico gratuito através de médicos voluntários. A KENMARE comparticipa com ajudas de custo e hospedagem. Está-se a negociar com o governo a possibilidade de se encontrar um espaço para a construção de um posto de saúde, visto que as poucas unidades sanitárias que existem localizam-se a grandes distâncias. Já se adquiriu uma ambulância,</p>	
--	--	--	--	---	--

				<p>mas por lei ela não pode ser alocada a população mas sim a um unidade de saúde.</p> <p>Projetos de geração de rendimentos</p> <p>A KENMARE financia pequenos negócios de geração de rendimentos. O objetivo é criar indiretamente uma base de sustentação da população uma vez que o analfabetismo impõe-se como barreira ao acesso ao emprego direto na KENMARE.</p> <p>A KENMARE financiou um projeto de produção de ovos de galinha, visto que o explorador do centro social tinha que adquirir os ovos em Moma. Para à produção local, para além de fornecer para o consumo dentro do empreendimento também são negociados para as populações locais. Tem outras associações que produzem vegetais; há o grupo de costura que produz sacos usados pelo departamento de geologia para a coleta de amostras. Beneficiaram-se de formação em compra de máquinas através de empréstimos sem juros à semelhanças da política do governo – sete milhões.</p> <p>A KENMARE promoveu cursos de gestão de negócios. Nestas iniciativas todas há abertura para que a população proponha outros projetos. Com o ritmo de crescimento a população começa a ter outro tipo d</p>	
				<p>Necessidade, como por exemplo a instalação de bombas de combustível para as motorizadas e barcos a</p>	

				<p>motor.</p> <p>Foi construído um estaleiro de venda de materiais de construção uma vez que as pessoas já têm emprego, têm renda, querem melhorar as suas condições de vida, sobretudo de habitação.</p> <p>Assim vão trocando as casas de construção precária por casas de alvenaria.</p> <p>Há participação da população na concepção de idéias e projetos.</p> <p>Por causa da presença da mina a população já se beneficia de rede de telefonia móvel.</p>	
António Mulicote	24 e 25/06/2010	KEN MAR E – Topui to (Moma)	Assistente das Comunidades KEMAD (KENMARE Moma Associação de Desenvolvimento)	<p>A KENMARE possui 402 trabalhadores moçambicanos e 132 estrangeiros. Entre os estrangeiros tem Sul-africanos, zimbabweanos, americanos e europeus. Aos moçambicanos cabem trabalhos subalternos como guardas, serviços de limpeza na fábrica, logística (arrumação e descarga de peças). Embora existam alguns moçambicanos na direção, mas não estão ao nível da tomada de decisões. Enquanto que os estrangeiros na sua maioria assumem cargos de direção ao nível da tomada de decisões.</p> <p>As diferenças entre trabalhadores nacionais e estrangeiros é notória também ao nível dos salários. Os estrangeiros recebem 5 vezes mais do que os trabalhadores nacionais.</p> <p>O processo de mineração é altamente nocivo ao meio ambiente. Enormes quantidades de solos estão devastados sem a possibilidade de regeneração,</p>	<p>amulicote@kenmare.moz 826670490</p>

				<p>os espaços para a prática da agricultura estão se esgotando, a probabilidade das populações ficarem sem espaço para a prática da agricultura é eminente, daí que se questiona o futuro destas populações quando as suas terras para a prática da agricultura tiverem esgotado e se um dia o minério esgotar e a mina fechar.</p> <p>Responsabilidade social</p> <p>Através da KENMAD, a KENMARE desenvolve nas comunidades locais projetos de geração de rendimentos, constrói escolas. Existem duas escolas primária. A escola primária de Tipane que acolhe 523 alunos e seis salas de aulas e a escola primária completa de Thopuito com 1552 alunos da 1ª a 7ª classes; 6 salas de aulas e um bloco administrativo. As populações que foram afetadas pela atividade mineira e que teve que perder seu bens como casas, propriedades beneficiaram-se de um programa de reassentamento. Nos bairros reassentados foram colocadas um mínimo de infra-estruturas como casas de alvenaria, latrinas, eletrificação. Todavia, o fornecimento de água é feito via caminhão cisterna, contudo, não é sustentável, muitas vezes o caminhão está avariado e isso resulta no sofrimento da população tendo percorrer grandes distâncias a procura da água. Os projetos de geração de rendimentos têm estado a beneficiar 9 comunidades a um raio de 10 km da mina</p>	
--	--	--	--	--	--

					<table border="1"> <thead> <tr> <th>Comunidade</th> <th>Tipo projeto</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Mutiticomá</td> <td>Produção ovos Costura</td> </tr> <tr> <td>Tipane</td> <td>Vegetais, Costura, Venda material construção</td> </tr> <tr> <td>Topuito</td> <td>Venda diesel,</td> </tr> <tr> <td>Naholoco</td> <td>Fomento gado caprino pesca linha</td> </tr> <tr> <td>Nataca</td> <td>Vegetais</td> </tr> <tr> <td>Natuco</td> <td>Vegetais, venda produtos alimentares</td> </tr> <tr> <td>Mulimule</td> <td>Produção sal</td> </tr> <tr> <td>Izoa</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Cabula</td> <td>Costura</td> </tr> </tbody> </table>		Comunidade	Tipo projeto	Mutiticomá	Produção ovos Costura	Tipane	Vegetais, Costura, Venda material construção	Topuito	Venda diesel,	Naholoco	Fomento gado caprino pesca linha	Nataca	Vegetais	Natuco	Vegetais, venda produtos alimentares	Mulimule	Produção sal	Izoa		Cabula	Costura
Comunidade	Tipo projeto																									
Mutiticomá	Produção ovos Costura																									
Tipane	Vegetais, Costura, Venda material construção																									
Topuito	Venda diesel,																									
Naholoco	Fomento gado caprino pesca linha																									
Nataca	Vegetais																									
Natuco	Vegetais, venda produtos alimentares																									
Mulimule	Produção sal																									
Izoa																										
Cabula	Costura																									
Dr. Carlos Natividade	15.06.2010	Unidade Técnica para a Reforma do Sector Público (UTR-ESP)	Assessor Sênior para a área da melhoria da prestação de serviços	<p>No âmbito da Reforma do sector público o governo tomou várias decisões tendentes a melhorar a economia. Uma delas foi a criação do CPI com o objectivo de fazer o marketing, e promoção de investimentos. Com o mesmo objectivo foi criada a CTA que estabeleceu uma parceria entre o Estado e o sector privado.</p> <p>As ZFI são uma das estratégias para a atração dos mega-projectos. Por causa da sua contribuição para o PIB. É uma estratégia transversal que envolve vários sectores/Ministérios.</p>																						
José Ibrahimo	15.06.2010	GAZ EDA	Chefe do departamento de	A experiência de ZFI não é pioneira em Moçambique.	jantunes@gazeda.gov.mz																					

Naran Perreira Antunes		(Gabinete de Zonas de Desenvolvimento acelerado)	estudos e projetos	<p>Existe a world free zones convention, uma organização mundial que existe há mais de 10 anos.</p> <p>As ZFI aparecem com o objetivo de alavancar o desenvolvimento econômico no país. A primeira ZFI em Moçambique foi a de beluluane em frente à MOZAL. O parque industrial ali existente, portanto, na ZFI, vai acolher indústrias que fornecem serviços tercearizados à MOZAL.</p> <p>Num período anterior a 2004 as matérias ligadas às ZFI eram regidas pelo governo, depois passaram a ser da responsabilidade da Assembléia da República.</p> <p>A implantação da MOZAL foi a primeira experiência.</p> <p>A MOZAL criou infra-estruturas como estradas, impostos indiretos dada a presença de comércio e outras atividades econômica por conta da presença da MOZAL.</p> <p>Para além das ZFI, existem as ZECESP (Zonas Económicas Especiais) que também gozam de um regime especial atribuído pela lei 4/2009 de 12 de janeiro. Elas têm como objetivo potenciar as infra-estruturas existentes.</p> <p>As ZFI ou ZECESP ou estão localizadas no litoral, próximo dos rios ou fronteiras para poder atrair investimentos do outro país.</p> <p>A de Maputo e a MOZAL combinam todos elementos: perto da fronteira com a África do Sul, junto à costa onde está construído o porto de Maputo e perto da fábrica passa o rio Maputo.</p>	827660252
------------------------------	--	--	--------------------	---	-----------

				<p>Temos ZECESP em Nacala-porto e Nacala à-velha. Em Nacala-porto existe um porto natural de águas profundas que não precisa de dragagem e a antiga base aérea será transformada num maior aeroporto de dimensões internacionais.</p> <p>Para além do porto e do aeroporto que se projeta construir a zona norte onde se localizam estas ZECESP tem a vantagem de vias de comunicação (corredor de Nacala que liga Malawi e Zâmbia), ligação via mar e via aérea.</p> <p>Os atrativos como isenção de impostos, incentivos aduaneiros e possibilidade de exportação de lucros figuram como atrativos aos investimentos.</p>	
--	--	--	--	---	--

Notas

¹ ABRAHAMSSON, Hans (2001, p. 199). *Aproveitando Oportunidades Espaço de Manobra numa nova Ordem em Transfoamção. O caso de Moçambique*; CEEI-ISRI; Maputo

² O termo desanuviamento é emprestado da política de aproximação dos Estados unidos da América (EUA) e a Ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) que significava Glasnost – Transparência e Perestróika – reconstrução, que resultou no fim da Guerra-Fria

³ Fundo Monetário Internacional (FMI e Banco Mundial (BM)

⁴ Em Moçambique os PAE tiveram a designação de Programa de Reabilitação Econômica (PRE)

⁵ Capitalismo Selvagem – no sentido de concorrência entre empresas multinacionais que dominam vários mercados ou países, com apoio dos governos

⁶ Economia, posta em um espaço periférico, entendida como toda aquela que roda com capital e tecnologia exógenos, atraídos mediante vantagens competitivas estáticas (fundamentalmente incentivos fiscais), onde os lucros retornam aos donos do capital.

⁷ GALTUNG, John (1971). *A structural Theory of Imperialism*; Journal of Peace Research; 8: 81-77

⁸ A forma como se apresentava a estrutura política global e regional e o caráter repressivo da política colonial, influenciaram a guerrilha da Frelimo a desenvolver crença em formas de organização política, econômica e social coletiva baseada na ideologia marxista-leninista. Portugal tinha recebido apoio militar da Organização do Tratado de Atlântico (OTAN) – que representa os países do Ocidente – e na região, Moçambique fazia fronteira a Sul e Oeste com governos de minoria branca da Rodésia do Sul de Ian Smith e com a África do Sul do apartheid que para além de receberem apoio do ocidente, tinham ligações históricas e umbilicais.

O caráter repressivo do poder colonial e o apoio que recebeu do ocidente motivaram a opção da Frelimo pelo socialismo. O poder colonial, para além de fascista era repressivo, praticava o *chibalo* e estabelecia desigualdades na troca de produtos agrícolas entre produtores negros e brancos, o que era considerado humilhante pela Frelimo. O poder colonial havia recebido apoio material das potências ocidentais. Para a Frelimo, a luta anti-colonial era sinônimo de luta contra o capitalismo ocidental. Por isso que “na altura pela independência, o único tipo de sociedade psicologicamente aceitável para a direção da Frelimo era a sociedade socialista” (ABRAHAMSSON & NILSSON, 1994, P. 42).

Na década de 1960 houve crise no seio da Frelimo que ficou conhecida como a crise de 1968. A crise dividiu o grupo em duas alas: a ala revolucionária e a ala moderada. A ala revolucionária era a dos defensores do povo e da linha política correta e a ala moderada considerada reacionária, tribal, de novos exploradores. Para os moderados, o objetivo da luta contra Portugal não era uma revolução socialista, mas sim a independência nacional. Estas clivagens internas, entre os revolucionários e moderados, sobreviveram no seio do grupo de 1964 até 1974. Entretanto, a vitória coube aos revolucionários que muito cedo começaram a estruturar o poder e a sociedade aos moldes socialistas.

⁹ Com a mudança da Felimo de Movimento de Libertação para partido de vanguarda marxista-leninista, mudou, também, a grafia de designação do movimento. Abandonou-se a grafia em Maiúsculas – FRELIMO para minúsculas – Frelimo. Nós adotamos a última.

¹⁰ Constituição da República Popular de Moçambique de 1975, com as alterações introduzidas pela Lei nº 11/78, de 15 de Agosto

¹¹ HANLON, Joseph (1984). Moçambique: economia de mercado ou socialismo de capital? Maputo;

¹² Cardoso, Fernando Jorge (2000): Economias locais e empresas estatais agrárias em Moçambique (mercados oficiais e paralelos na zona da Maragra em 1983-85). Em Estudos de Desenvolvimento. *África em Transição*. UTL, ISEG, CEsa. TRINOVA, PP. 125-154.

¹³ Fazenda estatal de propriedade coletiva

¹⁴ O Complexo Agro-Industrial do Limpopo (CAIL) é um dos exemplos

¹⁵ Os regimes ilegal de Ian Smith e de apartheid, para além de laços históricos e umbilicais com o ocidente, possuíam laços políticos. A África do Sul, por exemplo, era bastião do ocidente na África Austral. Este fato levou com que o conflito em Moçambique fosse enquadrado dentro da dinâmica do conflito global leste oeste.

¹⁶ Por causa dos interesses econômicos em Moçambique nomeadamente: a barragem de Cahora Bassa, as infra-estruturas de transporte e comunicação (portos e caminhos de ferro) em 1974, a África do Sul tinha assinado com Moçambique o acordo de não agressão no qual Moçambique comprometeria-se a não dar retaguarda ao ANC e a África do Sul a não agredir militarmente Moçambique. Por conta deste acordo, o governo de Vorster, recusou a

proposta dos militares sul-africanos de entrar em Moçambique e apoiar o plano de golpe de Estado que era orquestrado por colonos brancos portugueses. O receio era de que, com o golpe, a direção da Frelimo iria se refugiar no mato e continuar a guerra sabotando as infra-estruturas de que a África do Sul tanto precisava. Todavia, a intervenção sul-africana em Angola, logo após a independência aumentou a esperança de Moçambique de que o desenvolvimento só seria alcançado com uma paz e estabilidade regional, que passava pelo combate às bolsas de colonialismo, do apartheid e dos governos de minoria branca na região.

¹⁷ Assalto ao comunismo

¹⁸ *Total Strategy* (estratégia total), foi uma medida tomada pelo Presidente sul africano P.W. Botha de usar recursos militares para conter o avanço do comunismo na África Austral

¹⁹ FLOWER, Ken (1987): *Serving Secretly: Rhodesia into Zimbabwe 1974-1981*. London, edição do autor

²⁰ BERNARDO, Manuel Amaro (2003): *Combater em Moçambique. Guerra e descolonização, 1964-1975*. Lisboa, Prefácio – Editores de Livros e Revistas Lda

²¹ A SADCC foi fundada em 1980 com o objetivo de reduzir a dependência econômica dos países da África Austral em relação a África do Sul. A SADCC substituiu o movimento dos países da Linha da Frente, fundado em 1975. O Movimento da Linha da Frente tinha como objetivo acabar com as bolsas do colonialismo e do racismo na África austral. Em 1981, passa a incluir a vertente independência econômica e a representar um manifestação de recusa à integração regional que beneficiasse a África do Sul do apartheid no âmbito da CONSAS

²² Na perspectiva de repúdio à política de apartheid, os países nórdicos apoiaram iniciativas de modernização do sector de transportes e comunicação de Moçambique no âmbito da SADCC. Com a efetivação deste projeto, África do Sul sentiria o peso das sanções internacionais, pois o fluxo de comércio externo dos países da África austral sem acesso direto ao mar seria desviado para Moçambique. Como resposta, a África do Sul reduziu abruptamente as relações econômicas com Moçambique. Mecanizou a produção mineira, reduziu o recrutamento de mineiros em Moçambique e passou a recrutar em outros países da região, cortou o pagamento deferido – barras de ouro a Moçambique, um acordo que existia desde o período colonial; promoveu ataques militares contra objetivos econômicos como ferrovias e rodovias; modernizou o sector dos transportes e passou a subsidiar os o transporte de mercadorias dos países do interior.

²³ COSAS ou política de constelação de Estados foi uma medida tomada pela África do Sul na de 1960 para integrar as economias dos estados da África Austral onde o centro seria a África do Sul. Desde o final da segunda guerra mundial, a África do Sul tinha conseguido se rodear de Estados tampão, que eram favoráveis ao seu governo. A ocidente a Namíbia, ocupada pela África do Sul, que por sua vez fazia fronteira com a colônia portuguesa de Angola. A norte fazia fronteira com a colônia britânica da Rodésia do Sul e a oriente com a colônia portuguesa de Moçambique. Todas as economias destes países tampão estavam ligadas à África do Sul e dela dependiam. A estratégia sul-africana era de ligar economicamente essas zonas. Esta seria a estratégia das CONSAS (Constellation of Southern Africa States) como parte integrante da “*outward policy*” do primeiro Ministro Sul- africano Vorster (ABRAHAMSSON & NILSSON, 1994, P. 74-5) Esta estratégia ficou frustrada com independência de Moçambique e Angola e a conseqüente opção pelo socialismo. Veio a ser retomada pelo Presidente Botha na década de 1980 através do plano Clinton, todavia, os Estados da África Austral recusaram a proposta e fundaram a SADCC.

²⁴ Em 1981, diplomatas americanos foram expulsos de Moçambique acusados de serem espões da CIA. Este evento deteriorou cada vez mais as relações já de azedume que existiam entre os dois países. A ala mais radical começou a exigir que o presidente Reagan apoiasse a Renamo. As relações diplomáticas entre Moçambique e EUA complicaram-se ao ponto de os EUA negarem ajuda alimentar aquando da seca em 1983 e vetarem contra a ajuda alimentar em Moçambique na ONU.

²⁵ A mudança no cenário internacional que o fim do socialismo tinha produzido levou Moçambique a redimensionar a sua política externa, mudança de aliança com os países socialista do bloco socialista para o Ocidente em busca de solução para a guerra e a crise econômica. Porém, a condição era a adoção de uma série de medidas que permitissem a introdução de reformas econômicas que conduzissem à substituição do socialismo pelo capitalismo.

²⁶ Ao programa de Ajustamento Estrutural (PAE), em Moçambique foi atribuída a nomenclatura de Programa de Reabilitação Econômica (PRE)

²⁷ Medida tomada pelo FMI e BM em face da crise econômica em que Moçambique se encontrava.

²⁸ Mudando o que se tinha que mudar

²⁹ Lomé é capital de Togo. Foi lá onde se assinou o acordo comercial assinado em 1975 entre a Comunidade Econômica Européia (CEE) e os países África Carabas e Pacífico (ACP), que vigorou até à assinatura do acordo de Cotonou, em 2000. Existiram quatro convenções de Lomé: Lomé I, Lomé II, Lomé III e Lomé IV, que são sucessivos aperfeiçoamentos de um acordo inicial. **Lomé I** – Esta primeira Convenção foi assinada por 46 países ACP. Tinha por objetivos a coordenação comercial, garantido a liberdade de acesso ao mercado da

Comunidade econômica Européia de quase todos os produtos dos países ACP. **Lomé II** – Foi assinado por 58 países ACP e tinha quase os mesmos objetivos da primeira Convenção. Esta Convenção veio aprofundar os acordos anteriores e estabeleceu cooperação mineira e energética (Sysmin). Também nesta Convenção se estabeleceu a cooperação no domínio das pescas, medidas a favor da mão-de-obra e definição de dispositivos de promoção comercial. A Convenção de Lomé II trouxe uma nova abordagem, pensando no desenvolvimento autocentrado e no apoio a políticas setoriais.

³⁰ “Tornamos bem claro ao Governo de Moçambique que a nossa ajuda alimentar é política. Existem sempre condições para a ajuda, apesar de muitas vezes não serem explícitas...Moçambique teve que demonstrar a vontade de mudar a sua política econômica para ter melhores relações conosco. Esta mudança era necessária de qualquer modo, porque os africanos são capitalistas; os africanos não gostam de socialismo ABRAHAMSSON & NILSSON, 1994, p. 123) citando (HANLON, 1991. pg. 43).

³¹ Cardoso, Fernando Jorge (2000): Economias locais e empresas estatais agrárias em Moçambique (mercados oficiais e paralelos na zona da Maragra em 1983-85). Em Estudos de Desenvolvimento. *África em Transição*. UTL, ISEG, CEsa. TRINOVA, p. 125-154.

³² RATILAL, Prakash – antigo Governador do Banco de Moçambique citado pelo jornal SAVANA, 07.05.2010

³³ idem

³⁴ Perestróica – reconstrução e; Glasnost – abertura

³⁵ Dependência como desigualdades fundamentais aplicadas às Relações Internacionais entre o centro e a periferia.

³⁶ “Liberalização significa remover todas as barreiras ao ‘funcionamento eficiente do mercado’. Isso implica eliminação de barreiras comerciais, a remoção de obstáculos ao investimento estrangeiro, a redução doméstica do tamanho do governo e a redução d regulamentação de uma economia. este modelo era imposto pelo FMI e BM. O problema do modelo do BM e do FMI é que nenhum país que o tenha usado conseguiu desenvolver-se”. AUGUSTIN, Hellen. As Filipinas, o Banco Mundial e a corrida para o fundo do poço, in HIATT, Steven (2008, p.197). *O Velho Jogo do Imperialismo: o Mundo Secreto dos assassinos econômicos e a Rede Global de Corrupção*; Editora Cultrix; São Pulo.

³⁷ HERMELE, Kenneth (1988): Guerra e Estabilização. Uma Análise e Médio Prazo do Programa de Recuperação Econômica de Moçambique. Revista Internacional de Estudos Africanos, n°s 8 e 9, PP.247 – 293

³⁸ SHARMA, K.C. *IMPROVING Public Administration Trough New Public Management: The Experience of Botswana*. In AWARTWI, Nicolas; SITO, Eduardo (Eds). *African Persnagement: Implication for Human Resources training*; 2006. P. 127 - 143

³⁹ PARKINS, John. *Novas confissões e revelações do mundo dos assassinos econômicos*. In HIATT, Steven (2008, P. 24). *O velho jogo do Imperialismo: O Mundo Secreto dos Assassinos Econômicos e a Rede Global de Corrupção*; Editora Cultrix; São Pulo.

⁴⁰ WWW.mozambique.org.br/ e o país online, 4 de Outubro de 2010.

⁴¹ Segundo Reale (200: 21) capitalismo selvagem foi a denominação que recebeu a fase do capitalismo industrial, na segunda metade do século XX, quando a utilização da energia a vapor vinha alterar radicalmente o processo de produção, provocando a ganância desmedida dos empregadores. A nova forma de capitalismo é caracterizada por uma ganância das elites poderosas, nos países em desenvolvimento, de enriquecer a custa do sofrimento dos seus concidadãos bloqueando o bem-estar social geral das populações.

⁴² Lista de indivíduos elegíveis a benefícios.

⁴³ Mia Couto entrevistado por Marcelo Mosse, publicada em Demo, Maputo, Fevereiro de 2001 e citado em Gastrow & Mosse, “Moçambique”

⁴⁴ Cf. Mataram a galinha de ovos de ouro – uma sucessão de artigo de Joseph Hanlon no jornal metical de 17 de Setembro 2001 a 1 de Outubro de 2001

⁴⁵ Corrupção que acontece nos altos níveis da autoridade política

⁴⁶ Neste período foi introduzido o conceito de industrialização por endividamento - *indebted industrialization*

⁴⁷ GRANADOS, Jaime. Zonas Francas Y otros regimes especiales en un contexto de negociaciones comerciales multilaterales y regionales. INTAL – ITD – STA. Documento de divulgación 20; Banco Interamericano de desarrollo. Departamento Integration y Programas Regionales

⁴⁸ Moçambique, por exemplo, é um país costeiro, possui importantes portos como o de Nacala que é um Porto natural de maior profundidade que não precisa de dragagem; é um dos maiores produtores e fornecedores de energia elétrica na África Austral; devido à estrutura econômica herdada do colonialismo Português, Moçambique é um país de economia de serviços. Oferece serviços ferro-portuários aos países do *Hiterland*, da África Austral como Malawi, Zâmbia, Zimbabwe e Botswana, daí a disposição da rede ferroviária estar disposta para responder a esta particularidade.

⁴⁹ A Motraco - Companhia de Transmissão de Moçambique, foi criada para transportar energia elétrica da África do Sul sob responsabilidade da Eletricidade de Moçambique (EDM) e Mozal e para vender a mesma à fábrica de alumínio Mozal.

⁵⁰ THOMAS, RS. (1956). *Free Ports and Foreign Trade Zones*; Cornell Maritime Press, Cambridge; England.

⁵¹ ERLAND, Reigstad (Dissertação de Mestrado). *Special Economic Zones: Policy Review and implications for India*; Norges HandelehsØyskole; 2007(PASS et al., 2005, p. 209), BARBA – Navaretti et al (2004)

⁵² PASS, C., LOWE, B. and Davies, L. (2005), Collina Internet – linked dictionary of Economics, 4th Edition, Harper Collins Publishers, Glasgow

⁵³ BARBA – Navaretti, G., VENABLES, AJ. And BARRY, F-G. (2004), *Multinational Firms in the World Economy*, Princeton University Press, Princeton

⁵⁴ Florêncio Chavango, Chefe do Departamento de política Industrial do Ministério da Indústria e Comércio, entrevistado no dia 6 de Maio de 2010.

⁵⁵ De acordo com (BANNOCK E OUTROS 1984, p.124), desenvolvimento econômico é o processo de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e do Produto Nacional Bruto (PNB), acompanhado por alterações na estrutura da economia. Estas alterações consistem geralmente no incremento da indústria, em oposição à agricultura, na transferência do trabalho das zonas rurais para as zonas urbano-industriais.

Porém, há que se considerar dois critérios na definição de desenvolvimento econômico. Um tradicional que toma como base a estrutura econômica de um país e o segundo que incorpora, para além da estrutura econômica do país, elementos como redução e eliminação da pobreza absoluta. Para o primeiro caso toma-se como base as estatísticas econômicas traduzidas no PIB e no PNB. Com base no critério tradicional um país desenvolvido economicamente é aquele cuja estrutura da sua economia se manteve estática durante um período longo a gerar um crescimento anual de 5% a 7% do PIB, baseado na ascendência da indústria transformadora e serviços, acompanhada por um decréscimo da agricultura.

A partir dos anos 70 o conceito de desenvolvimento econômico passou a ter em consideração não só questões meramente econômicas como também questões ligadas a redução e eliminação da pobreza, redução e eliminação das desigualdades sociais, o desemprego, o respeito pelos direitos humanos, a boa governança a acompanharem o processo de crescimento econômico. Surge nesta altura o slogan “redistribuição social”. Três objetivos de desenvolvimento foram então definidos: aumento da disponibilidade e expansão da redistribuição de bens básicos de sustento, tais como alimentação, habitação, saúde, elevação dos níveis de vida incluindo uma cooperação econômica dos países.

⁵⁶ Moçambique: Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano 2005. Desenvolvimento Humano até 2015 Alcance dos objetivos de desenvolvimento do Milênio; SARDC; ISRI; INE e PNUD, p. 4

⁵⁷ Estratégia Global da Reforma do Setor público 2001 – 2011, p.10

⁵⁸ Legislação sobre Investimentos em Moçambique – Centro de Promoção de Investimentos (CPI)

⁵⁹ WWW.clubofmozambique.com/pt/

⁶⁰ A ilmenite é um minério de ferro e titânio e é utilizado na produção de pigmentos que são usados nas indústrias plásticas e de tintas. O zircão é usado na indústria cerâmica. O Rutilo é uma forma muito pura de dióxido de Titânio essencial para a produção do metal titânico, que é utilizado num sem fim de indústrias de alta tecnologia como por exemplo, no fabrico de aviões, in SELEMANE, Tomás (2010). *Questões à volta da Mineração em Moçambique: Relatório de Monitoria das atividades Mineiras em Moçambique Moma, Moatize, Manica e Sussundenga*; Centro de Integridade Pública (CIP); Boa Governança e Transparência, apud SELEMANE, Tomás, P. 15 CIP, Maputo 2009

⁶¹ Regina Macuacua, Coordenadora da Associação do Desenvolvimento da Kenmare (KEMAD – Kenmare Moma Associação de Desenvolvimento), entrevistada a 21 de Maio de 2010

⁶² Na sequência da estratégia do governo de desenvolvimento a partir do Distrito, anualmente cada distrito recebe sete milhões de Meticais – moeda nacional de Moçambique – para o desenvolvimento de projetos de geração de rendimentos

⁶³ António Mulicote, Assistente das Comunidades (KEMAD), entrevistado no dia 24 e 25 de Junho de 2010

⁶⁴ Autoridade tradicional local (comunitária)

⁶⁵ <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/selecao-de-noticias/midia-nacionais/brasil/agencia-brasil/2010/07/21/mina-de-carvao-da-vale-em>

⁶⁶ <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/selecao-de-noticias/midia-nacionais/brasil/agencia-brasil/2010/07/21/mina-de-carvao-da-vale-em>

⁶⁷ SELEMANE, T. (2009) *Alguns Desafios na Indústria Extrativa em Moçambique*, CIP, Maputo

⁶⁸ Mais informações podem ser obtidas em www.justicanostrilhos.org

⁶⁹ Memorando 2002: parque industrial de beluluane zona franca, abril 2002

⁷⁰ Lucros Exportáveis – a parte dos lucros ou dividendos, líquidos de todas as despesas de exportação, resultantes da atividade de um projeto que envolva investimento direto estrangeiro elegível à exportação de lucros nos termos do Regulamento desta Lei a aprovar pelo conselho de Ministros, cuja remessa para o exterior o investidor pode efetuar sob sua livre iniciativa [...] (Lei nº 2/93, de 24 de Junho)

⁷¹ Carlos Nuno Castel-Branco – Diretor do Instituto de Estudos Sociais e Econômicos (IESE) e Professor Associado da Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane.

⁷² De acordo com (CASTEL-BRANCO 2008, P. 1) mega-projetos são atividades de investimento e produção com caracterizadas por um enorme impacto na produção e comércio e investimentos acima dos US\$ 500 milhões. Mega-projetos como o de Fundação de Alumínio de Beluluane MOZAL), a mina das areias pesadas de Moma e o Projeto de gás natural da Sasol, em Inhambane, têm um custo inicial de investimento superior a US\$ 1 bilhão; a soma do investimento realizado por estes três projetos é aproximadamente igual a 60% do PIB de Moçambique; o investimento nestes três projetos é superior a 55% do investimento privado total realizado nos últimos 10 anos, contando a partir de 2008; a produção conjunta destes projetos aproxima-se a 70% da produção industrial bruta de Moçambique. O valor da produção da MOZAL (cerca de US\$ 2 bilhões em 2006) era maior que o Orçamento do Estado de Moçambique; e as exportações totais destes projetos aproxima-se de três quartos das exportações nacionais de bens.

⁷³ CASTEL-BRANCO (2008, P. 12)

⁷⁴ HYTER, Teresa (1971). *Aid as Imperialism. Baltimore: Penguin.*

⁷⁵ FRANK, André Gunder (1969). *Latin America: Under development or Revolution.* New York: Monthly Review Press.

⁷⁶ WWW.apagina.pt/?aba=163&doc=12085&mid=2

⁷⁷ BECKFORD, George (1971). *Persistent Poverty: Underdevelopment in Plantation Region of the World.* New York: Oxford University Press

⁷⁸ ANDERSSON, Per Ake (2001). *The impact os the meg projects on Mocambican economy. GEST Discussion paper*, nº 18 – Sasol, 2007. Annual Report.

⁷⁹ KRUEGLER, Alice (2008). *Uneven Palying Fielfd: The Application os Tax Incentives in Mozambique. Forthcoming in Taxation in a Low-Income Economy: the Case of Mozambique. Routledge*

⁸⁰ Conf. ODAmoz

⁸¹ AUGUSTINE, Ellen. *As Filipinas, O Banco Mundial e a Corrida para o fundo do Poço* in HIATT, Steven (org.). *O Velho Jogo do Imperialismo: o Mundo Secreto dos Assassinos Economcos*; Editora Cultrix, São Paulo; 2007.